

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

RODRIGO SCHLENKER

FREI BOAVENTURA KLOPPENBURG E O CONCÍLIO VATICANO II NA
REVISTA ECLESIÁSTICA BRASILEIRA (1959-1971)

Maringá

2012

RODRIGO SCHLENKER

FREI BOAVENTURA KLOPPENBURG E O CONCÍLIO VATICANO II NA
REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (1959-1971)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em História da Universidade Estadual de
Maringá como parte dos requisitos necessários para a
obtenção do título de Mestre em História. Área de
concentração: Política, movimentos populacionais e
sociais. Linha de pesquisa: Instituições e História
das ideias.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Solange Ramos de Andrade

Maringá

2012

Rodrigo Schlenker

FREI BOAVENTURA KLOPPENBURG E O CONCÍLIO VATICANO II NA
REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (1959-1971)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós -
Graduação em História da Universidade Estadual de
Maringá como parte dos requisitos necessários para a
obtenção do título de Mestre em História. Área de
concentração: Política, movimentos populacionais e
sociais. Linha de pesquisa: Instituições e História das
idéias.

Aprovado_____

BANCA

Prof^a. Dr^a. Solange Ramos de Andrade (UEM)
Orientadora e Presidente

1º Examinador Prof. Dr. Euclides Marchi (UFPR)

2º Examinador Prof. Dr. José Carlos Gimenez (UEM)

Maringá,

Fevereiro 2012

Dedico este trabalho aos meus pais,

Cida e João

e a minha amada esposa,

Roberta.

Agradecimentos

Inicio os agradecimentos aos meus queridos amigos Johnny Roberto Rosa e Erivan Cassiano Karvat ambos tem determinante papel na minha trajetória. Sem o incentivo de ambos eu não teria chegado até aqui. Agradeço profundamente ao Johnny pelas leituras e sugestões feitas nestes últimos seis meses.

Aos meus grandes e inseparáveis amigos Fernando Hass e Marcos Kohls, agradeço pela constante companhia e apoio durante estes anos que me dediquei ao mestrado. Sem vocês teria sido muito difícil.

Agradeço da mesma maneira minha orientadora, professora Solange Ramos de Andrade, desde o primeiro contato por e-mail, mostrou-se interessada na pesquisa que eu procurava desenvolver. Obrigado pela paciência e compreensão com minhas limitações.

Ao professor José Carlos Gimenes – Zeca – pela leitura e sugestões para o trabalho enviado a banca de qualificação.

Agradeço Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa nestes últimos dez meses de pesquisa.

Não posso deixar de agradecer a Darci e Valni, as primeiras pessoas com quem morei ao chegar em Maringá. O suporte que vocês me forneceram permitiu tranquilidade nas decisões iniciais que precisei tomar em Maringá.

Aos colegas de turma. Em especial a Rafael Dias Campos, o mineiro, que se tornou um grande amigo. Agradeço pela convivência, troca de experiências e risos em excesso, o ambiente é muito agradável com a sua presença.

Gostaria de agradecer profundamente minha família. Meus pais Aparecida e João que sempre incentivaram e apoiaram de todas as maneiras possíveis para que me dedicasse aos estudos. Especialmente para minha esposa Roberta, pelo apoio e acompanhamento, você percebe melhor que ninguém o quanto este tempo foi importante para mim. Obrigado por manter a paciência e a dedicação e me perdoe por minhas ausências e faltas.

Sempre serei grato a vocês.

FREI BOAVENTURA KLOPPENBURG E O CONCÍLIO VATICANO II NA REVISTA ECLESIAÍSTICA BRASILEIRA (1959-1971)

Resumo

Frei Boaventura Kloppenburg foi um dos principais divulgadores do Concílio Vaticano II (1962-1965) no Brasil e seu trabalho na Revista Eclesiástica Brasileira tem papel determinante para a compreensão da recepção daquele evento em nosso país. O Concílio Vaticano II imprimiu significativas mudanças na trajetória da Igreja Católica. O desejo inicial da realização o de um Concílio Ecumênico pelo então papa João XXIII (1881-1963) era de um *aggiornamento* entre a Igreja e a sociedade moderna. O trabalho específico da recepção do Concílio Vaticano II desenvolvido por Kloppenburg e que foi destacado por nós na REB compreende três momentos distintos. O primeiro momento, entre os anos de 1959 e 1962, período de integração e informação sobre o Concílio Vaticano II para os receptores; um segundo momento, de 1962 a 1965, constitui um período de reflexão e introdução ao Concílio Vaticano II para os receptores; e, por fim, um terceiro momento, de 1965 a 1971, caracterizado como um período de produção teológica e eclesiológica para os receptores que contemplaram as determinações operadas na Igreja pelo Concílio Vaticano II. O arcabouço teórico-metodológico que lançamos mão para esta pesquisa pode ser verificado principalmente em Reinhart Koselleck e nas categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. O texto de sobre periódicos como fontes de Tania de Luca nos auxiliou na metodologia de localização das fontes e na construção de uma longa e representativa série de textos ordenados e a caracterização do grupo responsável pela publicação da revista, seguido pela identificação dos principais colaboradores e do público a que se destinava.

Palavras-chave: Concílio Vaticano II, Revista Eclesiástica Brasileira, Frei Boaventura Kloppenburg.

FREI BOAVENTURA KLOPPENBURG AND SECOND VATICAN COUNCIL IN ECCLESIASTICAL BRAZILIAN MAGAZINE (1959-1971)

Abstract

Frei Boaventura Kloppenburg was one of the main promoters of the Second Vatican Council (1962-1965) in Brazil and his work on Ecclesiastical Brazilian magazine has a role in understanding the reception of that event in our country. The Second Vatican Council significant changes in the printed history of the Catholic Church. The initial desire of the holding of an Ecumenical Council by Pope John XXIII (1881-1963) was an *aggiornamento* between the Church and modern society. The specific work of the reception of Vatican II developed by Kloppenburg and that was highlighted by us in the REB comprises three separate stages. The first time between the years 1959 and 1962, a period of integration and information about the Second Vatican Council to the receptors, a second phase, from 1962 to 1965, is a period of reflection and introduction to the Second Vatican Council to the receivers; and, finally, a third time, from 1965 to 1971, characterized as a production period for the theological and ecclesiological receivers that operated the determinations contemplated in the Church by Vatican II. The theoretical and methodological framework that we employed for this study can be found mainly in Reinhart Koselleck and the categories of "space of experience" and "horizon of expectation". The text of journals as sources of Tania de Luca has helped us in locating the sources and the construction of a long series of texts and representative ordered and characterization of the group responsible for publishing the magazine, followed by identification of key staff and the public that was intended.

Keywords: Second Vatican Council, Ecclesiastical Brazilian magazine, Frei Boaventura Kloppenburg.

Lista de abreviaturas

ACB – Ação Católica Brasileira

ACI – Ação Católica Independente

ACO – Ação Católica Operária

ACR – Ação Católica Rural

AUC – Associação Universitária Católica

CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CVII – Concílio Vaticano II

ITF – Instituto Teológico Franciscano

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

OFM – Ordem dos Frades Menores

REB – Revista Eclesiástica Brasileira

SAL – Sacerdotes pra a América Latina

Sumário

INTRODUÇÃO.....	09
1. FREI BOAVENTURA KLOPPENBURG.....	23
1.1 Frei Boaventura Kloppenburg.....	23
2. O CONCÍLIO VATICANO II E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL.....	35
2.1 O Concílio Vaticano II.....	35
2.2 A Igreja católica no Brasil nos anos anteriores ao Concílio Vaticano II 1952 – 1962....	45
3. O CONCÍLIO VATICANO II NA REB: Sobre os textos de Boaventura Kloppenburg na Revista Eclesiástica Brasileira.....	52
3.1. Pré-concílio (1959 – 1962).....	57
3.2. Período conciliar (1962 – 1965).....	67
4. A REFLEXÃO DE KLOPPENBURG NA REB APÓS O CONCÍLIO (1966 – 1971)....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
LISTA DE FONTES.....	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação analisamos 44 artigos escritos por Frei Boaventura Kloppenburg (1919-2009) na Revista Eclesiástica Brasileira durante o período de 1959 a 1971. Em função do tempo exíguo não contemplamos todos neste trabalho especificamente estamos interessados em pontuar a partir de um viés temático, como o autor realiza a divulgação e elabora do Concílio Vaticano II (1962-1965).

O XXI Concílio Ecumênico¹ da Igreja Católica, também denominado de Concílio Vaticano II (CVII), ocorreu entre os anos de 1962 a 1965. Naquele momento, a Igreja Católica da primeira metade do século XX mantinha suas diretrizes a partir da corrente teológica ultramontana²; no entanto, o desejo pessoal do papa João XXIII³ de convocar um Concílio acabou configurando o primeiro passo de ruptura com esta diretriz. Junto a isto, a realização do CVII refletiria um conjunto de adequações da instituição católica ao mundo moderno e o alcance mundial que este mesmo Concílio obteve. Para nós a Revista Eclesiástica Brasileira (REB), publicada pela Editora Vozes foi elemento determinante para a divulgação das disposições conciliares no Brasil, bem como a atuação do então redator da revista e perito conciliar, Frei Boaventura Kloppenburg.

A importância de Kloppenburg foi destacada por David (2000) ao afirmar que

a gestão de Kloppenburg merece grande destaque, principalmente a partir de 1962, quando a REB passou a publicar, na ocasião do Concílio Vaticano II, uma seção dedicada às comunicações, crônicas sobre o Concílio, além de toda a documentação a ele

¹ Um Concílio Ecumênico é uma reunião do alto clero católico procurando deliberar a respeito de questões doutrinárias e disciplinares no seio da Igreja. “Na história eclesiástica, os concílios tem desempenhado um papel de destaque, sendo aceitos como autoritários, juntamente com as Escrituras Sagradas, as afirmativas dos pais da Igreja e os pronunciamentos *ex cathedra* dos papas. A autoridade dos concílios pesa até mesmo sobre os papas. A interpretação de suas decisões é crítica, e sínodos são organizados como corpos interpretativos”. (CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia**. Verbete “Concílios Ecumênicos”. Vol. 1. 6ª ed. São Paulo: Editora Hagnos, 2002. p.832.

² Ultramontano significa, literalmente, “além do monte”. “Essa palavra veio a indicar quem dá seu apoio à supremacia papal em oposição àqueles que queriam a autonomia para as igrejas nacionais”. CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia**. Verbete “Ultramontanismo”. Vol. 6. 6ª ed. São Paulo: Editora Hagnos, 2002. p.522.

Discutiremos no capítulo seguinte com mais detalhes esta corrente teológica.

³ O papa João XXIII nasceu em 1881 na Itália e morreu em 1963. Pertencia a Ordem Franciscana Secular. Foi eleito papa em 1958. Reconhecidamente um papa de transição, surpreendeu a Igreja ao convocar o Concílio Vaticano II. O Concílio Vaticano II pretendia renovar a igreja em algumas das suas instâncias tendo em vista um alinhamento da Igreja ao discurso moderno. Participou da abertura do Concílio Vaticano II e das primeiras discussões, mas não viu sua conclusão. MCBRIEN. **Lives of the popes**. San Francisco: Harper Collins Publishers Inc. 1997. Verbete “John XXIII” p. 369-375.

referente. Kloppenburg foi o grande divulgador das idéias do Concílio Vaticano II no Brasil, e os textos publicados na revista durante esse período constituem leitura obrigatória ao estudioso da história da Igreja católica no Brasil. (DAVID, 2000, p. 90)

De acordo com Reinhart Koselleck, ao olharmos para o passado temos duas atitudes: analisar “fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos”, reconstruir “fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios” (KOSELLECK, 2006, p. 305.) Estamos localizados em um lugar que exige atenção a estas duas possibilidades. Existe uma produção intensa e volumosa sobre o CVII e do próprio CVII (usamos a primeira opção). Todavia, a articulação que propomos está na recepção da produção sobre o CVII na REB, na figura do Frei Boaventura Kloppenburg. Duas categorias necessárias e correspondentes entre si são elencadas por Koselleck: a experiência e a expectativa. Pode-se afirmar que uma não existe sem a outra. Elas equivalem às categorias de espaço e tempo.

As condições da possibilidade da história real são, ao mesmo tempo, as condições do seu conhecimento. Esperança e recordação, ou mais genericamente, expectativa e experiência – pois a expectativa abarca mais que a esperança, e a experiência é mais profunda que a recordação – são constitutivas, ao mesmo tempo, da história e de seu conhecimento, e certamente o fazem mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro, hoje e amanhã. (...) experiência e expectativa são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro. São adequadas também para se tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações concretas no movimento social e político. (KOSELLECK, 2006, p.308.)

O que nos levou até Koselleck como referência foi a própria reflexão pré-concílio. Ambas as categorias são visíveis já no anúncio pelo desejo da realização de um Concílio. Na alocução que anunciou a pretensão da efetivação do CVII, o espaço dado pela experiência permite João XXIII afirmar: “para vós, veneráveis irmãos e diletos filhos, não se fazem mister ilustrações copiosas acerca da significação histórica e jurídica destas duas propostas (além do Concílio um Sínodo Diocesano)”. Se para toda a experiência existe um horizonte de expectativa, o seguinte trecho da alocução do Papa o exprime:

Elas conduzirão (a realização do sínodo e do concílio) felizmente à desejada e esperada atualização do Código de Direito Canônico, que deveria acompanhar e coroar este dois ensaios de aplicação prática de disciplina eclesial (...). [Corroborando para a máxima de que existe uma complementaridade entre espaço de experiência e horizonte de expectativa o texto segue:] “(...) que o Espírito Santo Nos vier sugerindo ao longo do

caminho. A próxima promulgação do Código de Direito Oriental dá-nos o prenúncio destes acontecimentos” (JOÃO XXIII, 1959, p.29.)

Sabemos hoje que não somente os códigos das leis eclesiásticas, mas também os códigos litúrgicos e pastorais foram promulgados. Isto se deveu a um processo que permite o horizonte de expectativa ser estendido a partir da abertura do espaço de experiência às possibilidades futuras. Na relação entre horizonte de expectativa e espaço de experiência “não se pode conceber uma relação estática (...) eles constituem uma diferença temporal no hoje, na medida em que entrelaçam passado e futuro de maneira desigual.” (KOSELLECK, 2006, p. 314.)

Nossa proposta de usar a referência teórica de Koselleck encontra também uma relação bastante significativa ao percebermos a preocupação conciliar de se adaptar ao mundo moderno. Recorremos novamente as palavras de João XXIII, agora no momento da convocação oficial do CVII em 1961, com a constituição apostólica *Humanae Salutis*, quando ele afirma que “a sociedade moderna se caracteriza por um grande progresso material a que não corresponde igual progresso no campo da moral” (JOÃO XXIII, 1961). Este panorama da sociedade moderna permite que percebamos que a história “só poderá reconhecer o que está em contínua mudança e o que é novo se souber qual é a fonte onde as estruturas duradouras se ocultam.” (KOSELLECK, 2006, p. 327.)

Percebemos esta relação quando lemos a nota de apresentação da REB no ano de 1941 (ano de seu lançamento): “A idéia da revista obedeceu ao lema: revista do clero, feita pelo clero, para o clero. Se ela houver de atingir plenamente o seu objetivo, não deverá limitar-se a ser para o clero.” O clero deve possuir as propriedades necessárias de percepção, além disto, este mesmo clero deve considerar a REB sua, “que a sufrague com sua inteligência, que lhe mande artigos e comunicações científicas, que aborde nela questões pastorais e pontos de vista de atualidade”. Conhecendo e reconhecendo o que lhes é proposto não haverá outra opção senão a obediência já que, “o pensamento publicado frutificará em outrem, suscitando novos pensamentos; não publicado, permanece estéril”. (BORGMEIER, 1941, p.3)

Apesar de o CVII ter iniciado suas sessões vinte e um anos após esta apresentação⁴, este lema permaneceu no editorial da revista. Obediência e submissão podem ser reconhecidas já nos primeiros comentários sobre o CVII, os Bispos podem se expressar livremente por meio de seus votos, mas existe uma diferença entre um Concílio e um parlamento. A diferença estaria na

⁴ Lembramos que o Vaticano II ocorreu entre 1962 e 1965.

diversidade de ambas e nas suas finalidades a partir do caráter jurídico dos seus componentes: “Com efeito, mesmo sendo testemunhas e intérpretes do sentimento de fé do povo cristão – a base, poderíamos dizer – eles recebem, por outra parte, o poder e a autoridade de Deus, através da livre escolha que deles fez o Papa.” (KLOPPENBURG, 1960, p.95.)

O aporte metodológico que nos permitiu acesso à REB foi localizado a partir do conhecido de Luca (2008), Apesar de a autora escrever seu texto pensando diretamente no uso de periódicos jornais e revistas de variedades, algumas das suas indicações de método são válidas para a nossa pesquisa. A elaboração do grupo de textos seguiu a seguinte lógica, conforme aponta Tania de Luca: localizamos as fontes e construímos uma longa e representativa série; a partir disto atentamos para as características de ordem material (periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade); seguimos para as formas de organização interna do conteúdo. O aspecto seguinte apresentado pela autora é central para o nosso trabalho, pois diz respeito a caracterização do grupo responsável pela publicação da revista; seguido pela identificação dos principais colaboradores e do público a que se destinava; e por fim, Luca sugere que se analise todo o material de acordo com a problemática escolhida. (LUCA, 2008, p.142.) Luca recomenda que “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê”. (LUCA, 2008, p.132.)

A REB vem sendo publicada desde 1941, sem interrupções e com periodicidade trimestral pela Editora Vozes. A Editora Vozes tem sua sede na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, desde o final do século XIX. Suas primeiras publicações eram cartilhas para as escolas católicas, livros de ficção e romance, além, é claro, de obras destinadas ao público católico, a principal delas a revista Vozes de Petrópolis, da qual a editora adotou o nome.

A REB foi precedida pela Revista COR que levava em seu subtítulo Revista Eclesiástica Brasileira. A COR foi publicada durante dois anos (1939 e 1940) não obtendo, todavia, a visualização nacional que esperavam seus editores e que a REB viria a desenvolver nos anos seguintes. A COR recebeu nova responsabilidade editorial, atitude esta que levou, entre outras mudanças, à alteração do seu nome e a uma reformulação da sua proposta enquanto periódico eclesiológico nacional. Por conta do Jubileu da REB em 1966, o Monsenhor Joaquim Nabuco escreveu uma carta ao Frei Boaventura Kloppenburg, então redator da revista, onde relatava:

Não sei precisar o dia, mas foi em março de 1941: Frei Thomaz Borgmeier ia lançar uma nova revista em continuação de COR, que apareceu nos anos de 1939 e 1940, e veio almoçar comigo aqui em Petrópolis, para falarmos da nova revista. De início disse-me frei Thomaz que queria uma publicação trimestral, ponto importantíssimo e no qual estava de pleno acordo: uma revista científica, nos moldes desejados, se fosse mensal, como alguns queriam, teria sido necessariamente coisa de segunda ordem, como há tantas, e não uma revista de classe de peso que é. Frei Thomaz já tinha escolhido o nome: seria a “Revista do Clero”. Ai eu discordei, dizendo que a nova publicação deveria ter uma nota brasileira: *Revista Eclesiástica Brasileira* seria o nome ideal. Frei Thomaz, que recebe imediatamente uma boa idéia, pensou e disse que sim, mas, juntou, “terei prejuízo porquanto o título de *Revista do Clero* já está impresso” (até hoje esta Redação tem papel impresso com esse nome). E ficou a nossa REB. (NABUCO, 1966, p. 656.)

Desde então a responsabilidade pela publicação da REB é da Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, por meio do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis (RJ), impresso pela Editora Vozes. Os principais destinatários da revista são os sacerdotes, teólogos, professores, agentes de pastoral, líderes comunitários, estudiosos da religião, enfim, quem desejar desenvolver ou se aproximar de temas relacionados à Igreja Católica no Brasil.

Além da REB, a Editora Vozes publica mais 5 revistas, conforme verificado no site da instituição. São elas: a Revista Grande Sinal, publicada desde 1947, tendo como temática principal a espiritualidade católica; a Revista Concilium, fundada em 1965 por teólogos como Hans Küng, Karl Rahner e Edward Schillebeeckx, publicada em 7 idiomas em conjunto por teólogos de vários países; a Revista SEDOC, publicada em língua portuguesa desde 1968, com documentação relevante da Igreja e do Cristianismo, sendo basicamente uma revista com documentos traduzidos; a Revista Estudos Bíblicos, publicada desde 1986, formulada a partir da seção de estudos exegéticos e hermenêuticos publicados pela REB, seu foco principal está na experiência religiosa e bíblica da realidade sócio-econômica das ceb's; e a Revista RIBLA (impressa em português e espanhol), publicada desde 1988, voltada para a interpretação bíblica a partir do histórico cultural latino-americano e caribenho.

A nota de apresentação da REB em seu primeiro número, no volume de março-junho de 1941, deixava bastante clara suas diretrizes. Uma avaliação do seu conteúdo nos permite perceber, além das pretensões acerca da revista, uma perspectiva geral da organização da Igreja Católica no Brasil no início da década de 1940. Declarava a redação da REB naquele momento que: “A Revista Eclesiástica Brasileira pretende colocar-se ao nível das grandes revistas eclesásticas de outros países”. A ideia de que uma revista eclesástica brasileira havia

“retumbado pelo clero brasileiro. (...) revista do clero, feita pelo clero, para o clero” e deveria se constituir como um “retrato da marcha do catolicismo brasileiro” (BORGMEIER, 1941, p.1-2)

Em “Revista Eclesiástica Brasileira” se retrata a marcha do catolicismo em nosso país. Temos certeza de que imediatamente isso será compreendido. Trabalha-se muito, entre o clero brasileiro. As nossas grandes dioceses são regidas por homens de destaque, prendados de raros dotes de inteligência e de virtude, escolhidos a dedo para governar o catolicismo desta terra. Quanta clarividência, que tesouro de experiência reside nesses varões de Deus que constituem o orgulho da nossa hierarquia eclesiástica. Nossos seminários estão a altura, e suas cátedras estão ocupadas por mestres insignes, espíritos abertos, que não só acompanham, senão que marcam o ritmo da evolução das coisas eclesiásticas. Que riqueza advirá, pois, para todo o clero, da permuta de idéias, da focalização dos interesses eclesiásticos e de sua discussão nas páginas duma revista equivalente a uma tribuna, donde se tem como ouvinte o padre brasileiro do Amazonas ao Prata. É nesta equação dos valores que possuímos e das necessidades que sentimos que reside a razão de ser, e a garantia de continuidade da “Revista Eclesiástica Brasileira”. (BORGMEIER, 1941, p.3)

Esta declaração acerca da organização da Igreja Católica no Brasil permite que percebamos a REB como uma tentativa de estabelecimento da relação social da Igreja com a modernidade e a capacidade da Igreja apreender esta nova realidade. Na argumentação final do texto de apresentação, dois parágrafos podem ser destacados. O primeiro deles:

É uma revista para o nosso tempo, adaptada as necessidades da época e do país. O padre de hoje deve ser mais do que um repetidor de fórmulas antiquadas. “O sacerdote - escreve Pio XI - deve ser sadiamente moderno, como o é a Igreja, que abraça todos os tempos e todos os lugares, e a tudo se adapta, bendiz e promove todas as iniciativas, e não se assusta nem mesmo dos mais arrojados progressos da ciência, contanto que seja verdadeira”. (Encíclica *Ad catholici sacerdotii fastigium*, 1935). “Sadiamente moderna” pretende ser também a “Revista Eclesiástica Brasileira”. (BORGMEIER, 1941, p.3)

A inserção do argumento papal neste parágrafo vem legitimar aquela tentativa de estabelecer uma relação entre a Igreja e a modernidade. Mas que isto, sugere a modernidade, como elemento do qual e no qual, principalmente, a Igreja já se encontraria, mesmo que a sua maneira e condição. Por fim, a última citação nos proporciona perceber a capacidade de compreensão que a Igreja tem de si, e que a REB virá a representar:

A idéia da revista obedeceu ao lema: revista do clero, feita pelo clero, para o clero. Se ela houver de atingir plenamente o seu objetivo, não devera limitar-se a ser para o clero. Há de ser feita pelo clero, auscultada aos desejos dele. Cumpre, portanto, que o mesmo clero a considere sua, que a sufrague com sua inteligência, que lhe mande artigos e comunicações científicas, que aborde nela questões pastorais e pontos de vista de atualidade. A vida é sempre um jogo de dar e receber: o coração ejeta sangue, e sangue

torna a receber. O pensamento publicado frutificará em outrem, suscitando novos pensamentos; não publicado, permanece estéril. (BORGMEIER, 1941, p.3)

No que diz respeito à REB, ela pretendia, no início de sua circulação, ser um meio de comunicação eclesiológico e de divulgação no corpo de clérigos da Igreja Católica no Brasil. Esta pretensão se realizou. Em uma breve avaliação do documento “Dez anos da Revista Eclesiástica Brasileira” escrito pelo cônego Agnelo Rossi, e que comemora os 10 anos iniciais da revista, percebemos a projeção que a publicação encontrou. Segundo Rossi, “com satisfação e alegria, verificamos que REB vem cumprindo, à risca, o seu programa”; e ele segue afirmando que “de fato, a REB, é o mais poderoso vínculo de união e o melhor veículo de divulgação de idéias entre o clero do Brasil” e uma “verdadeira enciclopédia de conhecimentos religiosos” (ROSSI, 1951, p. 227-230). Buscando apontar as vantagens da publicação da REB, Angelo Rossi explicita em seis pontos estas vantagens:

- 1) A REB tem sido para a maioria do clero brasileiro um manancial de lições utilíssimas, recordando temas já conhecidos mas não aprofundados, sugerindo problemas e soluções e despertando o gosto pelo estudo das questões eclesiais. É praticamente o único manual de estudos para diversos sacerdotes, tão assoberbados se encontram com outros problemas.
- 2) A publicação constante dos documentos pontifícios, a orientação segura e positiva da revista, contribuem não só para a melhor formação do clero como também para a sua união, sempre mais estreita e afetuosa, com o pensamento e os desejos da Santa Sé.
- 3) A REB estimulou o espírito de pesquisa em muitos sacerdotes e lhes abriu as portas para a divulgação de suas idéias, o que seria impossível sem a existência duma revista eclesial de grandes proporções.
- 4) Revelou a REB novas capacidades, tornou-as conhecidas e apreciadas por todo o país, dando um golpe ao sentimento de inferioridade, assaz freqüente entre nós, que pouca confiança deposita nos valores nacionais, exaltando, por vezes desmesuradamente, os elementos estrangeiros.
- 5) A REB tem sido providencial laço de união entre o clero deste gigantesco país, plasmando uma mesma mentalidade, toda ela voltada ao serviço de Deus e da Pátria.
- 6) Finalmente, a REB é uma afirmação da cultura e do valor do clero brasileiro diante dos leigos, de outras classes intelectuais e também do Exterior. (ROSSI, 1951, p. 231)

Segundo seu quadro editorial atual, a revista desenvolveu-se em quatro fases. A primeira de 1941 a 1952, representada pelo seu fundador e redator, Frei Thomás Borgmeier. Com a citação anterior podemos resumir esta primeira fase da revista sob a responsabilidade do Frei Borgmeier, marcada pela consolidação do periódico, como principal órgão teológico do clero nacional. Borgmeier foi substituído em 1952 por Frei Boaventura Kloppenburg.

A segunda fase da revista, entre os anos de 1952 a 1971, teve como seu redator-chefe Frei Boaventura Kloppenburg. Ficou sob responsabilidade deste editor, entre tantas outras, a divulgação e apresentação do CVII no Brasil. Em entrevista concedida em 2000, Kloppenburg afirmava que “A voz foi de fato a editora do Concílio porque era pela editora Vozes (principalmente através da REB) que o Brasil católico tomava conhecimento do Concílio”. (ANDRADES, 2001. p. 88.) Por sua vez, Josep – Ignasi Saranyana, tendo como base uma nota contemporânea da revista *Incunabile* da Universidade de Salamanca, aponta que a REB neste período:

respondia ao plano tradicional do que deve ser uma revista eclesiástica. Em temática e critério não era estridente, nem agressiva, nem com o afã de chamar a atenção; e sua orientação era reta e de bom critério. Merecia estar em companhia das melhores revistas eclesiásticas da Espanha e América. Oferecia dados muito interessantes acerca da evolução religiosa do Brasil moderno e desejava que a REB estivesse nas bibliotecas dos seminários. (SARANYANA, 1996, p. 268.)⁵

Este momento específico da REB se deve exclusivamente à atuação de Kloppenburg. A sua biografia, escrita por seu sobrinho José Alfredo Shierholt, usando de fontes uma gama invejável de documentos, como diários e cartas à família, aponta para este trabalho intenso. Um pequeno recorte desta biografia – dos anos posteriores ao CVII – nos fornece uma visão parcial deste trabalho:

Em nível nacional, nova tarefa de Frei Boaventura foi uma série de palestras e conferências sobre o Concílio Vaticano II, especialmente aos padres e religiosos. Noutra carta à sua mana Irmã Régis, escrita em língua alemã, de 11-4-1966, informou na semana seguinte ter que proferir mais de 20 palestras, em Belo Horizonte e São Paulo, somente para sacerdotes, sempre sobre o Concílio. Noutra carta à mesma Irmã Régis, de 31-10-1967, comunicou que havia retornado *anteontem de Roma, onde estive um mês, durante o Sínodo dos Bispos*. Na mesma ocasião voltou a visitar seus parentes na Alemanha. No ano letivo de 1968 teve em Petrópolis 87 estudantes teólogos, além de intenso trabalho na REB e muitas palestras pelo Brasil inteiro. Ao regressar em setembro de Bogotá, Medellín e Quito, reiniciou as aulas em Petrópolis. Em outubro, participou da Semana Teológica em São Leopoldo. (SHIERHOLT, 1999, p. 38.)

⁵“respondía al plan tradicional de lo que debe ser una revista eclesiástica. En temática y en criterio no era estridente, ni agresiva, ni con afán de llamar la atención; y su orientación era recta y de buen criterio. Merecía codearse con las mejores revistas eclesiásticas de España y América. Ofrecía datos muy interesantes acerca de la evolución religiosa del Brasil moderno y deseaba que REB estuviese en las bibliotecas de los seminarios.” (SARANYANA, 1996, p. 268)

Frei Kloppenburg foi substituído pelo então Frei Leonardo Boff. A REB entrava em sua terceira fase, entre os anos de 1972 e 1986, tendo Leonardo Boff como seu principal redator. Esta terceira fase ficou marcada pela divulgação das bases da Teologia da Libertação no Brasil. Além disto, “seu período como redator é considerado o mais polêmico da revista” (DAVID, 2000, p.90).

Leonardo Boff acabava de lançar o seu “Jesus Cristo Libertador” em 1972 e, “rompendo os usos habituais da revista, que até então estava limitada a pequenas resenhas bibliográficas” (SARANYANA, 1996, p. 269.)⁶, apresenta uma grande resenha de seu livro que havia sido criticado por uma suposta negação da divindade do Cristo determinada no Concílio da Calcedônia (451 b.C.).⁷

Ainda sobre a responsabilidade de Boff, a REB passou por outra polêmica. O conhecido incidente envolvendo seu livro “Carisma e Poder”⁸ levou Boff a responder a Congregação para a Doutrina e Fé, comandada pelo então cardeal Joseph Ratzinger, atualmente o Papa.

Sobre a responsabilidade do frei Boff criou-se uma divisão bastante clara entre os teólogos da libertação, representada pelo próprio Boff; e os que não praticavam teologia da libertação e não concordavam com esta tendência, representada pelo frei Kloppenburg. Esta divisão aparece com bastante clareza nas temáticas da revista após Leonardo Boff assumir a redação.

A redação da REB foi assumida em 1986 pelo Frei Elói Dionísio Piva e esta sob a sua coordenação atualmente. Esta última fase da revista foi marcada por um forte caráter ecumênico e, principalmente, por uma perspectiva eclesial diferente dos momentos anteriores. Piva assumiu a revista após uma série de problemas pelos quais o antigo redator Leonardo Boff passou e que o levaram ao afastamento dos cargos exercidos na Igreja. Segundo Josep-Ignassi Sarayana, o momento pelo qual passava o periódico, em meados dos anos de 1995, devia ser percebido como “uma tentativa de volta à normalidade, distante do sensacionalismo e das polêmicas, traço marcante nas duas primeiras etapas” (*apud.* DAVID, 2000, p.93).

A REB estava dividida no seu lançamento em 1941 da seguinte maneira: Artigos; Comunicações, pareceres sobre assuntos em voga na Igreja; Assuntos Pastorais, textos voltados

⁶ “rompiendo los usos habituales de la revista, que hasta entonces se había limitado a pequeñas reseñas bibliográficas” (SARANYANA, 1996, p. 269.)

⁷ Este Concílio repudiou a doutrina monofisista de Eutiques e declarou a dualidade humana e divina de Jesus, a segunda pessoa da Santíssima Trindade.

⁸ BOFF, Leonardo. **Igreja carisma e poder**. Ensaios de eclesiologia militante. São Paulo: Editora Ática, 1994.

para a prática do clero com suas comunidades; *Ministerium Verbi*, sugestões para homilias na Igreja; Documentações, traduções da documentação oficial produzida no Vaticano e nas igrejas internacionais, bem como na produção oficial nacional; Pelas Revistas, comunicação da produção teológico-religiosa em outras revistas; Crônicas Eclesiásticas; Necrologias; Apreciações, de livros lançados sobre diversos assuntos eclesiais de vários idiomas; Bibliografia, em português recomendada ao clero, dividida em filosofia, teologia bíblica, teologia histórica, teologia sistemática e teologia prática; e Índice Analítico, sobre as temáticas do volume.

Cada uma destas divisões possui características próprias e é apresentada aos seus leitores de maneira diferente. No segmento denominado “Artigos” encontramos debates teológicos dos mais variados temas. O que identifica esta sessão da revista é a discussão mais aprofundada sobre um determinado assunto. O artigo “Às portas do XXI Concílio Ecumênico”, escrito em setembro de 1961 pelo Frei Boaventura Kloppenburg, nos fornece um sólido exemplo deste segmento da revista. Ele organiza o artigo através de uma breve introdução, delimitando e conceituando o CVII, e passa para a construção do argumento que é dividido em seis pontos: “Os antecedentes do próximo Concílio”; “O anúncio do próximo Concílio”; “A finalidade do Concílio”; “As fases do Concílio”, “A fase antepreparatória”; e “A fase preparatória”. Por fim, um pequeno trecho da conclusão do artigo explicita o caráter reflexivo do “Artigo”:

O momento histórico em que vivemos difere profundamente do passado: a técnica e a industrialização trouxeram uma revolução social, econômica, política, industrial, comercial e rural. O próprio ocidente deixou de ser o centro político e espiritual do mundo. Assistimos ao fim do colonialismo. Terminou também a época na qual os Estados e as estruturas sociais eram cristãos. A vida pública foi laicizada e descristianizada. (KLOPPENBURG, 1961, p.591.)

A seção denominada “Comunicações” possui um caráter mais objetivo. Em “Comunicações” a principal intenção está em apresentar sumariamente as discussões que acontecem na Igreja. O mesmo Frei Boaventura Kloppenburg, em junho de 1962, apresentou uma “Crônica dos trabalhos conciliares” nas “Comunicações” da REB. As primeiras linhas do seu texto exemplificam bem a intenção desta seção: “Com o intuito de sempre melhor preparar também os nossos leitores para o mais importante acontecimento religioso deste século (...)” (KLOPPENBURG, 1962, p.75.) A palavra “preparar” representa bem esta parte da revista, não só para o Concílio que aconteceria em seguida da publicação deste texto, mas para todos os debates teológicos e pastorais em consolidação na Igreja.

Como sugere o nome, os “Assuntos pastorais” são textos voltados para os trabalhos do clero e que dizem respeito às ações concretas nas comunidades. A REB, nesta seção, está dividida em “Consulta e Resposta”. Considerando o caráter central e especializado que a revista assumiu para o clero brasileiro, a procura por determinados esclarecimentos se justificava. Exemplificamos esta afirmação lançando mão das perguntas que aparecem na REB em 1963, sobre a “Subvenção municipal às paróquias”. As perguntas são três: “A ajuda que as prefeituras dão a certas paróquias pequenas para terem vigários é inconstitucional? Existe algum texto constitucional ou decisão jurisprudencial que o proíba? Ou, afinal, essa ajuda tem pleno amparo em lei?” (RIBEIRO, 1963, p.152.) Enquanto o outro exemplo, “Sonegação de impostos”, aparece com uma formulação mais detalhada: “José, contabilista e advogado, quer por sua vida em ordem. O problema são seus pecados “profissionais”, quase todos do mesmo tipo: sonegação de impostos, com as manobras respectivas” (SNOEK, 1963, p.150.). As consultas são feitas pelos párocos em situações em que não encontram solução. As respostas para estas consultas encontram seus argumentos nos mais variados documentos eclesiais: Bulas, encíclicas, a Bíblia, artigos das revistas, inclusive da própria REB, livros, não só em português.

Em “*Ministerium verbi*” podemos verificar a reflexão pastoral sobre os textos bíblicos a partir do calendário eclesial. O exercício proposto para esta parte da REB está na aplicação e na reflexão diária sobre o que fora anunciado anteriormente nos textos bíblicos e sua aplicação para a atualidade. Sobre o título “Lições do evangelho” o Pe. João Batista de Siqueira, da Catedral Metropolitana do Rio de Janeiro, usa o texto do primeiro domingo depois da Epifania que está no evangelho de Lucas para refletir acerca da relação entre pais e filhos e a escolha e os limites destes sobre aqueles, ou vice-versa.

No segmento “Documentações” localizamos as alocações e as cartas papais, os atos da Santa Sé e a documentação oficial produzida pelo Vaticano. Apesar de algumas vezes estes textos aparecerem na REB em latim, a tradução para o português destas documentações constitui a característica principal desta parte da revista. Normalmente, é aqui que o tradutor faz um breve comentário sobre o texto a ser traduzido. A título de exemplo, usamos o anúncio da realização do futuro Concílio Ecumênico. Este texto pode ser encontrado na REB de junho de 1959 na parte denominada “Documentação”.

Os *Acta Apostolicae Sedis* de 27 de fevereiro publicaram os termos da alocação de Sua Santidade o Papa João XXIII aos eminentíssimos Srs. Cardeais presentes em Roma, no

dia 25 de janeiro de 1959, proferida no mosteiro dos Beneditinos de São Paulo fora dos muros, depois da missa solene, na qual o Sumo Pontífice manifestou seu desejo de convocar o Sínodo Romano e um Concílio Ecumênico. Oferecemos aqui nossa tradução deste importante documento. (KLOPPENBURG, 1959, p. 427.)

Em “Pelas revistas”, encontramos uma lista dos lançamentos sobre a produção teológico-religiosa em outras revistas. Este segmento da revista está dividido em Filosofia e Sociologia; Teologia bíblica; Teologia histórica; Teologia sistemática; Teologia prática; e, com o início do CVII, um espaço reservado para Teologia conciliar. Em “Pelas revistas”, os textos que informam a produção seguem a seguinte ordem: autor, título do artigo, local, nome da revista, data e páginas. Em seguida um exemplo: FENTON, Joseph Clifford, *The Virtue of Prudence and success of the Second Ecumenical Vatican Council*. – *The American Ecclesiastical Review*, Washington, outubro 1962, 255-266.

As “Crônicas eclesiásticas”, subdivididas em “do Brasil” e “do Estrangeiro”, são uma classificação dos acontecimentos e dos eventos na Igreja. Elas informam, por exemplo, a nomeação de bispos pelo papa, bem como, seus currículos. Também nesta seção são apresentadas novas circunscrições eclesiásticas e as reuniões na Igreja, como o “I Encontro de Reitores e Superiores de Seminários do Sul de Minas Gerais” ou, ainda, o “I Encontro Nacional de Jornalistas Católicos promovido pela União Nacional Católica da Imprensa” (UNCI). Por sua vez, na seção “do Estrangeiro” as notícias apontam para a importância da América Latina para a Igreja e os problemas do analfabetismo em nível mundial. Estas são algumas das notícias para as quais os olhos da REB estavam voltados em 1963.

“Necrologia” é a seção que reúne uma coleção de notícias sobre os falecidos do clero, que congrega um breve texto sobre a vida e a morte de algum eclesiástico que faleceu recentemente. Apesar do longo texto encontrado no exemplar da REB de 1963 sobre o falecimento de João XXIII, o espaço reservado para a necrologia não passa de algumas linhas escritas de maneira objetiva

No segmento denominado “Apreciações”, uma série de autores, normalmente os envolvidos com a produção da REB, escrevem uma resenha sobre um livro recentemente lançado.⁹ As temáticas variadas, e em diversos idiomas, representam bem o interesse desta parte

⁹ No ano de 1963 selecionamos quatro autores e suas respectivas resenhas. Dom Vicente Schrer, arcebispo metropolitano de Porto Alegre, resenha o texto Concílio Vaticano II. Vol. II.: Primeira Sessão (set-dez. 1962). Compilado por Pe. Frei Boaventura Kloppenburg, O.F.M., Teólogo Conciliar. – Editora Vozes Ltda., Petrópolis 1963. 1 vol. Enc. 155X225 mm, 416 pp. com 44 fotos fora do texto. O próprio Frei Boaventura resenha um texto de

da REB. Incentivar o clero, instigar o conhecimento, apontar a diversidade e a quantidade de produções e condições de reflexão dentro da Igreja. O caráter crítico das “Apreciações” é também um fator importante deste segmento da revista. Ele reflete bem, naquele momento, a figura de seu redator Frei Boaventura Kloppenburg.

Por fim, o Índice analítico oferece um acesso à REB através das temáticas por ela abordadas. É o que chamamos também de índice temático. Como exemplo, pode-se recorrer ao tema CVII, que é, sem dúvida alguma, a maior preocupação da REB em 1963, um dos anos que analisamos em nossa pesquisa.

Esta apresentação da revista alterou-se nestes setenta anos, todavia, manteve sua estrutura lógica, agregando alguns itens do sumário, como bibliografia e pelas revistas, construindo um único quadro de referências bibliográficas e suprimindo outros, como “Necrologias” e “*Ministerium Verbi*”. Vale destacar que a Revista Estudos Bíblicos, publicada pela Editora Vozes desde 1986 é uma revista formulada a partir da seção de estudos exegéticos e hermenêuticos que eram publicados pela REB.

A REB é publicada trimestralmente e a publicação se divide ao longo do ano em três momentos: março/junho – julho/outubro – novembro/fevereiro. O Frei Boaventura apontou alguns números destas publicações durante sua responsabilidade. Ele afirmava que o número era de 2000 assinantes e, quando deixou a revista, este número estava em 6000 assinantes. Segundo o historiador da filosofia Dr. Josep-Ignasi Saranyana, professor da Universidade de Navarra, “O tempo áureo da REB coincidiu, sem dúvida, com o Concílio Vaticano II, ele [Kloppenburger] chegou a lançar cerca de cinco mil [exemplares]. Esse número não foi novamente atingido, mesmo no período de Leonardo Boff (...)” (SARANYANA, 1996, p. 269.)¹⁰

A REB pretendia, no início de sua circulação, ser um meio de comunicação eclesiológico e de divulgação no corpo de clérigos da Igreja Católica no Brasil. Parece, a primeira vista, que isto se cumpriu. Além disto, a revista proporcionou um espaço para o trabalho dos pesquisadores religiosos brasileiros e também se tornou um importante veículo de comunicação teológico internacional.

Hans Küng, Kirche im Konzil, também de 1963. Leonardo Boff resenha um texto de 1962 chamado Le Catholicisme religion de demain? de Henri Fesquet. E por fim uma resenha do Frei Constantino Koser sobre De Mariologia et oecumenismo da Pontifícia Academia Mariana Internationalis, texto escrito em 1962.

¹⁰ “El tiempo áureo de REB coincidió, sin duda, con el Vaticano II, en que llegó a tirar cerca de cinco mil ejemplares. Este número no ha vuelto a ser alcanzado, ni siquiera en el período de Leonardo Boff (...)” (SARANYANA, 1996, p. 269.)

Este periódico ficou conhecido por tentar se afastar das polêmicas e de debates que promovessem qualquer tentativa de separação, não contribuindo, desta maneira, para a construção do conhecimento teológico. Recorremos novamente a Saranyana. Este autor destaca que a revista procura, na direção de Frei Elói Dionísio Piva, se abrir para o interesse do público laico interessado em questões eclesiais: “Note-se que o conteúdo tenha sido ligeiramente modificado, de ser uma revista predominantemente eclesiástica, para ser uma revista mais eclesial.” (SARANYANA, 1996, p. 273.)¹¹

Para a realização do nosso trabalho, recortamos o período da REB sob a responsabilidade editorial de Frei Boaventura Kloppenburg, de 1951 até 1971, realizando dentro deste período um segundo recorte, que inicia em 1959, através do anúncio da realização do CVII, e vai até a substituição de Kloppenburg, em 1971. Foi neste período que abordamos a divulgação do CVII por Kloppenburg.

Nosso texto está dividido da seguinte maneira: no primeiro capítulo destacamos a atuação pontual do redator da revista durante o período conciliar. Frei Boaventura Kloppenburg, além de redator da REB durante os anos de 1951 até 1971, foi também perito conciliar, participou da etapa ante preparatória do CVII e foi o principal divulgador do Concílio no Brasil, principalmente através da REB. Seu trabalho girava em torno da tradução para o português das discussões que aconteciam quase diariamente no Vaticano

O segundo capítulo constituiu uma retomada da historiografia sobre o CVII (1962-1965). Devemos apontar que não é possível desvincular esta história do CVII da própria história cristã católica ocidental durante o século XX. Afirmamos isto, pois, verificamos que o CVII se constituiu como um significativo marco divisório da Igreja Católica e, conseqüentemente, das suas relações, não só em seu interior, mas também como o mundo além do Vaticano. Exemplo pontual disto é a participação, mesmo que somente como observadores, de igrejas não católicas no evento, que até então era exclusivamente reservado ao alto clero católico. Iremos expor a situação da Igreja Católica no Brasil nos momentos que antecederam o CVII. A formação da CNBB em 1952 foi nosso ponto de partida, pois esta nova instituição havia adiantado algumas reflexões conciliares, e mesmo algumas das práticas definidas posteriormente no CVII. Aliado a

¹¹ “Ello se nota en que ha modificado ligeramente sus contenidos, pasando de ser una revista predominantemente eclesiástica, a ser una revista más eclesial.” (SARANYANA, 1996, p. 273.)

isto, a CNBB foi responsável por agrupar movimentos criados na Igreja, como a Juventude Operária Católica, a Ação Católica Operária, e outros tantos movimentos de cunho religioso que atuavam diretamente na relação entre a Igreja e a sociedade brasileira.

Por fim, o terceiro capítulo compreende a reflexão de Kloppenburg a partir do CVII, sobre as determinações conciliares e suas implicações teóricas e práticas. Este momento foi dividido por nós em três partes: um período pré-concílio (1959 – 1962); outra durante a realização do evento (1962- 1965); e um terceiro, pós-conciliar (1965 – 1971). Encerramos nossa pesquisa no momento em que Kloppenburg deixa a redação da REB no final do ano de 1971.

1. FREI BOAVENTURA KLOPPENBURG

1.1 Frei Boaventura Kloppenburg

A narrativa biográfica apresenta-se como uma importante fonte histórica na medida em que ela retrata o contexto histórico da personagem quando expõe como se deu a infância, o crescimento e os fatos que levaram o indivíduo a praticar suas ações (SILVA, 2007, p. 11).

Ao trabalharmos com a biografia de frei Boaventura Kloppenburg, é importante esclarecer que nosso objetivo é investigar a trajetória de um sujeito concreto, inserido na história, com capacidade de influenciar o meio no qual viveu. A partir do estudo da biografia e contexto (LEVI, 1998), destacamos a singularidade de sua trajetória, relacionando sua trajetória individual com o contexto histórico em que viveu.

Por se tratar de um trabalho envolvendo a biografia de Boaventura Kloppenburg, faz-se necessária a apresentação de uma visão geral de sua trajetória para, em seguida, analisá-la segundo nosso propósito.

A trajetória de vida de um indivíduo, em toda a sua complexidade e singularidade, parece distante de uma compreensão historiográfica que não contemple uma série de procedimentos metodológicos e documentais. Um único elemento de descrição, um único documento ou mesmo uma única abordagem limitaria nossa apreensão dos movimentos que envolveram e qualificaram a figura de Boaventura Kloppenburg. Desta maneira, buscaremos relacionar uma série de fontes que fazem referência a este autor, em função de uma biografia que considere a maior quantidade de informações possíveis.

Sua biografia pode ser relacionada com o momento histórico em que a Igreja católica no Brasil enfrentava a concorrência de várias denominações religiosas, além da necessidade de se adequar às disposições conciliares representadas durante as décadas de 1950 e 1960, um dos setores da Igreja que vivencia, respectivamente, a luta pela hegemonia do catolicismo e a violenta crítica à ebulição religiosa, caracterizada pela ascensão do espiritismo, da umbanda e do pentecostalismo, que fugia do modelo de sociedade católica desejado nos anos de 1950 e a mudança perpetrada pelo CVII e sua chamada para a modernidade, proclamando uma postura mais dialógica com essas manifestações, optando pela análise dos movimentos e procurando estabelecer a identidade religiosa do brasileiro. O local onde veremos desenrolar este processo

será em suas publicações na Revista Eclesiástica Brasileira (REB), durante o período em que ocupou o cargo de Redator (1953-1971).

Este indivíduo é alguém atuante, pertence a uma instituição que lhe dá suporte, que permite seu discurso como sendo o discurso da instituição. Quando o indivíduo fala, o faz a partir da instituição à qual pertence, utilizando códigos referenciais, morais, comportamentais do grupo em que é elemento participante¹².

Utilizar a biografia como documento implica relacionar a história do indivíduo ao seu papel enquanto agente histórico, de intermediário entre as ideias da instituição da qual participa com a sociedade em que vive. No caso da história da Igreja católica no Brasil, significa compreender como os diversos grupos que a compõem relacionam suas diretrizes institucionais com a realidade social, isto é, como os membros do clero brasileiro se apropriam das normas e regras do *ser católico* ditado pela hierarquia eclesiástica e, quais as maneiras de representá-lo por meio de um discurso que apela a uma ordem que passa a ser a sua.¹³

Durante a década de 1950, Kloppenburg será um dos maiores representantes da Igreja católica na luta contra o espiritismo, a umbanda, a maçonaria dentre outros. Na década de 1960, Kloppenburg participa ativamente do CVII, tornando-se seu principal divulgador no Brasil.

Karl-Josef Kloppenburg¹⁴ nasceu em 1919, em Molbergen, município do distrito de Cloppenburg, no nordeste da Alemanha. A família emigrou para o Brasil em 1924, por consequência da crise decorrente da 1ª guerra mundial. Estabeleceram-se em Rolante, no Rio Grande do Sul. Kloppenburg iniciou seus estudos em Rolante e ingressou no Seminário Menor de São Leopoldo em 1936, concluindo o curso de teologia em 1947 no Convento Franciscano em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Em 1950 defendeu sua tese doutoral – *De Relatione inter Peccatum et Mortem* – no Instituto Antonianum em Roma.¹⁵

¹² Conf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. As artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994; BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001. MORIN, Edgar. **O método: as idéias: habitat, vida, costumes, organização** (Tomo IV). Porto Alegre: Sulina, 1998.

¹³ Conf. CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

¹⁴ Optamos por usar o nome alemão, pois ao escrever seu necrológio, Kloppenburg fez questão de manter seu nome original e não a sua tradução. Seu necrológio está disponível em: <http://sites.google.com/site/ecclesiaviaveritatis/artigos/necrologio-de-frei-boaventura> Acesso em 18/01/2012.

¹⁵ Para uma bibliografia mais detalhada de Boaventura Kloppenburg ver SCHIERHOLT, José Alfredo. **Frei Boaventura Kloppenburg, OFM – 90 Anos por Cristo em Sua Igreja**. 2ª ed. Lajeado: O Autor, 1999. Disponível em <http://www.veritatis.com.br>.

Sua importância para a história da Igreja católica no Brasil é acentuada por Reinaldo César de Aguiar Silva,

A personalidade e a dilatada tarefa teológica de Frei Boaventura Kloppenburg, atualmente bispo emérito de Novo Hamburgo no Brasil, é um guia muito adequado para conhecer de primeira mão um âmbito eclesial e teológico tão característico como é o brasileiro, durante uma época de grande efervescência teológica e pastoral, cheia de possibilidades mas também de evidentes riscos (SILVA, 2010, p. 349).¹⁶

Em 1999, ao apresentar a sua biografia autorizada, escrita por José Alfredo Schierholt, Kloppenburg enfatiza quatro momentos da própria trajetória que, segundo ele, mereceriam destaque. Ele divide estes momentos por décadas: 1951-1961 – iniciando com o período que ensinava teologia sistemática em Petrópolis e dirigindo a REB e trabalhando na Campanha Nacional contra a heresia Espírita; 1961-1971 – dedicado ao CVII e a sua difusão no Brasil, especialmente por intermédio da REB; 1973-1982 – como Reitor do Instituto de Teologia Pastoral para a América Latina em Medellín e atentado aos problemas teológicos da América Latina; e, a partir de 1982 – servindo de Bispo em Salvador e em Novo Hamburgo. Por fim, Kloppenburg recorda alguns momentos de destaque da sua vida:

Quero ainda recordar quatro momentos especiais neste serviço: 1º - a I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, no Rio de Janeiro, em julho de 1955: com o Côn. Agnello Rossi, éramos, ele e eu, os únicos padres do Brasil que oficialmente tomaram parte neste importante encontro episcopal antes do Concílio. 2º - a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, Colômbia, em agosto-setembro de 1968: participei como perito da CNBB na longa preparação e na execução desta leitura latino-americana dos documentos do Vaticano II. 3º - A III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em janeiro-fevereiro de 1979, em Puebla, México, para uma leitura latino-americana da Exortação Apostólica Evangelii nuntiandi do Servo de Deus o Papa Paulo VI, com um demorado trabalho de preparação e na qualidade de convidado especial do Papa. 4º - Na IV Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em outubro de 1992, em Santo Domingo, por ocasião do quinto centenário do descobrimento da América, na qualidade de membro-delegado da CNBB. (SCHIERHOLT, 1999, p.12)

Professor, redator, perito conciliar, membro da comissão teológica internacional e, por fim, bispo. A carreira de Kloppenburg foi construída completamente dentro da Igreja Católica.

¹⁶ La personalidad y la dilatada tarea teológica de Fray Boaventura Kloppenburg, actualmente Obispo emérito de Novo Hamburgo en Brasil, resulta una guía muy adecuada para conocer de primera mano un ámbito eclesial y teológico tan característico como es el brasileño, durante una época de gran efervescencia teológica y pastoral, llena de grandes posibilidades pero también de evidentes riesgos (SILVA, 2010, p. 349). Tradução livre do autor.

Afirmava gostar das novidades em teologia, todavia, seu critério inicial sempre fora a ortodoxia. “Até hoje (2000) estou satisfeitíssimo com o catecismo da Igreja Católica, lá tem tudo e se o catecismo não aceita então também eu não aceito. Eu juro pelo catecismo”. (KLOPPENBURG, apud ANDRADES, 2001, p. 83)

Apresentaremos esta carreira iniciando com a década que vai de 1951 até 1961, quando Kloppenburg era professor de teologia sistemática em Petrópolis, dirigia a REB e trabalhava na Campanha Nacional contra a heresia Espírita.

Kloppenburg começou suas atividades após a conclusão do seu doutoramento em Teologia Dogmática em Roma no ano de 1950. Segundo Schierholt, a obediência o levaria ao cargo de professor no Instituto Teológico Franciscano em Petrópolis no ano de 1951, lugar que ocupou por mais três décadas. No seminário, em Petrópolis, ficaria responsável pela totalidade das aulas de teologia fundamental e dogmática, além de um curso sobre escatologia. Substituiu, naquele momento, o professor de Teologia Dogmática Frei Constantino Koser, que necessitava de um afastamento para a defesa de sua tese de doutorado.

Sua atuação em Petrópolis o levou rapidamente ao cargo de reitor do instituto e à redação da Revista Eclesiástica Brasileira (REB), ambos os cargos assumidos em 1951. Em 1953 assumiu a direção da REB e passou a estudar e combater a fé espírita, que vinha ganhando espaço principalmente entre os católicos. A chamada Campanha de Esclarecimento aos Católicos (1953) pretendia, ao que parece, dar atenção aos fiéis que, ao mesmo tempo em que pediam bênçãos na Igreja, frequentavam terrenos de umbanda pedindo passes para as mães de santo, “consultavam cartomantes, tarô, búzios, bolas de cristal, mapa astral, magias, horóscopo, numerologia e uma infinidade de entidades cabalísticas a explorar a ignorância do povo, como que desnordeado e sem pastor.” (SCHIERHOLT, 1999.p. 29).

O pastor que forneceria este norte seria Kloppenburg. Ele assume uma postura de comunicação popular em defesa da fé católica. Frequentava os diversos meios de comunicação da época, falando sobre os supostos problemas causados pelo espiritismo e promovendo a fé católica. Os questionamentos principais para contrapor espiritismo e cristianismo e que direcionavam a Campanha de Esclarecimento eram: 1) o necromante pode ser tratado no confessionário como simples pecador? a necromancia, ou magia, é um pecado apenas contra a moral ou é também contra a fé?; 2) a doutrina da reencarnação precisa ser condenada explicitamente, já que, os reencarnacionistas – os que acreditam que uma porção do nosso ser é

capaz de subsistir à morte e ligar-se a outros corpos em diferentes tempos e lugares – no Brasil, exploram demais o silêncio oficial da Igreja com relação à pluralidade de existência de diversas religiões; 3) o problema pastoral do batismo dos filhos de pais necromantes e magos ou espíritas, estes podem ser licitamente batizados? Podem os necromantes ser padrinhos, etc.?¹⁷

Como redator da REB, era uma de suas responsabilidades a aceitação, ou não, de todos os textos que eram submetidos à revista. Em entrevista concedida a Marcelo Ferreira de Andrades, para sua dissertação de mestrado acerca da editora Vozes, Kloppenburg afirmava não haver equipe editorial e que ele consultava os colegas professores acerca dos textos, mas efetivamente quem decidia era ele. Os critérios eram bastante pessoais, “e de fidelidade à doutrina da Igreja. Eu (Kloppenburger) não admitia nunca artigos escritos por um ex-padre, nunca. (...) Um ou outro artigo escrito por um leigo, isto até se admitia, mas ex-padre não entrava de jeito nenhum.” (KLOPPENBURG, apud ANDRADES, 2001. p. 82.)

Fato marcante neste início da carreira de Kloppenburg foi a sua participação na I Conferência Geral do Episcopado Latino-americano. O evento que ocorreu em 1955, no Rio de Janeiro, acabou traçando os rumos da Igreja Católica com a criação do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano). Por sua vez, Kloppenburg tornou-se, anos mais tarde, reitor do Instituto Teológico-Pastoral do CELAM. A reflexão exposta por Schierholt exprime bem o resultado da participação de Kloppenburg neste evento:

Tomando parte como “relator oficial” Frei Boaventura qualificou o documento da primeira Conferência Episcopal como *pré-conciliar*. *A novidade pós-conciliar está mais na terminologia que no conteúdo. “Novos ministérios”, “comunidades de base”, “opção pelos pobres”, “conscientização”, etc., já estão conceptualmente neste documento de 1955. Mais adiante afirma ter sido professor antes do Concílio, durante o Concílio e depois do Concílio, jamais senti a suposta ruptura de continuidade imaginada pelos que agora desdenham a atividade pré-conciliar.* (SCHIERHOLT, 1999, p. 47).

Em meio a esta série de responsabilidades frente à REB e pela Campanha de esclarecimento aos católicos¹⁸, Kloppenburg recebeu, em meados de 1960, a notícia de que havia

¹⁷ Exposto por Schierholt em seu texto biográfico sobre Kloppenburg.

¹⁸ Acerca da Campanha de esclarecimento aos católicos, organizada e deflagrada pela Igreja Católica na década de 1950, o professor da Faculdade Estadual de Campo Mourão Frank Antonio Mezzomo nos fornece uma interessante reflexão. Destaca que “é oportuno pontuar que a Igreja Católica deflagrou uma campanha contra as religiões afro-brasileiras e contra o Espiritismo durante os dois primeiros quartéis do século XX. Frei Boaventura Kloppenburg foi um dos principais interlocutores da Igreja frente o perigo do crescimento dos cultos mediúnicos. A recém criada CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – instituiu o Secretariado Nacional da Defesa da Fé, com o

sido nomeado consultor da comissão teológica pré-conciliar do CVII. Ele participou do período chamado pré-conciliar (1959-1962), atuando na subcomissão teológica sobre o “depósito da fé”, que tinha por temática o espiritismo, a reencarnação e os novíssimos.¹⁹

O constante uso dos diários de Kloppenburg, por Schierholt, nos permite acesso, mesmo que limitado pelo seu biógrafo, aos seus pensamentos. Uma citação relata sua alegria por haver sido encarregado chefe da Seção de Língua Portuguesa do Serviço de Imprensa do CVII. Ele afirma: “Gostei, porque espero, isto me colocará em contato direto com as fontes de informação sobre o Concílio”. (KLOPPENBURG apud SCHIERHOLT, 1999, p. 50.) Definitivamente, não somente colocou Kloppenburg em contato direto, como proporcionou o seu posto de principal responsável pela divulgação do CVII no Brasil. Kloppenburg fazia parte de uma equipe de frades franciscanos trabalhando diretamente com o CVII.²⁰

Na década seguinte – 1961-1971 – Kloppenburg dedicou-se ao CVII e a sua difusão no Brasil, especialmente através da REB. O trabalho de Kloppenburg voltado para o CVII inicia no período pré-conciliar (1959-1962). Continua seu trabalho participando das quatro etapas conciliares e culmina com a produção teórica acerca das temáticas conciliares na REB. Sua participação intensa nas aulas conciliares lhe fornecia material diário para a produção de crônicas e textos que seriam publicados pela editora Vozes na REB e em livros. A documentação pré-conciliar e as crônicas sobre estes documentos foram publicados junto ao início do CVII em 1962. Em seguida, uma série com mais quatro livros com mais de 300 páginas cada, todos dedicados ao CVII, foram sendo publicados. A dedicação de Kloppenburg ao CVII era total, em entrevista concedida a Marcelo Ferreira de Andrades, ele afirmava:

Naquele período eu me dediquei de corpo e alma ao Concílio, eu já não me dedicava mais a esta questão apologética anterior que o povo tanto gostava. Tudo isto eu deixei de

objetivo de coordenar a preservação da ortodoxia católica. Este Secretariado credenciou o então frei Boaventura Kloppenburg para chefiar a ofensiva contra os cultos mediúnicos. Nos escritos da época, o autor acentuava a necessidade de ‘elevar-se’, através do trabalho educativo e missionário da Igreja, as populações submersas na incultura, na superstição e no atraso”. (MEZZOMO, 2008, p.7.)

¹⁹ Novíssimos são chamados os últimos acontecimentos da vida do cristão e que determinariam seu destino na eternidade: morte, juízo particular, purgatório, inferno e paraíso. É um ramo de estudo menor, derivado da escatologia. Esta estuda os últimos acontecimentos relativos a toda humanidade, enquanto o novíssimo trata exclusivamente do estudo do destino individual da alma após a morte.

²⁰ Trataremos mais a frente na pesquisa desta equipe. Podemos adiantar alguns dos nomes mais relevantes procurando evitar ou fazer perceber um isolamento do trabalho de Kloppenburg. Os nomes são Frei Guilherme Baraúna, Frei Ludovico Gomes Mourão de Castro, Frei Frederico José Leopoldo Vier, Frei Constantino Koser e Frei Paulo Evaristo Arns.

lado, acabou, eu não queria mais saber de espiritismo, era só mesmo o Concílio. (KLOPPENBURG apud ANDRADES, 2001. p. 88.)

Este trânsito constante do Brasil para Roma ao longo das quatro etapas conciliares lhe tomava muito tempo. Além das suas atividades como redator e professor em Petrópolis, o CVII exigia dos seus peritos – bem como de Kloppenburg – muito trabalho extra. Mesmo o hábito de escrever em seu diário, uma das principais fontes de seu biógrafo e sobrinho, ele havia deixado de lado. Schierholt afirma que o diário pessoal de Kloppenburg estava do final de 1963 até agosto de 1970 sem nenhuma anotação. Também aponta que Kloppenburg “dedicou-se totalmente aos livros sobre o CVII e à Revista Eclesiástica Brasileira, bem como professor de Teologia em Petrópolis e, em 1970, em Porto Alegre” (SCHIERHOLT, 1999, p. 38.)

Destacamos que, partir de 1962, quando a REB passou a publicar uma seção dedicada às comunicações e crônicas sobre o CVII, além de toda a documentação a ele referente, Kloppenburg foi o grande divulgador das idéias do CVII no Brasil, e os textos publicados na revista durante esse período constituem leitura obrigatória ao estudioso da história da Igreja católica no Brasil, pois apesar de ser uma publicação trimestral, Kloppenburg garantia a publicação dos textos do CVII quase imediatamente após sua aprovação, fato que se deve ao fato dele ser chefe da Seção de Imprensa para a Língua Portuguesa do CVII e perito nomeado pelo Papa para assessorar as sessões do CVII.

Muito perto de entregar sua renúncia da REB, algumas de suas memórias, agora preservadas em cartas, enviadas a sua irmã, nos fornecem mais algumas informações sobre os últimos meses de Kloppenburg como professor em Petrópolis. Diferente dos problemas anteriormente por ele apontados, de ordem teológica, agora o problema relatado parece afetar o professor de uma maneira mais pessoal, mesmo porque ele se sentia parte de toda a tradição que estava sendo questionada. Reclamava em carta para sua irmã que só recebia dos seus alunos desaforo e ingratidão. A postura de desabafo de Kloppenburg dizia:

Outro dia um grupo de 15 publicou um “manifesto” contra a Teologia que aqui ensinamos. Foi a maior bofetada que já recebi em minha vida. Doeu-me mesmo. Tinha vontade de deixar de dar aulas. Mas acabei dando aulas de tal maneira que nem se percebia que estava sendo contestado. Foi duro. Mas a juventude hoje é assim. Vejo isso por toda parte. Nem por isso podemos abandoná-los. Às vezes não tenho nem vontade de ver os estudantes, que já me dão raiva (...) - Mas é preciso ir adiante. Faço o possível para fazê-lo com alegria. É um novo tipo de ascese a que estou tentando adaptar-me. É difícil pra burro. (KLOPPENBURG apud SCHIERHOLT, 1999, p. 39.)

Com o encerramento do CVII em 1965, Kloppenburg retornou a se dedicar completamente à redação da REB, atividade que permaneceu até o ano de 1971. Sua saída da revista foi motivada por diferenças teológicas entre ele e o frei Leonardo Boff, e também pelo ambiente teológico em mudança no instituto de Petrópolis, bem como por uma opção pessoal de não enfrentamento com o novo redator. Kloppenburg afirmava, em correspondência trocada com Marcelo Ferreira de Andrades, o seguinte:

Resolvi renunciar a direção da REB, para entregá-la a mãos mais jovens. (...) Frei Leonardo Boff, OFM, que como diligente e atencioso estudante de teologia em 1964 muito me ajudara, desde 1970, quando retornou doutor da Alemanha, trabalhava ao meu lado e sob minha responsabilidade na direção da revista. Ele seria o novo chefe. Desde que voltara da Europa, não me entendia mais com ele. (...) Em carta ao padre provincial, Frei Valter Kempf, OFM, que tinha sido meu colega de curso e casualmente estava em Petrópolis, expliquei: “Não consigo mais acompanhar os avanços da teologia em nosso ambiente petropolitano e não quero lançar a Revista numa direção reacionária. (ANDRADES, 2001. p. 78)

Após 20 anos a frente da REB entregou sua carta de renúncia ao provincial Frei Valter Kempf, em dezembro de 1971. Encerava-se outro ciclo de sua carreira. Definitivamente, Kloppenburg havia feito parte do maior evento dentro da Igreja: participou ativa e efetivamente de um CVII. Ele foi responsável não somente pela divulgação em nossa língua deste CVII, mas também pelos desdobramentos das determinações conciliares. Estes desdobramentos, por sua vez, auxiliaram Kloppenburg na sua nova atividade após deixar a REB, a saber, reitor do Instituto Pastoral do CELAM, cargo que somente se afastou para se tornar bispo.

O terceiro momento da carreira de Kloppenburg compreende a década que vai de 1973 até 1982. Neste período, Kloppenburg foi diretor do Instituto de teologia pastoral para a América Latina em Medellín, local que possibilitou que sua atenção estivesse voltada para os problemas teológicos e pastorais da América Latina.

Após um período de peregrinações pela América-latina, “sua paróquia” – como chamava – fazendo conferências, principalmente sobre as temáticas conciliares, em 1973 Kloppenburg recebeu o convite para ser reitor no Instituto Pastoral do CELAM. Neste instituto, ele deveria estar atento a ortodoxia e a ordem. No L’Osservatore Romano, em 1974, aparece destacado que este Instituto, como uma iniciativa dos bispos da América Latina, “terá que fazer sua doutrina,

as diretrizes, as normas, as preocupações e as inquietudes dos bispos Latino-americanos” (SCHIERHOLT, 1999, p. 88.)²¹

O CELAM havia sido fundado em 1955 pelo papa Pio XII a pedido dos bispos latino-americanos. Esta estrutura de reflexão teológica tinha agora seu Instituto Pastoral sobre o comando de Kloppenburg. De início, Kloppenburg estava preocupado com a sua capacidade. Dizia ele que nunca havia organizado nada, sempre era encarregado de algo em andamento. Sua responsabilidade no Instituto rompia a perspectiva teológica e lhe exigiu competências administrativas. O Instituto, que passava por uma reforma, demandou de Kloppenburg uma postura de liderança. Esta liderança fez com que as reformas caminhassem em sua devida ordem, visando o início do ano letivo. Tudo isto ocorreu no primeiro mês do ano de 1974.

Kloppenburg presenciou a construção das doutrinas, diretrizes, normas, preocupações e inquietudes dos bispos latino americanos nos anos de 1970 e que ficou conhecida como teologia da libertação. Como reitor do Instituto de Teologia do CELAM, freqüentemente encontrava oposição dos grupos de religiosos que se alinhavam a Teologia da Libertação ainda em surgimento. Ele procurava reger o instituto conforme determinava a ortodoxia, criticava severamente a teologia na América Latina, ao mesmo tempo em que sofria pelos caminhos que esta estava tomando. Em meio a estes problemas, Kloppenburg tentava sempre entregar o cargo ao final dos anos letivos. Contudo, sempre lhe era negada a renúncia com a alegação de que ele estava cumprindo o seu papel com competência e suprimindo as expectativas do secretário geral do CELAM.²²

Os rumos tomados pela teologia na América Latina após o CVII freqüentemente eram assuntos das pautas de Kloppenburg, definitivamente, isto o incomodava. A sua relação com os alunos no Instituto estava se desgastando ao longo dos anos. No término dos dois anos que seguiram a sua indicação para reitor do Instituto, ele escreve uma carta de demissão onde afirmava que:

²¹ “tendrá que hacer suya la doctrina, las directrices, las normas, las preocupaciones y las inquietudes de los obispos latinoamericanos.” (SCHIERHOLT, 1999, p. 88.)

²² Sobre a gênese da teologia da libertação e seus desdobramentos na América latina, bem como esta teologia era vista no CELAM o texto “Do Vaticano II à Conferência Geral de Puebla” de Josep-Ignasi Saranyana possui uma reflexão introdutória que merece destaque. Este texto pode ser encontrado no livro do mesmo autor “Cem anos de teologia na América latina (1899 – 2001)” editado em conjunto entre as editoras Paulus e Paulinas em 2005. Sobre este tema também vale a consulta à tese doutoral de Pierre Gijs “Um análisis del magisterio social del episcopado venezolano em el período 1958 – 1998 defendida em 2002 na Pontificia Universidade Lateranense de Roma.

(...) nas atuais conjunturas eclesiais não é fácil lidar com padres e freiras latino-americanas. Não me sinto suficientemente “latinoamericano” para continuar à frente deste Instituto. No Brasil não éramos “latino-americanos” nem falávamos em espanhol. No entanto, meu maior problema não é entender a língua, mas a linguagem. Percebo que os conceitos teológicos que eu recebi e ensinei no Brasil não são entendidos ou aceitos aqui, fora do Brasil, embora me tenha esforçado por expressá-los em espanhol. Não me faltou um esforço sincero em aprender esta idiosincrasia das nações latino-americanas de língua espanhola, mas parece que já sou demasiado velho para semelhantes mudanças. Por isso, peço que o posto de Diretor deste Instituto, no qual predomina absolutamente o elemento não-brasileiro, deve ser ocupado por um não-brasileiro, por um latino-americano de língua e linguagem espanhola. (SCHIERHOLT, 1999, p. 90.)

Os problemas teológicos aos quais Kloppenburg faz referência seriam aqueles que nascem das reflexões conciliares e que assumiram em alguns segmentos da Igreja Latino-americana uma orientação ideológica socialista – nos referimos à teologia da libertação. Os grupos que se formavam em torno das Igrejas passavam a frequentar os seminários e os institutos teológicos. Acerca do grupo de alunos pertencentes aos Sacerdotes para a América Latina (SAL) inscritos no Instituto, Kloppenburg afirmava: “O que eles querem é conseguir que se feche também este Instituto, já que eles não têm mais (como tinham nos Institutos anteriores) o domínio sobre a orientação ideológica” (SCHIERHOLT, 1999, p. 91.)

Estes problemas com os alunos permaneceram por alguns anos, e ao acompanharmos o seu diário, percebemos que sempre na chegada do fim de ano ele solicitava sua substituição como reitor e professor do Instituto. Em 1979 escreveu: “Quero conseguir ao menos o seguinte: que tratem de arranjar um novo Reitor a partir do próximo ano, mas que, para poder ser efetivo, já deve ser nomeado neste ano e assim preparar o curso de 1980...” (SCHIERHOLT, 1999, p. 94.) Isto não aconteceu e Kloppenburg recebeu uma carta resposta que afirmava não aceitar o seu afastamento devido ao bom trabalho que estava fazendo. Relata não querer mais a responsabilidade de reitor “que é pura chateação”, e declara: “pediram que redigisse uma carta de demissão, coisa que já fiz no ano passado e em março deste ano, mas que eles ignoram.” (SCHIERHOLT, 1999, p. 94.)

Com um tom irônico, Kloppenburg afirmava no final do ano de 1981 que o Instituto estava indo bem e que, sendo assim, deveria considerar-se “inamovível”. No ano seguinte, o afastamento do cargo de reitor e professor do Instituto se concretizou, dando lugar a sua nomeação e consagração como bispo pelo Papa João Paulo II. Deste modo, ele assumiu como

bispo auxiliar a Diocese de Salvador e, posteriormente, até que se aposentasse, a Diocese de Novo Hamburgo.²³

Somente em 1982 – com a nomeação de Kloppenburg pelo então papa João Paulo II (1978-2005) como Bispo auxiliar da Arquidiocese de Salvador na Bahia – o então bispo deixou a reitoria do Instituto Teológico do CELAM. Sua ordenação aconteceu no mesmo ano, em Rolante, no Rio Grande do Sul. Agora Bispo, Kloppenburg trabalharia na pastoral da Bahia, um dos locais com o maior número de praticantes do candomblé do Brasil. Trabalharia, na prática, com os problemas que havia detectado anos antes com seus estudos sobre o espiritismo e o candomblé. Conhecedor destas temáticas, ele logo foi convidado a participar de diversos grupos, entre eles o Centro de estudos etnográficos da Bahia.

Como bispo, usava a experiência adquirida ao longo dos anos no trato com alunos e professores do Instituto do CELAM para transitar da melhor forma possível na diocese e atender devidamente a confiança que lhe fora depositada. Destacamos um trecho do diário de Kloppenburg transcrito na biografia deste autor escrita por Schierholt:

Segundo suas memórias, no domingo de 16 de julho, o cardeal se encontrava em Brasília, Dom Tomás nos USA e Dom Salvador em Belo Horizonte. *E assim represento os três, para cá e para lá. Ontem estive em São Félix, para receber as homenagens ao Cardeal, ainda por suas bodas (jubileu) de ouro. Nunca me senti tão Cardeal como nestes dias...* (SCHIERHOLT, 1999, p. 143.)

Além destas questões, Kloppenburg necessitava se posicionar sobre a questão em voga, não só na Bahia, mas em toda a América Latina, sobre a Teologia da Libertação. Ele afirmava, num tom nitidamente provocador, que a “teologia da libertação” que praticava iria em direção à libertação dos homens do pecado, estabelecendo claramente uma separação entre ele e os adeptos da Teologia da Libertação, teologia fortemente influenciada pelo Marxismo. Ao que parece, estes problemas entre a Igreja Católica, enquanto instituição regulamentadora; e a Teologia da Libertação, como questionadora desta instituição, são bastante perceptíveis no processo que Frei Leonardo Boff enfrentava junto à Congregação para a Doutrina da Fé.²⁴

²³ O último período de atuação de Kloppenburg vai do ano de 1982 servindo como Bispo em Salvador, local que permaneceu até o ano de 1986. No mesmo ano foi transferido para a diocese de Novo Hamburgo onde permaneceu como bispo até sua aposentadoria em 1995.

²⁴ Estamos aqui nos referindo aos conhecidos questionamentos levantados por Leonardo Boff a respeito da hierarquia da Igreja, expressos no livro “Igreja, Carisma e Poder”. Condenado em 1985 ao silêncio de um ano e afastado das suas funções editoriais e professorais dentro da Igreja Católica, Leonardo Boff, até 1992, sofreu vigilância severa e,

Kloppenburg permaneceu como bispo em Salvador até o ano de 1986, quando foi nomeado bispo da Diocese de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul. Quando soube da notícia de sua nomeação, afirmava que não conseguia colocar mais suas ideias em ordem por conta da ansiedade que estava sentido: “Estou inquieto e incapaz de fazer qualquer coisa séria. Estava fazendo um estudo sobre a teologia da libertação dos judeus no tempo de Jesus. Mas sinto-me agora tão confuso que não consigo arrumar mais minhas idéias”. (KLOPPENBURG apud SCHIERHOLT, 1999, p. 145.)

Em Novo Hamburgo encontrara um clero dividido, e atribui à influência da teologia da libertação, que vai desde padres incitando invasão de terras, a padres exigindo direito a votos para a comunidade para as decisões episcopais. Visivelmente, o questionamento posto à hierarquia da Igreja por meio da influencia da teologia da libertação estava estabelecido. Trabalhou em Novo Hamburgo como Bispo até o ano de 1995, perto de completar 75 anos e com a saúde comprometida por uma bronquite asmática, abdica de seu posto sendo substituído no ano seguinte por Dom José Osvino Both, que permaneceu no cargo até o ano de 2006.

A partir de 1995 Kloppenburg se tornou Bispo Emérito e permaneceu morando no prédio do bispado em Novo Hamburgo até sua morte, em 2009. Dom Boaventura Kloppenburg foi responsável por uma grande produção literária, em vários idiomas, que iniciou no ano de 1951, e compreende mais de 70 livros, além de um número bastante significativo de artigos em diversas revistas teológicas e jornais.

Finalizando, Kloppenburg tem o mérito de ter sido o único autor que publicou na REB comentários sistemáticos sobre a natureza da Igreja à luz do Vaticano II (SILVA, 2010, p. 377), com uma intenção eminentemente prática (SILVA, 2010, p. 386).

2. O CONCÍLIO VATICANO II E A IGREJA CATÓLICA NO BRASIL

2.1 O Concílio Vaticano II

O XXI Concílio Ecumênico aconteceu entre os anos de 1962 e 1965, no Vaticano, entre os papados do Papa João XXIII (1958-1963) do Papa Paulo VI (1963-1978). Foram realizadas quatro sessões ao longo deste período – a primeira de 11 de outubro até 8 de dezembro de 1962, a segunda de 29 de setembro até 4 de dezembro de 1963, a terceira de 14 de setembro até 21 de novembro de 1964 e a quarta de 14 de setembro até 8 de dezembro de 1965 – nas quais foram discutidas diversas temáticas que tinham como ponto norteador a necessidade da Igreja começar a responder com novas ações às mudanças ocorridas na sociedade ao longo do século XX. João XXIII alertava para as necessidades de um novo posicionamento da Igreja:

A Igreja assiste, hoje, à grave crise da sociedade. Enquanto para a humanidade surge uma era nova, obrigações de uma gravidade e amplitude imensas pesam sobre a Igreja, como nas épocas mais trágicas da sua história. Trata-se, na verdade, de pôr em contacto com as energias vivificadoras e perenes do evangelho o mundo moderno: mundo que se exalta por suas conquistas no campo da técnica e da ciência, mas que carrega também as conseqüências de uma ordem temporal que alguns quiseram reorganizar prescindindo de Deus. Por isso, a sociedade moderna se caracteriza por um grande progresso material a que não corresponde igual progresso no campo moral. Daí, enfraquecer-se o anseio pelos valores do espírito e crescer o impulso para a procura quase exclusiva dos gozos terrenos, que o avanço da técnica põe, com tanta facilidade, ao alcance de todos; e mais ainda - um fato inteiramente novo e desconcertante - a existência do ateísmo militante, operando em plano mundial. (JOÃO XXIII, 1961)

Apesar de o CVII ter sido realizado no início da segunda metade do século XX, parece ser comum nos autores que estudam o CVII ²⁵ que este evento seria um desfecho, ou mesmo uma conclusão, para o Concílio Vaticano I (1869 – 1870) que havia sido interrompido por conta da Guerra Franco-Prusiana (1870 – 1871).²⁶

²⁵ Destacamos os trabalhos do historiador eclesiástico italiano Giuseppe Alberigo e sua História do Concílio Vaticano II escrita em 4 volumes; da mesma maneira vale destacar o trabalho de José Oscar Beozzo, historiador eclesiástico brasileiro, sobre o Concílio Vaticano II e que é resultado da sua tese de doutorado.

²⁶ Os nomes consultados por nós são os de Giuseppe Alberigo, Riolando Azzi, José Oscar Beozzo e Ney de Souza.

A Igreja Católica, ao longo do século XX, configurou-se a partir das diretrizes do ultramontanismo²⁷ - movimento criado em meados do século XIX, que veio indicar o apoio à supremacia papal em oposição aos que queriam a autonomia para as igrejas nacionais. De modo geral, o movimento buscava em Roma a sua referência para a doutrina teológica e política. Ao papa cabia autoridade suprema em matérias de disciplina e fé. O ultramontanismo é claramente uma reação da Igreja Católica do século XIX, que, por conta da Revolução Francesa, perdera seus privilégios, frente à sociedade, além de perda de suas propriedades e posses. Sobre esta situação em que se encontrava a Igreja após a Revolução Francesa podemos destacar que:

Além de desbancar a instituição católica da função, exercida por um milênio, de colaboradora do poder político no governo das populações, a filosofia liberal, por meio da doutrina do contrato social, atingia também diretamente a perspectiva teológica da origem divina do poder, alicerce considerado indispensável para a manutenção da ordem social. (AZZI, 2006, p.9)

Riolando Azzi fornece algumas perspectivas históricas da Igreja nos primeiros 50 anos do século XX. Segundo este autor, devemos atentar para o aumento da reação contra o comunismo por parte da Igreja, considerando que a implantação deste regime no leste europeu após a primeira guerra mundial constituía uma doutrina que, entre suas variadas delineações, proclamava o ateísmo e valorizava os “elementos materiais da existência humana, com descaso para a concepção espiritualista do mundo.” (AZZI, 2006, p. 17) Aliado a este processo, existiu uma orientação da cúria romana em favor dos estados nacionais que adotariam o autoritarismo como sistema de governo.

No que tange a separação estabelecida entre Igreja e Estado, e mesmo a perda de territórios por conta desta separação, o Tratado de Latrão de 1929, realizado entre o reino da Itália e a Santa Sé, tem especial importância. Este pacto político contém, em três documentos, suas diretrizes: um “tratado político” – que reconhece a soberania da Santa Sé no estado da Cidade do Vaticano; “uma concordata” – que regula a posição da Igreja e da religião católica no Estado italiano; e uma “convenção financeira” – que garantiria indenizações financeiras pelas perdas dos territórios durante a unificação da Itália no século anterior.

²⁷ O ultramontanismo desenvolve suas raízes na França pós-revolução (1789), os principais documentos produzidos pela Igreja a respeito deste movimento são de Gregório XVI (1831-1845) com a encíclica *Mirarivos* (1832), de Pio IX (1846-1878) com *Qui Pluribus* (1846) e *Quanta Cura* (1864), de Leão XIII (1878-1903) com *Immortale Dei* (1885) e de Pio XI (1922-1939) *Quas Primas* (1925).

Riolando Azzi aponta outras questões, como a preservação da instituição familiar, a influência na esfera da educação, saúde e assistência social e a preocupação da igreja com os movimentos populares, além da inserção do clero na sociedade letrada. Azzi afirma que “enquanto a Igreja estabelecia alianças com os Estados, realizava também uma inserção mais expressiva na sociedade urbana; seus membros não só assimilavam cada vez mais os valores burgueses, como se tornavam promotores dos mesmos”. (AZZI, 2006, p. 20)

Esta inserção ao mesmo tempo ampliou o espaço de atuação dos religiosos que, por sua vez, colaboravam para uma visão mais crítica das necessidades da sociedade após a segunda guerra mundial. Esta visão mais crítica é responsável por novas perspectivas teológicas.

A reação da Igreja acerca destas novas perspectivas teológicas acontecia por conta da sua visão doutrinal vigente, que condenava qualquer formulação teológica que se afastasse das determinações conciliares de Trento (1545 a 1563) e do Vaticano I (1869 a 1870), respectivamente o XIX e XX Concílios. Estas tentativas de inovação eram chamadas de modernistas e não tinham espaço suficiente de circulação dentro da Igreja Católica. Considerando isto, “é importante assinalar que essas novas perspectivas teológicas enfatizavam a necessidade da participação do laicato no culto e na ação social na Igreja, o reforço à inspiração bíblica na reflexão teológica e a abertura ao diálogo ecumênico.” (AZZI, 2006, p. 24). Em sua tese de doutorado, intitulada “Os baluartes da Tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II”, Rodrigo Coppe Caldeira chama a atenção:

De fato, a instituição religiosa atravessava momentos conturbados. Frente à emergência de um novo sujeito, perpassado pela subjetividade e pela sempre e mais crescente crítica e deslegitimação de qualquer tipo de autoridade, a Igreja, na figura do Magistério, se via em um mar de incertezas. Assim, negava qualquer possibilidade de transformação do conteúdo de fé e de convergência entre ela e os valores modernos, levando à categoria de erro as novas abordagens que surgiam calcadas na ciência e no historicismo em expansão. (COPPE CALDEIRA, 2009, p.58)

Mesmo com esta realidade frente à Igreja pré-conciliar, as expectativas com a realização do CVII permitiram que alguns movimentos – que achavam necessárias as reformas na estrutura da Igreja, fossem elas teológicas, políticas ou pastorais – ganhassem espaço.

Riolando Azzi comenta que, às vésperas do CVII, a Igreja poderia ser percebida como uma instituição poderosa, “multinacional centralizada, dirigida pela classe clerical, e hasteando a

bandeira da valorização espiritual da existência. Mas os percalços para uma atuação mais efetiva no seio da sociedade se multiplicavam.” (AZZI, 2006, p.25)

No discurso de abertura do CVII, o papa João XXIII expõe a visão da instituição católica pré-conciliar e que, por sua vez, vai ao encontro das considerações descrita por Azzi anteriormente:

A finalidade principal deste Concílio não é, portanto, a discussão de um ou outro tema da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos Padres e dos Teólogos antigos e modernos, que se supõe sempre bem presente e familiar ao nosso espírito.

Para isto, não havia necessidade de um Concílio. Mas da renovada, serena e tranqüila adesão a todo o ensino da Igreja, na sua integridade e exatidão, como ainda brilha nas Atas Conciliares desde Trento até ao Vaticano I, o espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro espera um progresso na penetração doutrinal e na formação das consciências; é necessário que esta doutrina certa e imutável, que deve ser fielmente respeitada, seja aprofundada e exposta de forma a responder às exigências do nosso tempo. (JOÃO XXIII, 1962)

O movimento que inspirava as palavras de João XXIII – que ao mesmo tempo propunha uma abertura, ou melhor, um *aggiornamento*²⁸ da Igreja ao mundo fora dos muros do Vaticano – posicionava-se contra as influências chamadas modernistas. O *aggiornamento*, que literalmente significa “estar em dia”, era usado no contexto eclesiástico católico conciliar pelo papa João XXIII, que popularizou esta expressão pelo desejo de que a Igreja saísse atualizada do CVII.

É nosso dever não só conservar este tesouro precioso, como se nos preocupássemos unicamente da antiguidade, mas também dedicar-nos com vontade pronta e sem temor àquele trabalho hoje exigido, prosseguindo assim o caminho que a Igreja percorre há vinte séculos.

Uma coisa é a substância do «depositum fidei», isto é, as verdades contidas na nossa doutrina, e outra é a formulação com que são enunciadas, conservando-lhes, contudo, o mesmo sentido e o mesmo alcance. Será preciso atribuir muita importância a esta forma e, se necessário, insistir com paciência, na sua elaboração; e dever-se-á usar a maneira de apresentar as coisas que mais corresponda ao magistério, cujo caráter é prevalentemente pastoral. (JOÃO XXIII, 1962)

A posição de autoridade da qual o papa fala e exerce sua função, carrega um número de vinculações históricas e teológicas que o impossibilitam de agir de outra maneira que não seja a aceitável para um papa, a saber, o guardião da fé e das tradições. Esta reflexão sobre a autoridade

²⁸ O *aggiornamento* ao qual fazemos referência aqui aparece definido no documento *Sacrosanctum concilium*. “O sagrado Concílio propõe-se fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja.”. (PAULO VI, 1963, p.1.)

papal vai de encontro às considerações de Rodrigo Coppe Caldeira. Para que suas ações possam se efetivar, ao mesmo tempo em que as estruturas mais solidificadas da Igreja são postas em discussão, existe esta necessidade de simulação que permite perceber uma “inspiração diversa daquela do passado. Além disso, a sua ação era destinada a encontrar no ambiente da Cúria, no episcopado, no mundo católico resistências que ele não queria superar pela autoridade.” (VERUCCI, 1999, p. 329 *apud* COPPE CALDEIRA, 2009, p.111)

Neste momento se faz necessária uma discussão sobre os diferentes momentos que antecederam a realização do CVII. O período que contempla os anos de 1959 a 1962 foi chamado de fase “pré-conciliar” ou ainda, de fase “antepreparatória”. Durante período que antecede o CVII II foi constituída pelo papa, em maio de 1959, uma comissão antepreparatória, presidida pelo cardeal Tardini, o então secretário de Estado da Santa Sé. A função desta comissão era:

(...) colocar-se em contato com o Episcopado eclesiástico a fim de obter conselhos e indicações; reunir as propostas formuladas pelos dicastérios, traçar as linhas gerais das questões que deverão ser discutidas no Concílio, ouvidos os pareceres das faculdades teológicas e das universidades católicas; sugerir a composição dos diversos organismos que deverão cuidar da subseqüente preparação. (SVIDERCOSCHI, 1968, p.50)²⁹

Após esta consulta inicial aos bispos da Igreja ao redor do mundo, tem início um novo momento deste processo pré-conciliar, agora voltado diretamente para a realização do CVII. As comissões preparatórias, que anteciparão os temas discutidos no Concílio, foram instituídas pelo papa João XXIII através do documento *Superno Dei Nutu* de 1960, que estabeleceu dez comissões: (1) teológica; (2) administração das dioceses; (3) clero e povo; (4) sacramentos; (5) liturgia; (6) estudos eclesiásticos; (7) ordens; (8) Igrejas orientais; (9) missões; e, (10) apostolados dos leigos e dos secretariados – o primeiro apostolado para os meios de comunicação social e o segundo para a unidade dos cristãos. Estas comissões eram coordenadas e acompanhadas pela comissão central, presidida diretamente pelo papa.

²⁹ ponerse en contacto con el Episcopado eclesiástico a fin de obtener consejos e indicaciones; reunir las propuestas formuladas por los dicasterios, trazar las líneas generales de las cuestiones que deberán ser discutidas en Concilio, oídos los pareceres de las facultades teológicas y de las universidades católicas; sugerir la composición de los diversos organismos que deberán hacerse cargo de la subsiguiente preparación. (SVIDERCOSCHI, 1968, p.50)

As comissões preparavam os textos que deveriam ser submetidos para aprovação do CVII. Os textos produzidos, chamados de *esquemas*³⁰, eram apresentados por um relator da comissão interessada, e a apresentação poderia ser aceita, rejeitada ou corrigida. Estas possibilidades aconteciam após a exposição argumentativa oral da comissão, e o relator possuía o direito à replica. Somente após este processo é que o texto era inserido no *esquema*. Mesmo após aprovação, o texto era reapresentado com sua nova forma à comissão conciliar e, caso fosse julgado por esta comissão como insuficiente, deveria passar novamente por todo o processo.

Conforme a História do CVII, organizada por Giuseppe Alberigo, estas comissões conciliares assumiriam um novo papel. Havia um impulso que pretendia valorizar as conferências episcopais “que se chocava, porém, com dificuldades de organização, e levantava dúvidas e méritos” Esta valorização das conferências episcopais levantava uma questão: “as conferências, com a elaboração de listas, não espoliariam os bispos de sua liberdade de escolha, criando uma espécie de dirigismo do Concílio?” (ALBERIGO, 2000, p.47).

Este problema sobre a possibilidade de o CVII tomar uma direção condicionada pelo desejo das conferências episcopais se resolveu com o aprofundamento no desenvolvimento do documento que regulamentaria o CVII. Este regulamento estipulava as normas de funcionamento do evento conciliar: regulamentava as pessoas que participariam do evento, as regras a serem observadas durante o CVII e a maneira de procedimento para os trabalhos desenvolvidos.

Através da realização da sétima sessão plenária da Comissão Central (junho de 1962), o trabalho pré-conciliar estava finalizado e o CVII pôde ser iniciado em 11 de outubro de 1962. O CVII teve quatro fases: a primeira de 11 de outubro até 8 de dezembro de 1962, a segunda de 29 de setembro até 4 de dezembro de 1963, a terceira de 14 de setembro até 21 de novembro de 1964, e a quarta de 14 de setembro até 8 de dezembro de 1965.

A primeira fase tem como documento de abertura o discurso *Gaudet mater Ecclesia*, no qual João XXIII relembra a necessidade do *aggiornamento*, bem como, aponta a

³⁰ *Esquema* é o nome dado à documentação produzida pelas Comissões Preparatórias do Concílio. A consulta efetuada anteriormente durante a etapa “ante-preparatória” produziu um vasto número de propostas temáticas (9348 para ser exato), as Comissões Preparatórias deveriam – a partir de suas particularidades instituídas no documento *Superno Dei Nutu* – debater e sintetizar estes temas e transformá-los em propostas viáveis de discussão, primeiro para a Comissão Central e depois para o Concílio. As Comissões produziram 70 esquemas. Vale destacar que “em período conciliar, os esquemas são chamados decretos, e os textos distribuídos aos padres em tempo útil, para que possam ser discutidos e eventualmente emendados, são chamados de cânones” (SOUZA, 2004, p.32.)

legitimidade da tradição e a relação desta tradição com a sociedade moderna em constante mudança. Neste momento inicial também foi decidido que deveriam ser eleitos os membros das comissões conciliares.

A primeira fase de discussões foi a respeito do *esquema* sobre a liturgia. Segundo estas discussões, os fiéis deveriam participar das celebrações, para isto, uma série de outras medidas precisavam ser tomadas: como a celebração em língua vernácula, a ministração da Palavra, a missa, a administração dos sacramentos em linguagem comum e particular de cada país, além de uma reforma nos livros litúrgicos e da realização da comunhão sobre o pão e o vinho, não somente sobre o pão. Antes do fim da primeira sessão, o texto foi aprovado parcialmente.

A discussão seguinte girava em torno do *esquema* sobre as fontes da Revelação. A principal questão era afirmar duas fontes para a Revelação: além da bíblia, a tradição. Ney Souza afirma que “era necessário afirmar que alguns eram dogmas fundamentados somente na Tradição ou afirmar que a única fonte da Revelação é a Palavra de Deus, que é alcançada através de dois canais, a Escritura inspirada pelo Espírito Santo e a Tradição transmitida pela Igreja”. (SOUZA, 2005, p.37.)

O *esquema* sobre os meios de comunicação – cinema, televisão, rádio e jornal – foi aprovado sem muitas alterações e votos contra. O *esquema* procurava relatar algumas condições assumidas pela Igreja em relação ao uso destes meios de comunicação para obter e divulgar informações.

No que tange ao *esquema* sobre as Igrejas orientais, a questão principal era a da relação entre a Igreja latina – Igreja Romana – e as Igrejas católicas orientais. O *esquema* sugeria a necessidade da unidade da Igreja. Esta unidade, por sua vez, deveria acontecer sob o comando do único pastor, o Papa.

Esta primeira fase do CVII foi encerrada em 08 de dezembro de 1962. A segunda fase deveria iniciar no começo de setembro de 1963, mas com a morte de João XXIII em 3 junho deste ano, o CVII foi suspenso. Conforme as normas do direito canônico a eleição de um novo Papa deveria ser realizada antes da retomada do CVII. O novo Papa foi eleito no dia 21 do mesmo mês.

Foi sob o comando do novo papa Paulo VI que o CVII teve sua continuação. A abertura da segunda etapa aconteceu em 29 de setembro de 1963. A principal discussão aconteceu a partir do *esquema* sobre a Igreja, norteadas pelos objetivos do CVII, pontuados,

agora, por Paulo VI. Ney de Souza expõem estes objetivos: a exposição da doutrina e da natureza Igreja, a reforma interna da Igreja, a importância da unidade dos cristãos e o diálogo da Igreja com o mundo contemporâneo. (SOUZA, 2005, p. 44)

O debate inicial da segunda etapa do CVII estava focado no *esquema* elaborado na etapa pré-conciliar sobre as atribuições e estrutura da Igreja. O *esquema* foi elaborado em quatro capítulos. 1º) “O mistério da Igreja”; 2º) “A constituição hierárquica da Igreja e do episcopado”; 3º) “O povo de Deus e o laicado”; 4º) “A vocação à santidade na Igreja”. O debate sobre o *esquema* da Igreja durou um mês e foi solicitado que fosse revista a redação do texto a partir de cinco pontos: (1) se a consagração episcopal tem caráter sacramental; (2) se, na comunhão com o papa e com os bispos cada bispo, legitimamente consagrado, é *ipso facto* membro do *corpus episcoporum*; (3) se o colégio episcopal (*corpus seu collegium episcoporum*) é sucessor no colégio dos apóstolos, e se, juntamente com o seu chefe, o Papa – nunca sem ele – tem o poder supremo sobre toda a Igreja; (4) se este poder é de direito divino; (5) se é oportuno, em relação às necessidades locais da Igreja, restaurar o diaconato como grau de consagração distinto e permanente. (SOUZA, 2005, p. 47)

O *esquema* sobre o ecumenismo já havia sido preparado em 1962. Apesar disto, a temática ecumênica que estava sendo discutida era significativamente nova no ambiente católico. O ecumenismo discutido era o católico, que oriente os fiéis católicos e os prepare para as relações que se estabelecerão com o mundo moderno, com as Igrejas orientais e com as Igrejas reformadas, principalmente as oriundas da reforma protestante. Três questões são fundamentais para este processo se concretizar. Primeiramente, uma reforma interior da Igreja, seguida pelo diálogo com as Igrejas que não são católicas, um diálogo de compreensão. Por fim, a colaboração mútua entre as Igrejas cristãs, possibilitando, desta maneira, uma verdadeira união em comum contra a sociedade técnica, materialista e ateia.

O *esquema* sobre a liturgia, já discutido e aprovado parcialmente na primeira sessão, foi retomado e aprovado em sua totalidade na segunda sessão do CVII. Assim, alguns ritos usados na liturgia poderiam ser simplificados. O uso mais frequente das línguas vernáculas também foi aprovado, além disto, poderia haver participação dos leigos na celebração da eucaristia que poderia ser servida nas duas espécies – tanto no pão, como no vinho. Também o já discutido *esquema* sobre os meios de comunicação foi aprovado. Com estas resoluções, a segunda sessão foi encerrada em 4 de dezembro de 1963.

Retomado em 14 de setembro de 1964, o CVII entrava na sua terceira etapa. Gian Franco Svidercoschi chamou esta etapa do CVII de um “tempo de maturidade”, pois considerava que as etapas anteriores haviam deixado para trás uma série de problemas que se configuraram como impeditores da fluidez dos trabalhos iniciais conciliares:

O segundo período – digamos francamente – deixou um gosto amargo suficiente em alguns Bispos. Havia sido finalmente aprovado, é verdade, os dois primeiros esquemas e as discussões em sala de aula, já havia definido, mas apenas genericamente, os princípios necessários para uma revalorização do poder episcopal e um verdadeiro diálogo com outros cristãos. Mas também não se pode descartar a opinião daqueles que lamentavam a falta de resultados concretos alcançados até aquele momento, ou esquecer que todos os grandes problemas haviam sido suspensos e ainda haviam cingido sobre eles, como a espada de Dâmocles, contrastes fortes e perigosas incógnitas. (SVIDERCOSCHI, 1968, p.303.)³¹

Mesmo em meio a toda esta situação, a realização do CVII, ao mesmo tempo, respondia a ansiedade por resoluções e providenciava, ao menos, a esperança de que todas as discussões que estavam acontecendo não seriam trabalho desperdiçado, mas colaborariam para aquele “tempo de maturidade” que nos chamou a atenção Svidercoschi.

O *esquema* sobre a Igreja, já debatido nos outros dois momentos conciliares, foi retomado na terceira etapa. Além dos seis primeiros capítulos, foram acrescentados mais dois. Um sobre escatologia e a Igreja, e outro sobre a Virgem Maria. Os outros capítulos tratavam respectivamente do mistério da Igreja, do Povo de Deus, da constituição hierárquica da Igreja e do episcopado, dos leigos, da vocação à santidade, e, por fim, um capítulo sobre os religiosos.

Outro *esquema* já debatido entrou em discussão novamente, o *esquema* sobre o ecumenismo. A principal controvérsia estava na temática sobre a liberdade religiosa, que propunha, entre outras coisas, a liberdade de consciência fora da Igreja, ou seja, na vida civil. O problema desta afirmação era a sua implicação principal, o rompimento definitivo entre a Igreja

³¹ El segundo período—digámoslo con franqueza—había dejado un sabor amargo a bastantes o bispos. Se habían aprobado por fin, es verdad, los dos primeros esquemas y, con las discusiones en el aula, se habían fijado ya, aunque sólo genéricamente, los principios necesarios para una revalorización de la potestad episcopal y para un diálogo efectivo con los demás cristianos. Pero tampoco se podía desechar la opinión de los que se lamentaban de la escasez de resultados concretos conseguidos hasta entonces, ni olvidar que los grandes problemas habían quedado todos en suspenso y que se ceñían aún sobre ellos, como espada de Damocles, fuertes contrastes y peligrosas incógnitas. (SVIDERCOSCHI, 1968, p.303.)

e o Estado. Além disto, neste mesmo *esquema* sobre o ecumenismo também foi discutida uma declaração sobre os judeus. Esta declaração os absolvía da acusação de deicídio, resolvendo um embate entre judaísmo e cristianismo que remontava os primeiros séculos da era cristã.

O *esquema* sobre a Revelação foi aprovado sem muitas discussões. Ele foi organizado da seguinte maneira: (a) revelação; (b) transmissão da revelação; (c) inspiração e a interpretação da Sagrada Escritura; (d) antigo testamento; (e) novo testamento; e, (f) Sagrada Escritura na vida da Igreja.

Três *esquemas* foram contemplados na terceira etapa conciliar. O *esquema* sobre o apostolado para os leigos foi criticado, pois deveria exigir responsabilidades e espiritualidades diferenciadas dos leigos para que fossem aprovados como apóstolos. No *esquema* sobre a Igreja no mundo contemporâneo, a preocupação estava na atuação da Igreja, em especial nas áreas superpovoadas, de guerra, e nas regiões de extrema pobreza. O *esquema* sobre o matrimônio trazia quatro temáticas: o impedimento na realização dos sacramentos, matrimônios mistos, consenso matrimonial e as formas de celebração do matrimônio.

Em 21 de novembro de 1964, o terceiro período conciliar foi encerrado. No encerramento da terceira etapa foi aprovada a constituição dogmática *Lumen Gentium* e o decreto *Orientalium ecclesiarum*. Ficaria para a próxima etapa conciliar a aprovação do texto sobre a liberdade religiosa.

A quarta e última etapa do CVII iniciou-se em 14 de setembro de 1965. Durante o encerramento da etapa anterior a discussão da declaração sobre a liberdade religiosa havia sido suspensa. O papa garantiu que o debate sobre esta declaração estaria em primeiro lugar no início dos debates da etapa seguinte. Desta maneira, com a reunião inicial da IV etapa conciliar, foi retomado o debate sobre a liberdade e a responsabilidade de cada indivíduo, bem como, o debate e sobre a entidade religiosa frente à sociedade civil. Este debate sobre a liberdade não pretendia justificar atitudes errôneas, todavia, buscava afastar-se destas através da “verdade revelada no Ministério do Cristo”. A defesa era em favor das liberdades de escolhas individuais, estas escolhas individuais, por sua vez, não eram de cunho teológico-religioso. As escolhas que assumissem estas últimas dimensões – teológica e religiosa – eram reguladas pela Igreja e não havia dúvidas sobre elas.

As maiores decisões tomadas na IV etapa do CVII dizem respeito aos quatro documentos promulgados ao final da sessão. São eles a *Gaudium et spes* (Sobre a Igreja no

mundo atual), *Dignitatis humanae* (Sobre a liberdade religiosa), *Ad gentes* (Sobre a atividade missionária da Igreja) e *Presbyterorum ordinis* (Sobre o ministério e a vida dos sacerdotes).

A *Gaudium et spes* ficou conhecido como o documento central do CVII, além de ser o mais extenso de todos eles. O documento responde àquele desejo inicial de João XXIII, a saber, da relação da Igreja com o mundo moderno. O documento está organizado da seguinte forma: (1) “Proêmio”, seguido por uma (2) introdução sobre “A condição do homem no mundo atual”. A primeira parte (3) “A Igreja e a vocação do homem”, subdividido em mais quatro temáticas específicas, “A dignidade da pessoa humana”, “A comunidade humana”, “A atividade humana no mundo” e “A função da igreja no mundo atual”. A segunda parte (4) “Alguns problemas mais urgentes”, é subdividido em cinco temas: “A promoção da dignidade do matrimônio e da família”, “A conveniente promoção do progresso cultural”, “A vida econômico-social”, “A vida da comunidade política” e “A promoção da paz e a comunidade internacional”.

No documento *Dignitatis humanae*, o tema é a liberdade religiosa. Seu primeiro ponto é intitulado “O problema da liberdade religiosa na atualidade”, seguido por uma “Doutrina geral acerca da liberdade religiosa” e continuado pelo ponto intitulado “A liberdade religiosa à luz da revelação”.

Ad gentes é um documento que apresenta as formas de missões da Igreja, no mundo moderno. Esta dividido em seis partes, (1) “Princípios doutrinários”, (2) “A obra missionária em si mesma”, (3) “Igrejas particulares”, (4) “Missionários”, (5) “A organização da atividade missionária”, (6) “Cooperação”.

O decreto *Presbyterorum ordinis* esta dividido em quatro partes, além do proêmio: (1) “O presbiterado na missão da Igreja”, (2) “O ministério dos presbíteros”, (3) “A vida dos presbíteros”, (4) “Conclusão e exortação”. Segundo Ney de Souza, este documento não havia cumprido com todas as expectativas. “O texto, junto com as partes da constituição sobre a Igreja e sobre a liturgia, apresenta a missão do sacerdote, a relação com o bispo, com os outros sacerdotes e com os leigos. A lei do celibato era aprovada e confirmada” (SOUZA, 2005, p.63.), mas não respondeu, por exemplo, ao problema da crescente queda no número de vocações, principalmente na Europa.

O propósito de que a Igreja precisaria de um Concílio para se abrir e responder ao mundo moderno, que aparecem nas primeiras declarações de João XXIII sobre o a realização do CVII, são percebidos no encerramento da alocução de Paulo VI. Alegava que uma série de

questões ficaria a espera de respostas mais expressivas, todavia, o Papa afirmava que o CVII “havia conseguido realizar a finalidade assinalada pelo papa João XXIII. Seu principal propósito não era *ad intra*, ficar olhando para si mesma, mas *ad extra*, estando a serviço da humanidade.” (SOUZA, 2005, p. 64)

2.2 A Igreja católica no Brasil nos anos anteriores ao Concílio Vaticano II 1952 – 1962

Nossa pesquisa está concentrada no século XX, em especial na segunda metade deste século. Desta maneira, optamos por um panorama da situação da Igreja Católica no Brasil nos anos que antecederam o CVII. Este panorama contempla também os anos da realização do CVII, bem como, a sua situação da Igreja Católica no Brasil durante a realização do CVII.

Tomamos como ponto de partida a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 1952. Escolhemos esta data considerando as afirmações do historiador eclesiástico Henrique Cristiano José Matos. Ele aponta que a CNBB havia adiantado algumas reflexões conciliares e mesmo algumas práticas, como a colegialidade episcopal e a centralidade da evangelização. A inovação, com a criação da CNBB, foi a ruptura com o caráter pessoal da liderança que acompanhava os líderes religiosos no período anterior. A nova proposta da CNBB foi formada para um sistema de colegiado. Uma das principais figuras deste momento foi Dom Hélder Pessoa Câmara (1909-1999). Sobre a projeção da CNBB frente a Santa Sé, José Matos pontua:

A fundação da CNBB assinala um novo e decidido interesse da Santa Sé em promover Conferências Episcopais Nacionais, organismos não previstos no Código de Direito Canônico (de 1917). A CNBB propiciou o diálogo e a exposição dos grandes problemas pastorais do país. Favoreceu uma ação conjugada na busca de uma evangelização capaz de atender à realidade do povo na sua diversidade regional. Assim, a CNBB criou as condições imediatas para a existência e evolução de uma “pastoral de conjunto” em nível nacional. (MATOS, 2003, p.157.)

A CNBB acabou por congregar e alinhar alguns movimentos surgidos na Igreja antes mesmo da sua criação. A Ação Católica se consolidava como um dos movimentos laicos de maior influencia no desenvolvimento da Igreja Católica no Brasil. A Juventude Operária Católica (JOC) e a Ação Católica Operária (ACO) romperam com a perspectiva corporativista dos movimentos católicos herdeiros da revolução de 1930. Os religiosos organizaram, em 1954,

sua Conferência dos Religiosos no Brasil e a Liga de Estudos Bíblicos, em 1947. Além disso, neste mesmo ano, foi criada a Sociedade Brasileira de Artes Sacras. No campo da educação, foram fundadas A Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas e o Centro Catequético Nacional, ambos organizados em 1959. Em 1961, ano anterior ao início do CVII, são criadas a União Nacional Católica de Imprensa e a Associação para Editores Católicos.³² Estes movimentos surgiram dos mais diversos meios da sociedade brasileira. A Ação Católica foi um desdobramento da Confederação Católica criada no Rio de Janeiro em 1928. Raimundo Caramuru Barros, assessor da CNBB durante o CVII e posteriormente assessor do CELAM, afirma que:

Como fruto da Semana Social, realizada em 1928, funda no Rio de Janeiro a Associação Universitária Católica – AUC, inspirada provavelmente na *Federazione degli Universitari Cattolici* – criada na Itália em 1895. A AUC tornou-se no Brasil uma associação pioneira, que preparou caminho para a Juventude Universitária Católica – JUC. (...) [Além disto], as experiências com a JOC tiveram início no Brasil, já desde o início da década de 1940. – (...) [bem como ganharam também ganharam força os movimento voltados para a juventude cristã] estudantes secundaristas; estudantes universitários; jovens rurais; e jovens de classe média urbana, sobretudo do sexo feminino, que passaram a ser considerados como jovens independentes, por não se enquadrarem em nenhum dos demais segmentos. Suas siglas esgotavam todas as vogais do alfabeto: Juventude Agrária Católica – JAC; Juventude Estudantil Católica – JEC; Juventude Independente Católica – JIC; Juventude Operária Católica – JOC; Juventude Universitária Católica – JUC; (...) Os movimentos para o mundo adulto, só surgiram um pouco depois: Ação Católica Operária – ACO, Ação Católica Independente – ACI e a Ação Católica rural – ACR. (BARROS, 2003, P. 26.)

Ao mesmo tempo, as críticas vindas da hierarquia católica nos fornecem traços da situação da Igreja no Brasil pré-concílio. Segundo Gustavo Gutiérrez, a situação da Igreja Católica no Brasil, nos anos anteriores ao CVII, era de uma Igreja que sofria com a “escassez do clero, ameaça do espiritismo, do protestantismo, da maçonaria, do comunismo.” (GUTIÉRREZ, 1993, p.51.) A Ação Católica apontava, além destes problemas, desnivelamento entre a Igreja e a sociedade moderna, aquela tendo problemas em responder com segurança aos problemas postos por esta. Um relatório de um dos encontros da Ação Católica realizado em 1957 afirma que há “um verdadeiro clamor pela atualização da pregação” e, em seguida, outro problema diz respeito ao fato de existirem “campanhas, conduzidas pelo clero, que chegam a

³² O livro organizado pelo Instituto Nacional de Pastoral “A presença pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB”, de 2003, fornece vasta biografia sobre as origens da CNBB no Brasil, bem como fornece um discussão particularizada sobre a influência que esta instituição passou a desenvolver na sociedade brasileira.

ser contraproducentes, ao menos nos centros urbanos, pela maneira inábil de apresentação e condução.” (*apud.* GUTIÉRREZ, 1993, p.51.)

Nos anos que antecederam a criação da CNBB, a Igreja Católica no Brasil estava organizada a partir de dois parâmetros fortemente influenciados pelo posicionamento pessoal do Cardeal Sebastião Leme (1882 – 1942), então responsável pela organização católica em nosso país. (1) O fortalecimento da instituição a partir da organização e expansão dos seus quadros, sempre ancorados na direção hierárquica e religiosa; (2) Impor à sociedade brasileira os valores religiosos e éticos que orientavam os caminhos percorridos pela própria Igreja ao longo do tempo. Sobre este momento Azzi afirma que “a Igreja voltava-se mais diretamente sobre si mesma, procurando, a partir daí, ampliar sua influência e seu domínio sobre a vida social.” (AZZI, 2008, p.620.)

Com a criação da CNBB estes parâmetros se alteram. A realidade brasileira se tornou um dos focos da Igreja, voltados cada vez mais para os problemas sociais e seus desdobramentos. Além disto, houve tentativas de adequação da estrutura da instituição ao momento histórico em que ela estava inserida. Esta proposta tinha um objetivo bastante claro, poder continuar exercendo e, se possível, ampliando sua projeção e sua influência na sociedade brasileira. Dois aspectos desta conjuntura podem ser destacados:

Tanto num modelo como no outro, a Igreja do Brasil se movimenta em grande parte sobre o estímulo e o comando da própria Santa Sé. Dir-se-ia que, apesar do espírito lúcido de alguns prelados, em geral os membros da hierarquia eclesiástica aderem aos novos rumos premidos pela obediência que devotam ao Romano Pontífice. Em outras palavras, se Pio XI e o Núncio de Marsella marcaram a orientação da primeira etapa histórica, João XXIII e o Núncio Lombradi são os responsáveis principais pela nova perspectiva pastoral da instituição católica. Outro ponto importante a ser levado em consideração é o caráter marcadamente hierarquizado que continua presente tanto numa etapa como na outra; ou seja, são sempre os bispos que mantêm, sob seu comando, a direção eclesial, limitando-se os leigos, os religiosos e os próprios padres a cerrar fileiras ao seu lado, como fiéis colaboradores. (AZZI, 2008, p.621.)

Quando percebemos esta conjuntura, entendemos a boa aceitação do clero brasileiro no CVII. Ao mesmo tempo em que a liderança hierárquica brasileira se abria para alguns embates – como a colaboração mútua entre os prelados brasileiros – ela mantém o seu caráter de autoridade eclesial. Esta mesma hierarquia é a única que pode dar orientações ao restante dos religiosos e para a população. Este modelo de orientação preserva algumas características da tradição católica ao mesmo tempo em que colocam outras em evidência e as questionam.

Neste momento anterior ao CVII devemos também destacar o posicionamento da Juventude Universitária Cristã (JUC), que era um setor da Ação Católica Brasileira (ACB). A JUC surgiu a partir da Ação Universitária Católica e os seus modelos de atuação, desligados da hierarquia e das dioceses, cobriam diversos setores, não só os universitários, mas também os rurais e operários.

Em meio aos debates sobre o nacionalismo, em meados dos anos de 1950, a JUC adota uma postura crítica ao modelo de consumo determinado pela sociedade capitalista. Unido a isto, o crescimento da influência da esquerda em diversos setores levou a JUC a opção socialista. Esta opção encontrava nos pensadores católicos de esquerda ³³ suas diretrizes. Este posicionamento político por parte da JUC, posteriormente, tornou-se um problema para a hierarquia da Igreja. Com o golpe militar em 1964, a JUC – por conta de suas posturas políticas – e a Juventude Estudantil Católica (JEC) passaram a ser perseguidas. Foi através da intervenção da CNBB no seio da ACB que os movimentos começaram a se enfraquecer.

A JUC desapareceu após 1968, “não contando mais com o apoio da Igreja e pressionada pela crise estudantil e política que se instalou em 1968”. Mais tarde, a JUC foi considerada “uma organização precursora da atuação da Igreja brasileira na década de 1970 e do futuro trabalho das pastorais voltadas para os problemas sociais”. Além disto, Gustavo Gutierrez, citado por Kornis, “considera que a teologia da libertação deu seus primeiros passos em 1960 e 1961 na JUC do Brasil”. (KORNIS, 2011)

O surgimento destes movimentos de esquerda no interior da Igreja decorreu, em grande parte, da posição crítica que a Igreja possuía frente ao capitalismo. Crítica esta herdada do século XIX e início do XX, e explicitada pelas encíclicas dos papas Pios IX a XII, e do papa Leão XIII. Para a Igreja Católica o desenvolvimento do capitalismo e da sociedade do consumo caracterizou-se como um dos principais problemas do mundo contemporâneo, todavia, o comunismo também era um problema para a Igreja, principalmente pela sua posição frente a religião e o que as autoridades religiosas representavam.

Definitivamente, os movimentos citados – a União Popular, a Liga Brasileira de Senhoras Católicas, a Aliança Feminina, a Congregação Mariana, os mais variados Círculos Operários, a Juventude Católica, a Ação Católica, a Associação Brasileira de Escolas Superiores

³³ Podemos destacar aqui Jacques Maritain (1882 – 1973); Emmanuel Mounier (1905 – 1950); Louis-Joseph Lebret (1897 – 1966); Henrique Cláudio de Lima Vaz (1921 – 2002).

Católicas e o Centro Catequético Nacional, a União Nacional Católica de Imprensa, a Associação para Editores Católicos e outros – contribuíram para projetar novamente a Igreja Católica como uma grande instituição frente à sociedade brasileira, *status* que havia sido perdido desde a implantação da República no final do século XIX.

A capacidade de organização destes movimentos representou, posteriormente, um grande aliado da Igreja frente ao que foi chamado de “ameaça comunista”. Estes movimentos eram chamados a proclamar a proposta cristã católica ante aos problemas que o mundo moderno havia produzido. O mundo moderno, afirmavam, havia produzido não só a ameaça comunista, mas também seu oposto, o capitalismo. A Igreja, ao se posicionar contra o mundo moderno, não o fez apenas contra o comunismo, mas também contra o capitalismo. Era o mundo moderno em sua totalidade um problema, e a Igreja deveria estar acima disto. Sobre esta situação o professor Euclides Marchi afirma que os sacerdotes não deveriam estar envolvidos em causas políticas ou sociais, e as ideias decorrentes dos sistemas econômicos e políticos deveriam ser rejeitadas. “A fé não exigia compromisso político”.

Tendo como base o texto “Igreja Católica e política no Brasil – 1916 – 1985” de Scott Mainwaring, Marchi destaca que “A Igreja não encarava a transformação da sociedade como sendo parte de sua missão; pelo contrário, a maioria do clero se opunha vigorosamente às grandes mudanças sociais como sendo prejudiciais à ordem cristã tradicional” (MAINWARING, 1989 *apud*. MARCHI, 2001, p.264.) Porém, no início da década de 1960:

(...) com ou sem o apoio da Igreja, o pacto social sofreu ameaças de ruptura pela maior presença dos setores populares e por um forte aquecimento do debate ideológico. Havia expectativa de que o modelo sócio-político-econômico pudesse ser reorganizado na sua estrutura interna e acreditava-se na possibilidade de mudanças estruturais profundas. (MARCHI, 2001, p. 264.)

Perguntamos então: qual é a Igreja que chega ao CVII? Para responder essa pergunta recorreremos ao papa João XXIII que deixa perceber, através das suas considerações em uma carta dirigida ao episcopado latino-americano no ano de 1961, as atitudes que deveriam ser tomadas para a Igreja no Brasil.

O Papa pedia, basicamente, um plano que adequasse a Igreja latino-americana às suas necessidades pastorais. Este plano não se restringia ao Brasil, mas a Igreja Católica no continente sul-americano. Solicitava ações coordenadas de âmbito pastoral e econômico-social a curto e

longo prazo. Pedia um posicionamento dos bispos frente às autoridades, alertando sobre “os graves e múltiplos problemas de caráter civil, social e econômico que neste momento (1961) angustiam os governantes de vossas Nações e que tanto reclamam a atenção dos homens responsáveis pelos destinos da Humanidade” (JOÃO XXIII, REB, 1962, p. 462.)

Alguns meses antes do início do CVII, a CNBB, na sua V Assembléia Geral Ordinária, aprovava um Plano de emergência para a Igreja no Brasil. Este Plano consistia em reinserir definitivamente a Igreja na sociedade brasileira, tendo como norteadores o combate ao comunismo, ao capitalismo e aos males que a sociedade moderna havia produzido. Apesar da exigência política proposta por estas temáticas, o plano era essencialmente pastoral.

No conjunto dessas preocupações, o Plano era um passo na direção do planejamento da pastoral no Brasil e revelava a maturidade que a CNBB atingira em dez anos de existência. À proposta de ação pastoral vinculava-se também um quadro de ações no campo econômico e social. Esse esforço era parte do discurso que estava sendo construído como preparação para o Concílio Plenário Vaticano II, anunciado para 1962. O Plano de Emergência não era um plano de longo prazo, mas procurava colocar a Igreja do Brasil à altura das circunstâncias excepcionais vividas pela nação Brasileira. (MARCHI, 2001, p. 271)

O Plano de Emergência estava dividido em duas partes e era de inteira responsabilidade e coordenação da CNBB. Uma das suas instâncias estava voltada diretamente para a Pastoral, enquanto a outra se voltava para a estrutura Econômico-social. A primeira parte (pastoral) exigia uma reforma paroquial, uma reforma do ministério sacerdotal, uma reforma dos educandários e uma pastoral de conjunto. A segunda parte (econômico-social) exigia a formação de líderes, de frentes agrárias, de sindicalização rural, de educação de base e de aliança eleitoral pela família.

De modo bastante introdutório buscamos apresentar a condição da Igreja no Brasil nos anos que antecederam ao CVII. Percebemos uma Igreja à margem dos problemas sociais que assolavam não só o Brasil, mas toda a América Latina. Identificamos, a partir da criação da CNBB, uma mudança significativa da projeção da Igreja na sociedade brasileira. Esta projeção aconteceu, principalmente, com os movimentos surgidos de dentro da própria Igreja e que retomam lentamente ao longo dos anos de 1950 a 1960 o *status* privilegiado que, anteriormente à proclamação da República, a Igreja gozava; tais movimentos, a saber, remetem a uma organização mais sistematizada – primeiro com um Plano de Emergência e depois com a influência das alterações proporcionadas pela realização do CVII.

A partir destas reflexões passaremos, no capítulo seguinte, à avaliação da recepção do CVII na REB, período que contempla a atuação do Frei Boaventura Kloppenburg entre os anos de 1959 até 1971. No prefácio da sua biografia escrita por Schierhold, resumiu suas atividades: “(...) sempre em Petrópolis como professor de teologia e redator da REB, fiquei sumamente ocupado com o CVII, sua preparação, sua realização e sua aceitação no Brasil e na América Latina.” (KLOPPENBURG *apud* SHIERHOLD, 1999, p. 12.) Nosso foco, desta maneira, estará nesta atividade voltada para o CVII – preparação, realização e aceitação.

3. O CONCÍLIO VATICANO II NA REB: Sobre os textos de Boaventura Kloppenburg na Revista Eclesiástica Brasileira

No seu lançamento (1941) a REB trazia, no texto da sua apresentação, um mote: afirmava ser uma “revista do clero, feita pelo clero e para o clero”.³⁴ Durante os anos que correspondem à atuação de Kloppenburg como redator da revista (1951 – 1971), este lema ainda estava presente. Com esta afirmação – uma “revista do clero, feita pelo clero e para o clero” – podemos identificar, dentro do período que contempla a realização do CVII, não só seus idealizadores e seus receptores, mas também como esta recepção se processou.

Nossa proposta para este capítulo procura analisar esta recepção. Consideramos, desta maneira, as temáticas voltadas para as reflexões – que aconteceram nas etapas ante-preparatória e preparatória (1959 – 1962) do CVII, na etapa conciliar (1962 – 1965) e por fim na etapa pós-concílio (1965 – 1971) – abordadas por Kloppenburg no período que vai de 1959 até 1971. Este período foi selecionado a partir da percepção da significativa mudança de temáticas com o advento do anúncio do CVII e, como consequência das reflexões conciliares, de novas reflexões e interpretações teológicas decorrentes do CVII.

Vale destacar, como argumento, para precisão metodológica do nosso recorte, que a atuação do Frei Boaventura Kloppenburg na REB pode ser dividida em dois momentos. O primeiro entre os anos de 1951 até 1960, quando assume a redação da REB e tem como principal foco estudar e combater a fé espírita, trabalho do qual somente se afasta com a sua nomeação como perito Conciliar em 1960. O segundo momento de Kloppenburg na REB contempla os anos de 1960 até 1971. Este período corresponde à sua atuação voltada diretamente para o CVII até seu afastamento da redação da revista.

Devemos ressaltar que alguns dos textos que estão dentro do período analisado não fazem conexão direta ao CVII. Tendo em vista que nosso foco principal é a recepção do CVII na REB, estes textos sem conexão direta serão referenciados e comentados a título de informação.³⁵

³⁴ BORGMEIER, Thomás. Nota de apresentação da Revista Eclesiástica Brasileira. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 1, n.1, mar-jun. 1941, p. 3.

³⁵ Os textos são: “A irrealidade da Magia” de junho de 1961. O texto escrito na seção “Artigos” se justificava por uma dupla via, afirmava Kloppenburg: a presença intensa da magia no Brasil, difundida principalmente pela Umbanda, Quimbanda e seitas relacionadas à elas, e pela precariedade de material teórico sobre magia disponível. A maioria deste material sobre magia era medieval, mas ainda serviam de instrumentos de sustentação das teorias atuais sobre magia. Aqui, magia deve ser entendida como sinônimo de invocações ou pactos com os demônios (o). Para Kloppenburg, a “idéia do pacto com o demônio surgiu como uma tentativa de explicar teologicamente toda a vasta fenomenologia produzida ou alegada pelos magos, necromantes, adivinhos e bruxas de todos os tempos então

Kloppenburger escrevia para um público bem definido, o clero. Seguindo aquele lema da REB, afirmamos que o ambiente em que se encontrava o Instituto Teológico Franciscano (ITF) em Petrópolis, durante as etapas da realização do CVII, constituiu o ambiente propício para a sua recepção.³⁶ Segundo Frei Elói Dionísio Piva, este ambiente institucional reunia “um grupo de pessoas que, por suas capacidades intelectuais, por seu tino teológico, eclesial, administrativo e técnico, correspondeu ao apelo do tempo e pôde, assim contribuir para que o Concílio chegasse ao público brasileiro, particularmente aos católicos” (PIVA, 2005, p.638.)³⁷

Destacaremos para nossa análise os textos de Kloppenburg na REB que estão escritos nas seções “Artigos” e “Comunicações”. Nestas duas seções as temáticas foram selecionadas em 26 textos nos “Artigos” e 13 textos nas “Comunicações”. Estas “Comunicações” assumem uma

conhecidos” (KLOPPENBURG, 1961, p.357.) O interessante da avaliação de Kloppenburg está no reconhecimento das limitações intelectuais e racionais impostas pelo tempo ou pelo período aos teólogos.

“Juntos ICAB (Igreja Católica Apostólica Brasileira), Comunismo, Maçonaria e Espiritismo” também de junho de 1961. Texto escrito na seção “Comunicações” é uma resenha escrita por Kloppenburg do livro de Alejo Pelypenko *Infiltración Comunista em las Iglesias Cristianas de América*. Kloppenburg expõe a tese central do livro, a saber, uma acusação sobre o patriarcado ortodoxo de Moscou e a influência que o comunismo exercia sobre ele. Esta influência apareceria, conforme o autor resenhado por Kloppenburg, através da intenção do comunismo buscar enfraquecer a Igreja Católica no Brasil. Este enfraquecimento seria alcançado com o incentivo aos movimentos, nomeados no título do artigo, que fossem contrários à Igreja Católica no Brasil. Tanto o espiritismo como a maçonaria e a ICAB receberiam auxílio financeiro e “não é certamente por motivos religiosos e filantrópicos que este dinheiro vem de Moscou” (KLOPPENBURG, 1961, p.412.)

Destacamos ainda um terceiro texto que foi escrito por Kloppenburg durante o período do nosso recorte e que não faz referência direta ao Concílio Vaticano II. O texto “*Mirum Angelorum Ministerium*”, de dezembro de 1962, é um texto de teologia que procura estabelecer o papel do Anjo da Guarda na história da Igreja, bem como suas funções protetoras de atuação. Segundo Kloppenburg, existem algumas ações que o Anjo da Guarda executa. Estas ações são diretas ou indiretas e podem ser perceptíveis ou imperceptíveis. Indiferentemente de como estas ações acontecem, elas iniciam antes mesmo do nosso nascimento com a proteção do Anjo. Este Anjo preside ao batismo, leva as orações até Deus, protege e defende contra o demônio, protege a casa dos tutelados, protege os viajantes, ilumina as mentes, leva ao arrependimento, está presente nas comunidades humanas, se transforma em anjo da morte, estará presente na Parusia e acompanhará a vida eterna. (KLOPPENBURG, 1962, p. 830 – 849)

³⁶ Destacamos o ITF por sua ligação direta com a Editora Vozes e obviamente com a REB.

³⁷ Entre outros nomes, os que mais se destacaram na atuação em relação ao Concílio Vaticano II, seja esta atuação voltada para a recepção ou para sua divulgação, ou mesmo no acompanhamento das etapas conciliares em Roma, Frei Piva destaca, além de Kloppenburg, os nomes de: Frei Guilherme Baraúna, Frei Ludovico Gomes Mourão de Castro, Frei José Leopoldo Vier, Frei Constantino Koser, Frei Paulo Evaristo Arns, Frei Desidério Kalverkamp, Frei Fábio Panini, Frei Ildelfonso Silveira, Frei Spindeldreier. Para uma detalhada função que cada um destes nomes desempenhava recomenda-se a leitura do artigo na íntegra. PIVA, Elói Dionísio. Recepção e divulgação do Vaticano II pelos franciscanos de Petrópolis. In: Revista Eclesiástica Brasileira. v. 65, f. 260, jul. 2005. p.631-655. Apesar desta mútua cooperação, o nome de Kloppenburg aparece em destaque em nota de rodapé no mesmo texto, deixando explicitados os números da sua produção. Este dado revela não só o papel que Kloppenburg desempenhou durante o Concílio, mas também sua atuação no processo da sua recepção. Transcrevemos a nota em questão: “Só Dom Frei Boaventura, embora tenha sido, destacadamente, o que mais escreveu, redigiu mais de 300 páginas de crônicas para a REB; de 1961 a 1973 escreveu 14 artigos referentes a temáticas conciliares, também para a REB; mais de 30 documentos, de alguma forma atinentes ao evento, também foram impressos na REB (alguns, bilíngües) entre 1962 a 1964!” (PIVA, 2005, p.649.)

função prática na revista, são curtas e objetivas, enquanto na seção “Artigos” existe uma reflexão mais profunda sobre as questões em debate.

Nossa reflexão inicial vai ao encontro de uma necessidade teórica. A saber, da definição do que entendemos por “recepção”, ou melhor, *desta* recepção – do CVII na REB pelo Frei Kloppenburg. Porque *desta* recepção? Acreditamos que nossa pesquisa irá apreender um momento específico – o do trabalho de Kloppenburg – da recepção do CVII. Outros momentos da recepção do CVII já foram explicitados em outros trabalhos³⁸, todavia, afirmamos que existe a necessidade de diferenciar *esta* recepção, já que, com a mudança de perspectiva que propomos podemos perceber os significados de maneira diferente.

A recepção que analisaremos procura contemplar estas fases e necessariamente, esta mudança experienciada por Frei Kloppenburg. Esta postura auxilia na precisão do nosso recorte temático e temporal, bem como, contribui para a nossa definição do uso e entendimento desta “recepção”.³⁹

Com o desenrolar do CVII, e com o rumo que as discussões postas em debate tomavam, ficava claro que algumas mudanças iriam se processar. Os significados que estas mudanças assumiram para Kloppenburg, acreditamos, passaram a influenciar seu trabalho de divulgação e recepção do CVII na REB. Em um dos seus textos publicados após o encerramento da segunda sessão (1963) do CVII, Frei Boaventura descrevia como ele estava percebendo aquele momento:

³⁸ Citamos aqui os que tivemos acesso. “A recepção do Vaticano II na Igreja do Brasil” escrito em 2003 por José Oscar Beozzo; “Recepção e divulgação do Vaticano II pelos franciscanos de Petrópolis” escrito em 2005 pelo Frei Elói Dionísio Piva; “A recepção do Concílio Vaticano II em regiões de fronteiras: Maranhão e centro-oeste (1965-1975) escrito em 2005 por Sérgio Ricardo Coutinho e William Cesar de Andrade; “O Concílio vaticano II e sua recepção da América-latina” escrito em 2006 pelo padre José Maria Vigil; “O Concílio vaticano II e sua recepção na Europa” de 2006 escrito por François Houtart.

³⁹ O espaço de tempo da realização do Concílio Vaticano II (1962 – 1965) já imprimia estas mudanças de significados. Veja-se o exemplo usado por Frei Piva sobre a atuação do Frei Kloppenburg: “Frei Boaventura sempre se caracterizou por uma personalidade de traços bem definidos e fortes. (...) basta percorrer as páginas da REB, da *Revista Vozes (Cultura Vozes)*, de alguns outros periódicos (...) para constatar sua “pegada”, sua atividade intelectual-apologética, particularmente em relação ao espiritismo, à maçonaria, à astrologia, à superstição, ao comunismo, à umbanda, à magia, ao hipnotismo. Basta fazer um levantamento dos títulos de seus livros (...) e de sua movimentação preparatória ao Concílio para comprovar nossa afirmação”. Em seguida Frei Piva destaca a mudança promovida no comportamento de Kloppenburg com o andamento do Concílio: “Mas o Concílio, apontando pra o retorno às fontes evangélicas e refletindo sobre a missão da Igreja, abandonou a postura apologético – condenatória e adotou uma atitude de diálogo com o mundo. Então Frei Boaventura deu-se conta de que, em relação ao que imaginara, os ares sopravam em outra direção. Por isso, à medida que as opções básicas do Concílio foram ganhando nitidez, demonstrando honestidade e senso eclesial, procurou entender e acolher a mudança. Para ele, uma mudança de mentalidade!” (PIVA, 2005, p.641-642.) Consideramos, desta maneira, que a atuação de Kloppenburg na REB e na recepção do Concílio passou por fases distintas.

Devo confessar que não fui educado nem formado neste novo espírito. Muita coisa proposta e ouvida na Aula Conciliar não cabia nas categorias e estruturas mentais que eu recebera e às quais me habituara. Também eu senti momentos de reação. Quem, por exemplo, educado rigorosamente na Igreja latina (como eu) não haveria de reagir contra discursos como o do Patriarca oriental (mas católico) Máximo IV? (...) Segundo uma categoria mental por mim recebida e aceita, Igreja latina era e deveria ser a Igreja católica simplesmente. Precisava primeiro desocidentalizar-me para poder aceitar e reconhecer como católicas as palavras de Máximo IV. É neste sentido que a minha adesão ao Concílio foi e está sendo um trabalho de reeducação. Penso ter apreendido e compreendido muita coisa nova na Aula Conciliar. Houve um progresso real e notável na Teologia nestes últimos dois anos. Muita literatura teológica (não apenas litúrgica) de antes de 1960 já está superada. O Concílio arrombou muitas portas. É irreversível o movimento do novo Pentecostes de João XXIII e Paulo VI. (KLOPPENBURG, 1964, p.13)

Vamos ao encontro das considerações de Marcelo Gantus Jasmin, ao destacar que as ocultações, desvios ou mesmo a compreensão das alterações, “conscientes ou não, mas articulados na linguagem, são um caminho historiográfico privilegiado para apreender com maior precisão os significados próprios e as funções normativas de um conceito contemporâneo formulado numa teoria também contemporânea”. (JASMIN, 2005, p. 32.)

Vale destacar que as alterações de que fala Jasmin, foram explicitadas por Kloppenburg – ao menos a de que ele precisava se reeducar por conta das mudanças propostas pelo CVII. A reflexão sobre a recepção do CVII por Kloppenburg na REB, pode ser percebida a partir da sua própria experiência. Voltamos a afirmar que este é o nosso olhar sobre a REB e Kloppenburg, e esta afirmação encontra fundamento na reflexão de Reinhart Koselleck.

Ao pensarmos a “recepção” como um conceito usado no desenvolvimento da pesquisa histórica, devemos perceber que “um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo, portanto, a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tomado inteligível, uma relação necessariamente tensa” (KOSELLECK, 1992, p.136.) O uso de um conceito se revela conforme a sua utilização e como esta utilização se processa. A formulação teórica de uma “recepção” relaciona-se, necessariamente, com a situação concreta que ela se pretende.

Considerando que nossa pesquisa analisa textos teológicos, destacamos uma definição de “recepção” a partir desta perspectiva. O padre Cleto Caliman afirma que “recepção é um conceito teológico para indicar a acolhida da palavra da fé pelo conjunto dos fiéis, a partir do

sensus fidei”. (CLAIMAN, 2004, p.239.)⁴⁰ Esta recepção do CVII não é idêntica e ela muda com o passar do tempo.

No processo de sua produção [dos textos conciliares] fundem-se os diferentes horizontes dos vários atores com suas posições em tensão ou mesmo em conflito, para dar lugar a uma única redação. Há o que se pode chamar de “fusão de horizontes” dentro do texto. Mas os atores continuam fazendo sua leitura a partir de seu “lugar” social ou eclesial, ou seja, de seu próprio horizonte. (CALIMAN, 2004, p.239.)

Apesar de nossa perspectiva de análise ser histórica, a recepção, como define Caliman, contribui para a nossa pesquisa, ao considerarmos que a definição dada por ele contempla, além do conteúdo teológico, duas perspectivas históricas que não podem ser descartadas.

A primeira diz respeito o “lugar social” e a segunda ao “horizonte de expectativa”. Esta definição foi pontuada por Koselleck, ele afirma que para todo “horizonte de expectativa” existe um “espaço de experiência” e que estas categorias não podem ser pensadas separadas uma da outra.

A outra perspectiva é a do “lugar social”. Michel de Certeau afirma que o “lugar social” demarca e delimita a pesquisa histórica. Ao mesmo tempo, este “lugar social” pode ser entendido como uma “ordem que distribuem elementos nas relações de coexistência” (CERTEAU, 1994, p.201.)

Vinculamos estas perspectivas teóricas ao conjunto da reflexão de Frei Elói Piva. Este afirma que os frades de Petrópolis – grupo do qual Kloppenburg fazia parte – eram, ao mesmo tempo, “sujeitos da recepção” e “difusores do Concílio”, Piva nomeia este grupo de “geração do Concílio”. Esta geração pertence à primeira de quatro fases da recepção do CVII no Brasil.

Segundo Cleto Caliman o CVII passou por quatro fases de recepção. Piva resume estas fases: “A primeira, a dos anos de 1960 a 1970”; a segunda (...) “dos anos 1970 a 1980, marcada pela lembrança de uma esperança frustrada. Os mais entusiastas pelo CVII lamentam a inércia, falam de “inverno na Igreja”; os que não se encantaram com as intuições do CVII, lamentam a “dissolução da identidade católica”; a terceira fase, (...) “nos anos de 1990, escasseando os que “fizeram o Concílio”, os propagadores parecem não mais ter influência. Em contrapartida, atesta-

⁴⁰ *Sensus fidei* é definido pela *Lumen gentium* como o senso ou o sentido sobrenatural que nos leva a aderir à fé. O padre João Batista Libânio afirma que “o senso da fé manifesta uma co-naturalidade do fiel com a realidade da fé, permitindo-lhe então emitir juízos, assumir comportamentos em sintonia com ela. O fiel é como que dotado de uma faculdade de percepção e discernimento em relação a elementos teóricos ou práticos que se lhe representam compatíveis ou não com a fé por obra do Espírito Santo”. (LIBÂNIO, 2005, p. 427.)

se um “reentramento” eclesiástico. A contraposição entre progressistas e conservadores parece estéril. Fala-se de agenda para o futuro”; a quarta e última fase, também a mais recente (...) “no início do novo milênio fala-se que as potencialidades do Concílio ainda não se esgotaram.” (PIVA, 2005, p. 633)

A “geração do Concílio”, caracterizada por Piva, era a geração “do entusiasmo otimista – participamos de um novo começo, de um promissor reinício. Mas também já aparecem os sintomas contrastantes deste encanto que são os seguintes: as intenções ou os sonhos não conseguem se impor à realidade histórica dos fatos” (PIVA, 2005, p. 633.)

Entendemos como “recepção” uma ferramenta de análise que nos remete ao sentido de um conteúdo pela fonte que usamos. Este sentido assume características distintas a partir da utilização e do emprego do próprio conceito de recepção. Em nosso texto, esta utilização pretende perceber o sentido de mudança que o CVII imprimiu em Frei Boaventura Kloppenburg e como esta mudança pode ser percebida na sua atuação como escritor na REB. São a partir destes vestígios, deixados por Kloppenburg, que pretendemos articular nossa reflexão.

Visando organizar a exposição das ideias, apresentaremos os textos a partir de uma divisão que contemplará o período anterior, ou preparatório, do CVII, de 1959 a 1962, seguido pelo momento Conciliar e sua completa realização, de 1962 a 1965 e, por fim, pelo período pós-conciliar, de 1965 a 1971. A ordem cronológica aqui proposta exige que iniciemos com um texto presente nas “Comunicações”, já que a primeira publicação de Kloppenburg sobre o CVII aparece nesta parte da revista.

3.1. Pré-concílio (1959 – 1962)

O papa João XXIII surpreendeu o mundo católico ao anunciar em 1959 o desejo de convocar um Concílio Ecumênico. Surpreendeu, pois, era considerado um Papa de transição, ou seja, com a idade avançada – foi eleito aos 76 anos – era sabido que seu pontificado seria curto, não era esperada nenhuma decisão eclesiástica, política ou doutrinária por parte dele. Convocar um Concílio naquele momento significava colocar a Igreja e sua relação com o mundo em debate, já que não havia grandes problemas de ordem teológica ou política para serem discutidos pela Igreja.

O período que antecede a realização do CVII foi uma fase de preparação que buscou no episcopado católico ao redor do mundo – propostas e questões que deveriam ser discutidas durante o CVII. A contribuição dos bispos da Igreja do Brasil para esta consulta é destacada por Frei Guilherme Baraúna, a qual Rodrigo Coppe Caldeira descreve: a reintrodução do diaconato como ministério próprio (49%); maior uso do vernáculo na liturgia e sua reforma (36%); proclamação de definição dogmática da doutrina da mediação universal de Nossa Senhora (35%); celibato eclesiástico e solução “benigna” para os padres casados (30%); necessidade de deliberação sobre o uso do traje clerical e tonsura (28%); maior inserção e entrosamento dos religiosos na pastoral, sob a coordenação dos bispos (25%); e problemas dos seminários (23%). (COPPE CALDEIRA, 2009, p.118.)

Foram estabelecidas dez comissões preparatórias para o CVII.⁴¹ Kloppenburg fazia parte da comissão teológica no grupo que debatia o “depósito da fé”. Todavia, durante o período que vai do anúncio do CVII (1959) até a sua nomeação para a comissão teológica (1960), Kloppenburg estava em plena atividade na Campanha Nacional contra a heresia Espírita. Assim, sua atividade na REB contemplava temáticas voltadas para a atividade da Campanha.

Os textos que trataremos a seguir estão inseridos em um momento de mudança brusca dos trabalhos de Kloppenburg. Não só a atenção de Kloppenburg se volta para o CVII que será realizado, como seus textos na REB são reflexões sobre a aproximação do evento e suas possíveis implicações. São oito textos, quatro são de informação e introdução sobre o CVII, três são crônicas sobre os trabalhos pré-conciliares e, um último, de apenas uma página, sobre os resultados da primeira fase do CVII.

O primeiro texto que fazemos referência foi escrito no volume 20, fascículo 1º de Março de 1960 na REB e intitulado “O II Concílio Ecumênico Vaticano II”.⁴² Este texto trata basicamente de uma das primeiras comunicações do Vaticano com a imprensa, sobre o anúncio do CVII, feito em 1959 pelo papa João XXIII. Kloppenburg, mesmo antes de ser encarregado chefe da Seção de Língua Portuguesa do Serviço de Imprensa do Concílio, traduzia alguns documentos oficiais da Igreja e os publicava na REB.

⁴¹ (1) Teológica; (2) administração das dioceses; (3) clero e povo; (4) sacramentos; (5) liturgia; (6) estudos eclesiásticos; (7) ordens; (8) Igrejas orientais; (9) missões; e (10) apostolados dos leigos e dos secretariados – o primeiro apostolado para os meios de comunicação social e o segundo para a unidade dos cristãos.

⁴² KLOPPENBURG, Boaventura. O II Concílio Ecumênico Vaticano. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 20, f. 1, março 1960. p. 94-96.

É o caso do primeiro texto sobre o CVII na REB: “Solene Alocução de João XXIII aos Cardeais, anunciando o futuro Concílio Ecumênico”⁴³, publicado no volume 19, fascículo 2 de junho de 1959. Kloppenburg traduziu literalmente a alocução do papa João XXIII que anunciava a realização do CVII. A nota preliminar elaborada pela redação da REB esclarece a produção do documento: “Os *Acta Apostolicae* de 27 de fevereiro publicam os termos da alocução de Sua Santidade o Papa João XXIII aos eminentíssimos Srs. Cardeais presentes em Roma, no dia 25 de Janeiro de 1959, proferida no mosteiro dos Beneditinos de São Paulo fora dos muros, depois da missa solene, na qual O Sumo Pontífice manifestou seu desejo de convocar o Sínodo Romano e um Concílio Ecumênico. Oferecemos aqui nossa tradução deste importante documento”. (KLOPPENBURG, 1959, p.427.)

O texto que analisamos não é uma tradução, mas um relato sobre uma entrevista concedida pelo presidente da Comissão ante preparatória do CVII, o Cardeal Domenico Tardini. Neste texto Kloppenburg destaca alguns momentos da fala do Cardeal para um grupo de jornalistas.

Cardeal Tardini afirmava que o desejo do Papa estava em promover o desenvolvimento da Fé católica e este era o principal motivo da realização do CVII, bem como uma renovação dos costumes do povo cristão. Além disto, chama a atenção para a necessidade de atualizar as disciplinas eclesiais conforme as exigências colocadas com o passar do tempo e as mudanças que o tempo promove. Especial atenção é dada ao caráter “democrático” que o CVII poderia assumir. O trabalho inicial de consulta aos bispos da Igreja ao redor do mundo sugeria uma maior participação nas decisões que seriam tomadas. Todavia, ficava muito clara que posição que a Igreja tomaria a respeito das futuras decisões do CVII:

Ventilou depois de Sua Eminência a questão de saber se o Concílio constitui ou não um parlamento mundial de caráter sacro. Sob certo aspecto delimitado poder-se-ia ver aí uma afinidade, enquanto nas sessões de estudos e de discussões, os Bispos podem expressar livremente o seu pensamento e o seu voto. Mas entre um Concílio Ecumênico e um Parlamento há diferenças profundas que provêm da diversidade e da finalidade dessas duas assembléias, e do caráter jurídico dos seus componentes. Com efeito, mesmo sendo testemunhas e intérpretes do sentimento de fé do povo cristão – a base, poderíamos dizer – eles recebem, por outra parte, o poder e a autoridade de Deus, através da livre escolha que deles fez o Papa. Por outra parte, os bispos possuem no concílio, unidos com o Papa e sob a autoridade deste, o dom da infalibilidade nas decisões últimas e definitivas em matéria de fé e costumes. (KLOPPENBURG, 1960, p.95.)

⁴³ KLOPPENBURG, Boaventura. (Tradução) Solene Alocução de João XXIII aos Cardeais, anunciando o futuro Concílio Ecumênico. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 19, f. 2, junho 1959. p. 427-430.

Como neste texto Kloppenburg apenas relata a fala do Cardeal Tardini, não podemos inferir sobre possíveis alterações na maneira como o Frei percebe o evento conciliar. Todavia, percebe-se que ainda estava presente às vésperas do CVII o espírito do anterior e inacabado Concílio, o Vaticano I. Duas questões permitem a fala de Tardini, a primeira sobre a autoridade e a infalibilidade do Papa e a outra sobre o Magistério da Igreja. Este entendido a partir do encargo de preservar o depósito da fé dado por Jesus Cristo através dos bispos em comunhão com o Papa. Aquele tendo como fundamento a Constituição Pastoral *Aeternus* de 1870, que definia a infalibilidade quando o Papa falava *ex cathedra* acerca de propostas de doutrinas sobre fé e costumes para a Igreja.

Além das discussões de cunho teológico, o Cardeal Tardini previa que seriam necessários ao menos três anos de preparação para a realização do CVII, já que o número de propostas recebidas dos bispos da Igreja era dez vezes maior que as do Vaticano I e estas haviam levado um ano para serem examinadas. Na conclusão do texto escrito por Kloppenburg, ele destacava que o andamento destas análises já estava adiantado. Além disso, ele também informava o anúncio feito pelo Papa da imediata criação de um escritório de comunicação entre o Vaticano e a imprensa para facilitar o trânsito de informações e os esclarecimentos a respeito do CVII.

O seguinte texto, “As portas do XXI Concílio Ecumênico”⁴⁴, de setembro de 1961, é um texto introdutório sobre o CVII. Kloppenburg escrevia para o clero e, antes de qualquer outra informação, buscava estabelecer com precisão do que se tratava um Concílio. Para isto, pontua que o Concílio não é uma simples conferência ou um congresso internacional, conduzida por seus “técnicos”, pois o Concílio deve ser entendido, nem dirigido, pela ação do Espírito Santo. Definitivamente, o Concílio não era uma Academia, Parlamento, ou uma Constituinte e os bispos não deveriam ser vistos como representantes dos fiéis, mas como representantes autorizados por Deus. Enfim, a definição do que seria o Concílio:

O Concílio Ecumênico é, pois, a assembléia dos Bispos da Igreja Católica e de outros Prelados que ao mesmo tem direito de ser convocados, para estudarem e resolverem, juntamente com o Papa e sob sua autoridade, as mais importantes questões doutrinárias e disciplinares que interessam à vida da Igreja (KLOPPENBURG, 1961, p.562.)

⁴⁴ KLOPPENBURG, Boaventura. Às portas do XXI Concílio Ecumênico. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 21, f. 3, setembro de 1961. p. 561-591.

Com a definição do que se tratava e como o Concílio deveria ser entendido, Kloppenburg passa a apresentar os antecedentes do CVII. Ele destaca que a ideia de retomar o Concílio Vaticano I já havia sido cogitada pelos papas Pio XI e Pio XII, tendo como inspiração a necessidade de responder aos problemas da modernidade. Segundo Kloppenburg, um esquema sobre um possível Concílio havia sido redigido durante o pontificado do papa Pio XII. Enfatizava Kloppenburg que em algumas revistas existiam posicionamentos que levantavam a discussão sobre a retomada do Vaticano I. Com isto, Kloppenburg informa que a ideia de um Concílio, mesmo que recebida com espanto pela Igreja, era uma assunto que não estava tão distante da realidade da Igreja.

Como já afirmamos anteriormente, o anúncio do CVII por João XXIII, foi uma surpresa para a Igreja e para o mundo. Mas pode-se verificar pela documentação organizada por Kloppenburg que a ideia do Papa sobre o Concílio amadureceu ao longo da etapa de preparação. Kloppenburg afirmava que: “Parece certo que o Papa João XXIII, quando fez este solene anúncio, não apenas surpreendeu os cardeais aos quais se dirigia, mas ele mesmo também foi apanhado de improviso pela idéia”. (KLOPPENBURG, 1961, p.565.)

Para estabelecer a finalidade do CVII, Kloppenburg recorre aos discursos e alocações do Papa ao longo da etapa preparatória. Perceber o amadurecimento da ideia do CVII por parte do próprio Papa era o objetivo de Kloppenburg. Assim, a finalidade do CVII ficava clara na medida em que a etapa preparatória evoluía. O CVII teria como finalidade o incremento da fé, a renovação dos costumes e a adaptação da disciplina eclesiástica às necessidades do tempo atual.

Ao delimitar as fases de preparação do CVII, enfatiza Kloppenburg que não pode dizer nada concreto até o momento, mas que uma coisa era certa, a de que o CVII seria o maior de todos os Concílios que já haviam sido realizados. As etapas destacadas por Kloppenburg até aquele momento eram três:

- 1) De 25-1-59 até 17-5-59: fase inicial, de pré-informação, durante a qual foi anunciado o próximo Concílio e se estudou o modo de prepará-lo concretamente, sua oportunidade, suas vantagens e esperanças.
- 2).De 17-5-59 até 5-6-60: fase antepreparatória.
- 3) De 5-6-60 até a convocação dos bispos: fase preparatória. (KLOPPENBURG, 1961, p.572.)

Kloppenburg deixava estas fases explícitas, pois era necessário perceber que se fechava o primeiro momento do CVII. Apesar de Kloppenburg garantir que não se poderia afirmar nada

de concreto ainda, ele insiste na magnitude que será o evento conciliar, pela vastidão de temáticas, pela universalidade, pela competência dos envolvidos, pela liberdade, pela capacidade de comunicação. Apontava que nunca houvera tanta facilidade em transmitir e debater o pensamento e que “jamais [houve] tão grande o número de leigos católicos e intelectuais vivamente interessados. Jamais tão belas e consolantes perspectivas de fraternal diálogo com os protestantes” (KLOPPENBURG, 1961, p.591.)

A resposta que o Papa gostaria de dar ao mundo moderno viria através do CVII e, em parte, por conta daquela magnitude destacada anteriormente. Para acompanhar um mundo mudança, Kloppenburg destaca que é necessário atentar para algumas expectativas no campo religioso. Ele chama a atenção para o fato de que “o grande problema mundial de hoje não é a religião falsa, mas a anti-religião, não de um ou outro erro teológico, mas a negação total da teologia”. Assim, o CVII deverá “ser uma presença operante, atual, moderna, capaz de entender e discernir as aspirações humanas, de refazer os critérios, de revalorizar o sentido do sobrenatural e de devolver Deus ao mundo.” (KLOPPENBURG, 1961, p.592.)

Sob o título de “1962: Ano do XXI Concílio Ecumênico”⁴⁵, o texto seguinte é o editorial que abre o primeiro número da REB de 1962. Duas perguntas conduzem a reflexão de Kloppenburg durante o texto: “será que cada um de nós já se deu conta da significação excepcional desse acontecimento que precisa ser o “maior acontecimento do século XX”? e já procurou se integrar dele?” (KLOPPENBURG, 1962, p.3.)

Como já havíamos informado, o grupo de textos que analisamos agora é uma introdução sobre o CVII e sobre a importância que deve ser dada a ele. Em 1962, faltando sete meses para o CVII, Kloppenburg escreveu este editorial que procurava abordar resumidamente o significado do CVII e a necessidade de se integrar a ele. Em suas primeiras linhas, ele define os receptores do texto: “para os leitores da REB, na sua maioria sacerdotes ou religiosos, torna-se dispensável insistir na importância histórica dos Concílios ecumênicos na vida da Igreja”. (KLOPPENBURG, 1962, p.3.) Kloppenburg retoma a importância da sistematização e da preparação do CVII, devido ao número de temática que seriam abordadas durante a realização deste Concílio e seguia destacando a maciça presença do episcopado de todos os continentes e apontava a necessidade de todos os membros da Igreja integrarem ao evento, contribuindo como for possível.

⁴⁵ KLOPPENBURG, Boaventura. 1962: Ano do Concílio Ecumênico. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 22, f. 1, março de 1962. p. 3-5.

A integração de todo o clero ao CVII deveria ser conduzida a partir de três pontos: 1) da consciência de que o Concílio já havia começado desde seu anúncio, em 1959; 2) de contribuir da maneira que for possível como sacerdote e religiosos e através de suas respectivas missões; 3) e do direito e dever de crítica. Sobre o dever e o direito à crítica, Kloppenburg afirmava que “o Concílio deveria ser para nós uma ocasião excepcional de apresentar junto a nossos bispos, oralmente ou por escrito, aquilo que nos parece ser a expressão de um autêntico desejo de renovação.” (KLOPPENBURG, 1962, p.5.)

Em setembro de 1962, Kloppenburg escreveu “Credo Sacrum Concilium”⁴⁶. Este texto remonta historicamente a instauração do CVII a partir de uma perspectiva bíblico-teológica. O ponto de partida da reflexão de Kloppenburg está na entrega do magistério do Pai para o Filho, transmitido aos apóstolos e destes passando para o Colégio dos Bispos. Este Magistério tem a função de ensinar autenticamente a Palavra de Deus, seja ela escrita ou transmitida. Este ensino acontece na comunhão dentro da Igreja e que através do Papa, é transmitida ao restante do corpo eclesial. Kloppenburg afirma que o Espírito Santo é o assistente desta função educadora: “os homens da Igreja, depositários do poder de ensinar, são também positiva e interiormente, na inteligência e na vontade, ajudados por Deus.” (KLOPPENBURG, 1962, p.577.) Por fim, o elemento necessário para que o Magistério se realize completamente é a obediência. Todavia, Kloppenburg adverte que um equilíbrio deve conduzir esta obediência.

Dois extremos devem ser evitados para que seja correta e equilibrada nossa atitude perante o Magistério da Igreja: o de querer aceitar apenas o que é definido como verdade de fé (e não seríamos suficiente “eclesiásticos” no nosso sentir) e o de idolatrar todas as expressões e palavras dos Concílios e Pontífices (e seríamos mais “católicos” que o Papa). (KLOPPENBURG, 1962, p.582.)

Nesta perspectiva de herança do Magistério – do Pai para o Filho, do Filho para os Apóstolos, dos Apóstolos para os Bispos e estes em comunhão com o Papa – é que o CVII seria instaurado e ensinaria a Igreja a enfrentar aos novos desafios que o século XX lhe impunha. Este último texto de Kloppenburg na REB, antes do início da primeira etapa do CVII, foi direcionado claramente para os participantes daquele Magistério. Kloppenburg permite que o leitor da revista (sacerdotes) seja integrado no Magistério e participe do CVII como *docibiles Dei*, “discípulos de Deus”.

⁴⁶KLOPPENBURG, Boaventura. Credo Sacrum Concilium. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 3, setembro 1962. p. 570-586.

Frei Kloppenburg afirmava, em 1961, que eram necessárias diversas iniciativas para informar o clero brasileiro sobre o CVII. Este primeiro grupo de quatro textos na REB é lido “com o fim de ajudar nestas iniciativas, [e que a partir destes próprios textos] tentaremos oferecer algumas informações sobre o próximo e XXI Concílio Ecumênico” (KLOPPENBURG, 1961, p.561.)

Estes quatro primeiros textos possuem em comum o seu caráter informativo e introdutório sobre o CVII. Apesar de introdutórios, em todos os textos encontramos um Kloppenburg fiel à doutrina, fundamentada a partir do uso da documentação oficial. Não percebemos grandes intervenções de Kloppenburg nestes textos, faz poucas colocações sobre o que acontecerá, mas insiste na grandeza do próximo Concílio. Ao mesmo tempo, trabalha comentando a documentação que está sendo produzida na etapa preparatória e ordena esta documentação (bulas, entrevistas, decretos) com a intenção de fornecer um raciocínio claro a respeito da realização do CVII. Kloppenburg sistematiza nestes textos o que e como será o CVII, sempre tendo como suporte o que a “fala” oficial fornecia, não se arisca a elaborar comentários mais profundos.

Os próximos textos analisados são as “Crônicas dos trabalhos preconciáveis”. São três textos com este mesmo título encontrados na sessão “comunicações” da REB, distribuídos nos meses de março, junho e setembro de 1962. Uma “crônica” normalmente tem um caráter informativo e é escrita a partir da reunião, por parte de seu escritor, dos acontecimentos diários. É responsabilidade do cronista organizar estas informações em uma narração pela ordem do tempo em que os fatos aconteceram. Foi este o trabalho que Kloppenburg desenvolveu nestes textos. Lembremos que as “Comunicações” na REB possuem a função de apresentar sumariamente as discussões que aconteceram na Igreja.

A primeira crônica está no volume 22, fascículo 1, de Março de 1962⁴⁷, com o título de “Crônicas dos trabalhos Preconciáveis”. O texto é uma reunião de textos publicados no jornal *L'osservatore Romano* que, ao longo do período dos trabalhos pré-conciáveis, era a única fonte de informação sobre as reuniões que preparavam o CVII. Segundo Kloppenburg, estes textos foram escritos para a REB com a intenção de que os seus leitores “possam desde já viver no

⁴⁷ KLOPPENBURG, Boaventura. Crônica dos trabalhos preconciáveis. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 1, março 1962. p. 75-135.

clima conciliar e acompanhar com interesse os trabalhos preparatórios”. (KLOPPENBURG, 1962, p. 75.)

O texto de março de 1962 é a crônica mais longa, pois procura contemplar toda a estrutura e a tarefa da comissão central do CVII. O texto descreve detalhadamente as sessões plenárias da comissão central que aconteceram em novembro de 1961 e em janeiro de 1962. Neste texto, além de apresentar novamente a Comissões preparatórias, Kloppenburg especifica cada uma de suas funções. Nas linhas finais desta primeira crônica, o Frei deixa novamente clara a sua intenção ao publicá-las: “são páginas puxadas, as que apresentamos, mas fazemos questão de oferecer desde já, neste Ano Conciliar, tudo quanto possa contribuir para criar nos nossos leitores um sadio clima conciliar”. (KLOPPENBURG, 1962, p. 135.)

Kloppenburg acompanhava diariamente os trabalhos pré-conciliares. A crônica seguinte relata as reuniões que antecederam o CVII. Este texto se encontra no volume 22, fascículo 2, de junho de 1962⁴⁸, exemplificando o modo como se trabalhavam as comissões preparatórias. Kloppenburg fazia parte de uma destas comissão teológica como consultor. Os textos que dizem respeito aos trabalhos pré-conciliares eram basicamente as únicas informações disponíveis sobre a preparação do CVII. As temáticas destes textos são várias. Temas que tratavam do desenvolvimento e vivência das Dioceses, que diziam respeito à educação nas universidades católicas, aos sacramentos, às missões, à teologia e às constituições dogmáticas. Todavia, não eram ainda reflexões, mas apresentações sobre os possíveis temas para o CVII debater. Sempre buscando a divulgação do CVII, Kloppenburg afirmava: “Aos que, no Brasil, desejam viver mais intensamente com a Igreja e com o próximo Concílio Ecumênico, comunico que a editora Vozes lançará no próximo mês de julho um volume intitulado “Concílio Vaticano II. Vol.1: documentário Preconciliar”” (KLOPPENBURG, 1962, p.419.)

A última crônica está no volume 22, fascículo 3, de setembro de 1962⁴⁹ da REB. O texto segue a mesma lógica: apresentar as discussões que as comissões preparatórias estavam desenvolvendo antes do CVII. Kloppenburg inicia o texto apontando a futura publicação de um texto que deveria conter toda a documentação pré-conciliar. Efetivamente, esta promessa foi cumprida em 1962 com o texto intitulado “Documentário pré conciliar”, impresso pela editora

⁴⁸ KLOPPENBURG, Boaventura. Crônica dos trabalhos preconconciliares. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 2, junho 1962. p. 397-419.

⁴⁹ KLOPPENBURG, Boaventura. Crônica dos trabalhos preconconciliares. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 3, setembro 1962. p. 649-663

Vozes. Não muito diferente dos textos anteriores sobre o pré-concílio no texto da REB, Kloppenburg busca informar acerca da VII e última sessão plenária da comissão central, bem como, elencar os projetos preparados ao longo de três anos pelas comissões e que seriam discutidos posteriormente no CVII.

Kloppenbug escreveu uma lista dos debates: “sobre os seminários”, “a missão do ensino”, “o magistério da igreja nas ciências sacras”, “a colaboração dos religiosos no ministério pastoral”, “a associação dos fiéis”, “a isenção dos religiosos”, “a admissão às ordens sacras dos ministros acatólicos convertidos”, “os estados de perfeição, a renovação dos religiosos”, “as preparações para a ordem”, “as preparações para o matrimônio”, “a unidade da Igreja”, “a constituição sobre o apostolado dos leigos”, “o magistério da igreja”, “o poder da Igreja”, “a liberdade religiosa”, “a união dos cristãos”, “a oração pela união”, e “a mãe de Deus e a mãe dos homens”. (KLOPPENBURG, 1962, p. 650-659.)

Esta lista concentra as temáticas elaboradas durante a etapa pré-conciliar além de concentrar, conseqüentemente, as exposições feitas nas três “Crônicas preconciliares”. Kloppenburg afirmava que seu relato escrito nas crônicas era exatamente o que o CVII receberia para debate. Chamava a atenção para a importante diferenciação entre a palavra “constituição” e “decreto”. Esta designaria os textos que trabalharam com disposições disciplinares, enquanto aquela dizia respeito as questões que tratavam diretamente das exposições doutrinárias. A lista é bastante extensa e, segundo o autor, não faltariam assuntos a serem tratados. Efetivamente, mais três anos foram necessários para que os assuntos mais importantes pudessem ser totalmente contemplados. Kloppenburg encerra sua crônica com a seguinte reflexão:

Eis o que se preparou para o XXI Concílio Ecumênico! Assunto, na verdade, não falta. E questões importantíssimas, vitais. Ninguém poderá predizer quanto tempo durará a discussão conciliar das 2060 páginas preparadas. Nem convém que os debates sejam apressados. Ao encerrar a VI Plenária da Comissão Central, no dia 12 de maio passado, Sua Santidade declarou: “Na livre discussão, reclamada aliás pelo próprio bem da Sacra Assembléia, os Padres hão de encontrar um válido auxílio no acurado trabalho preparatório de três anos” Sua Santidade, portanto, vê em todos estes projetos já elaborados somente um “válido auxílio”, não um texto já definido ao qual os Bispos apenas teriam que dizer um amém aprovativo. Eles, os Bispos, são os “Padres do Concílio” e eles terão que ser verdadeiros autores dos textos conciliares. Não será tão fácil nem tão rápido. (KLOPPENBURG, 1962, p. 663.)

Estas três crônicas são basicamente relatórios das atividades das comissões preparatórias no Vaticano. Elas seguem uma ordem cronológica e pretendem apresentar o andamento destes

debates linearmente. Além das introduções que Kloppenburg faz, normalmente ligando uma crônica a outra e o lugar delas na REB, não existem apontamentos ou reflexões aprofundadas sobre o que está sendo apresentado nas crônicas. Considerando que Kloppenburg chama estes textos de “crônicas”, não deveríamos supor nada mais que informações organizadas cronologicamente como efetivamente se percebe. No que tange a recepção destes textos, podemos afirmar que principalmente a organização da documentação pré-conciliar pela Editora Vozes e a sua edição são a maior expressão da recepção destas crônicas. Além disto, Frei Piva destaca que a Editora Vozes havia sido a “editora do Concílio e que lhe caberia o primado inalienável na difusão do espírito do Concílio Vaticano II” (PIVA, 2005, p.637.) Não somente os textos pré-conciliares, mas a documentação Conciliar que viria a ser publicada pela Editora.

Com o encerramento da etapa pré-conciliar, o momento seguinte foi a abertura e realização do CVII. Em um texto curto, Kloppenburg afirmava tentar “ainda sobre a impressão imediata dos acontecimentos vividos, ordenar em vários pontos que parecem ser os verdadeiros resultados desta primeira fase do Concílio Vaticano II” (KLOPPENBURG, 1962, p.933.) Este texto foi escrito em dezembro de 1962 e está no fascículo 4, do volume 22 da REB. Sob o título “Os resultados positivos da primeira fase do concílio”⁵⁰, o seguinte texto, escrito em apenas duas páginas, é uma exposição objetiva do primeiro momento do CVII. No parágrafo de abertura do texto, Kloppenburg descreve claramente sua excitação: “E hoje, oito semanas depois, numa reviravolta espetacular, só vejo farrapos e ruínas”; e questiona: “Fiasco? Resultados apenas negativos? Tempo perdido?”. O texto é uma resposta à estas questões. E elas são positivas – conforme sugere o título do texto.

Kloppenburg destaca ainda no artigo “Os resultados positivos da primeira fase do Concílio” que podiam ser percebidos os primeiros passos (1) da renovação da liturgia; além disto, (2) o Concílio não se tornou um Sínodo Romano para toda a Igreja, o que era temido antes do início da primeira etapa; houve uma (3) superação da mentalidade pós-tridentina; também pode ser percebida a (4) forte influência da teologia da Europa Central nas discussões conciliares; e que (5) as comissões pré-conciliares não foram capazes, apesar de todo o seu trabalho, de representar a Igreja em seu âmbito universal; (6) a presença dos bispos em uma única reunião foi de extrema importância; desta maneira, (7) o próprio encontro como tal, acabou colaborando para

⁵⁰ KLOPPENBURG, Boaventura. Os resultados positivos da primeira fase do Concílio. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 4, dezembro 1962. p. 933-935.

um rompimento dos isolamentos diocesanos; que, por sua vez, permitiu que (8) o Concílio fosse a marca decisiva da desocidentalização da Igreja; (9) por consequência da desocidentalização foi possível uma discussão mais abrangente sobre a liturgia, ou as liturgias; e uma (10) discussão mais profunda em torno do ecumenismo.

Este conjunto de textos que compreende o momento pré-conciliar deve ser lido a partir de uma tentativa de Kloppenburg esclarecer a importância, as etapas e alguns desdobramentos da realização de um Concílio Ecumênico. Todavia, o esclarecimento não era para todos, Kloppenburg falava para um público específico, a linguagem dos textos seleciona o seu leitor, eram textos para sacerdotes.

Expressões em latim, principalmente para reforçar o argumento teológico, algumas vezes longos parágrafos sem palavras em português, para descrever a complexidade em que se insere o Magistério da Igreja, exemplificam a seletividade a qual nos referimos. Mesmo assim, estes textos revelam um Kloppenburg comprometido com a divulgação do CVII, insistindo que o clero todo deveria estar em sintonia com os acontecimentos que preparavam o CVII. Enfim, durante esta fase ainda encontramos um Kloppenburg entusiasmado e otimista com os caminhos percorridos e com a forma que o evento conciliar estava tomando até aquele momento.

3.2. Período conciliar (1962 – 1965)

O CVII foi realizado em quatro períodos distribuídos em quatro anos. O primeiro período foi de 11 de outubro a 8 de dezembro de 1962, o segundo de 29 de setembro a 4 de dezembro de 1963, o terceiro de 14 setembro a 21 de novembro de 1964 e o quarto período de 14 de setembro a 8 de dezembro de 1965. O clima durante a abertura do CVII era de incertezas.

Segundo Giuseppe Alberigo, “o Concílio era uma realidade a que a Igreja Católica não estava mais acostumada” (ALBERIGO, 2000, p.21.) Isto, por sua vez, contribuía para a afirmação de Kloppenburg de que a “atmosfera era carregada, cheia de dúvidas, de críticas, de pessimismo. Temia-se, sobretudo, a repetição do Sínodo Romano. Tinha-se medo do predomínio de certos elementos da poderosa Cúria Romana”. (KLOPPENBURG, 1963, p.943.) Conforme as etapas do CVII eram realizadas, estas tendências foram ficando para trás e deram lugar a um ambiente de entusiasmo.

Kloppenburger faz referência à tentativa do grupo de padres italianos em direcionar o CVII conforme suas preferências. Rodrigo Coppe Caldeira, em sua tese de doutorado, afirma que “de fato, o Cardeal Ottaviani pensava em influir diretamente nos trabalhos do Concílio. Junto de outros padres, acreditava-se imbuído do dever de defender a tradição, que se via ameaçada desde o século XIX e que, naquele momento, tomava novos rumos com a convocação de um Concílio por João XXIII” (COPPE CALDEIRA, 2009, p.129.)

Durante o período que o CVII foi realizado (1962-1965), Kloppenburg escreve oito textos na REB. São textos que tentam acompanhar e fornecer aos leitores da revista o que estava sendo discutido efetivamente nas reuniões do CVII. Percebemos nestes textos a contínua tentativa de conexão entre as novas reflexões conciliares com a documentação produzida pela Igreja ao longo de sua história. A recorrência aos textos do Vaticano I, e das encíclicas dos dois papas anteriores, é bastante comum.

Quanto aos textos escritos ao longo dos quatro períodos conciliares as temáticas eram bastante variadas. Três destes textos ainda assumem característica de crônica, são informações lineares organizadas a partir dos acontecimentos diários. Os outros cinco textos são reflexões teológicas que contemplam algumas das temáticas debatidas no Concílio: como a liturgia, o ecumenismo, a tradição apostólica e as sagradas escrituras. Analisaremos estes oito textos em dois momentos, o primeiro com os textos teológicos e o segundo com as crônicas.

A partir de 1963, após as primeiras determinações conciliares serem aprovadas, Kloppenburg passa a fazer uso delas em seus textos. Em “A defensibilidade da suficiência material da sagrada escritura”, escrito em março de 1963⁵¹, Kloppenburg chama a atenção para as discussões em torno das fontes da Revelação⁵² que, naquele momento, são projetadas a partir de

⁵¹ KLOPPENBURG, Boaventura. A defensibilidade da suficiência material da S. Escritura. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.23, f. 1, março 1963. p. 13-34.

⁵² Podemos compreender a Revelação segundo a Constituição Dogmática *Dei Verbum*. Esta Constituição afirma: “Aprove a Deus, na sua bondade e sabedoria, revelar-se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cfr. Ef. 1,9), segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cfr. Ef. 2,18; 2 Ped. 1,4). Em virtude desta revelação, Deus invisível (cfr. Col. 1,15; 1 Tim. 1,17), na riqueza do seu amor fala aos homens como amigos (cfr. Ex. 33, 11; Jo. 15,1415) e convive com eles (cfr. Bar. 3,38), para os convidar e admitir à comunhão com Ele. Esta «economia» da revelação realiza-se por meio de ações e palavras intimamente relacionadas entre si, de tal maneira que as obras, realizadas por Deus na história da salvação, manifestam e confirmam a doutrina e as realidades significadas pelas palavras; e as palavras, por sua vez, declaram as obras e esclarecem o mistério nelas contido. Porém, a verdade profunda tanto a respeito de Deus como a respeito da salvação dos homens, manifesta-se-nos, por esta revelação, em Cristo, que é, simultaneamente, o mediador e a plenitude de toda a revelação”. (PAULO VI, 1965.)

dois pontos: a partir da própria escritura sagrada e a partir da tradição. Ambas seriam fontes da revelação divina, todavia, independentes entre si.

A reflexão proposta por Kloppenburg se refere ao embate entre dois teólogos (Cardeal Josef Richard Frings 1887-1978 e o Cardeal Alfredo Ottaviani 1890-1979) sobre a interpretação de um texto doutrinário herdado do Concílio de Trento (1545 – 1563). Este debate é decorrente da proposta feita pela Comissão Teológica do CVII acerca da temática da Revelação. Aqui, mesmo que não explicitamente, pois somente fala do debate sobre a Revelação, Kloppenburg procura deixar claro o embate que havia sido estabelecido entre aqueles dois teólogos. Por sua vez, este embate representava um problema estabelecido entre dois grupos que se “enfrentaram” durante todas as etapas do CVII, iniciando nas preparatórias. Recorremos, novamente, ao texto de Rodrigo Coppe Caldeira. Para este autor:

Os dois eixos que entrariam em embate no Concílio já estavam formados: o primeiro, [do qual o Cardeal Frings fazia parte] que vai se firmar com a maioria, caracterizados, principalmente, pelos padres dos episcopados alemão, francês, austríaco, holandês, belga e suíço, e o segundo, [ao qual o Cardeal Ottaviani pertencia] marcado fortemente pelo episcopado italiano, espanhol e, com o início das discussões conciliares, reforçados pelos de países latinos. (COPPE CALDEIRA, 2009, p.127.)

O grupo representado pelo cardeal Ottaviani buscava preservar a longa tradição da Igreja sem muitos questionamentos, enquanto o grupo que fazia parte o cardeal Frings procurava afastar-se do dogmatismo. Esta perspectiva é exposta por Kloppenburg no texto “A defensibilidade da suficiência material da sagrada escritura” de 1963. Afirmava Kloppenburg que o esquema proposto pelo cardeal Ottaviani se afastava das recomendações papais e que “segundo repetidas e insistentes declarações de João XXIII, este Concílio Vaticano II deve atender também aos sãos postulados do movimento ecumênico e às normas de método chamado diálogo ecumênico” (KLOPPENBURG, 1963, p.31.) Ao lado do argumento ecumênico, Kloppenburg pontua:

(...) não temos a intenção de escrever um tratado completo em defesa da antiga tese da suficiência da S. Escritura, nem mesmo alimentamos aqui o propósito de defendê-la: queremos apenas lembrar que a idéia não é propriamente de origem protestante e que – e este é o ponto principal – a definição do Concílio de Trento não se opõe à tese como tal e, por conseguinte, que ela nos parece ainda hoje ao menos defensável. (KLOPPENBURG, 1963, p.31.)

Kloppenburger deixava claro com isto que o ecumenismo era norma para algumas discussões durante o CVII, reforçando, todavia, a ideia de que não seriam deixadas para trás as estruturas teóricas e teológicas que sustentaram e ajudaram a construir a Igreja Católica ao longo dos séculos.

Partindo desta perspectiva, um texto que está no volume 24 do fascículo 2, de junho de 1964⁵³ da REB, chama a atenção para o ecumenismo que estava em formação graças ao CVII. Já no início do texto Kloppenburg procurava deixar isto bastante claro: “o movimento ecumênico, as normas do diálogo ecumênico, as diretrizes pastorais e ecumênicas do Vaticano II exigem uma revisão de nossa atitude perante os movimentos religiosos não-católicos” (KLOPPENBURG, 1964, p.407.) Não pretendemos aqui fazer uma análise do discurso, mas, deixando clara nossa interpretação do texto, as palavras “exigem”, vinculadas às determinações conciliares, nos fornecem informações significativas da importância que o CVII teve para o debate ecumênico.

O desenvolvimento da argumentação de Kloppenburg aponta para a necessidade do desejo de ambos os lados (católico e não-católico) estarem dispostos ao diálogo. Existia no Brasil um pequeno grupo – conforme destacado por Kloppenburg – disposto ao diálogo ecumênico.

Este grupo era composto pela Igreja Anglicana, Igreja Ortodoxa, Igreja Metodista e a Igreja Luterana. Ao mesmo tempo, existe outro grupo que não estava disposto ao diálogo: os espíritas, os umbandistas, os batistas, os adventistas, a maçonaria, as Igrejas pentecostais e as Igrejas evangélicas fundamentalistas.

Algumas destas Igrejas alertavam as pessoas para o perigo do CVII e o denominavam como um projeto de contrarreforma. Tanto a Igreja Católica como as não-católicas (usando a terminologia que a Igreja Católica usa para as Igrejas que não estão em comunhão com ela), e mesmo as seitas, ficam sem muitas opções dialogais, pois a imposição de um provável modelo ecumênico pode minar as possíveis relações que se estabeleceriam a partir do diálogo. Todavia, não se pode negar que o CVII imprimiu uma nova perspectiva sobre o diálogo ecumênico e o diálogo inter-religioso.⁵⁴

⁵³ KLOPPENBURG, Boaventura. Vozes ecumênicas em defesa da fé. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.24, f. 2, junho 1964. p. 407-409.

⁵⁴ Destacamos aqui a diferenciação que comumente se faz entre os termos ecumenismo e o diálogo inter-religioso. O ecumenismo é um esforço pela aproximação, cooperação e busca pela superação das divisões entre as Igrejas cristãs. Enquanto o diálogo inter-religioso é as relações que as Igrejas cristãs buscam com as religiões não cristãs.

Segundo Alberto da Silva Moreira⁵⁵, durante o CVII,

pela primeira vez em muitos séculos, as outras igrejas cristãs não foram vistas como grupos hereges, cismáticos ou imperfeitos, mas como comunidades separadas do único povo de Deus, nas quais o mesmo Espírito de Deus, em formas diversas, se faz presente. (MOREIRA, 2006, p.620)

As considerações de Moreira revelam alguns resultados dos debates sobre o ecumenismo, mas, ainda em 1964, Kloppenburg lamentava que o Secretariado Nacional de Defesa da Fé da CNBB deixou de existir e que isto era um problema, pois, o avanço do proselitismo de um lado e o ecumenismo do outro (do católico) permitia um “ataque” às verdades da fé católica, “por isso mesmo persiste também a obrigação e a urgência de defender a fé”. (KLOPPENBURG, 1964, p. 408.) O Frei fazia este alerta, pois achava necessário o posicionamento a respeito do ecumenismo:

Movidos por um mal entendimento do ecumenismo, não podemos fechar os olhos e não tomar conhecimento da propaganda anticatólica, não podemos deixar de guiar nossos católicos desorientados. No modo de expor nossas razões e de refutar as objeções dos outros podemos e devemos adaptar-nos às normas do ecumenismo. Mas não podemos simplesmente omitir-nos. Não obstante, todo o ecumenismo, de cá e de lá, teremos sempre o problema do proselitismo das seitas. (KLOPPENBURG, 1964, p. 408.)

Esta citação permite perceber o que Kloppenburg passava com a realização do CVII. Antes mesmo do anúncio do CVII sabemos que Kloppenburg dedicava-se à Campanha Nacional de Esclarecimento aos Católicos. Esta função o colocava em contado direto com um ecumenismo anterior ao CVII. Todavia, não é possível usar o termo “ecumenismo” para determinar as relações que a Igreja Católica tentava estabelecer com as Igrejas não-cristãs e com outras religiões até o início do CVII em 1962. A posição era de “exclusivismo”.

A Igreja Católica Romana representava a totalidade da fé cristã e não era possível a existência e mesmo a organização verdadeira da Igreja de Cristo fora dos moldes romanos. Sobre a condição ecumênica pré-conciliar, o Padre Elias Wolf, coordenador do curso de pós-graduação em ecumenismo do Instituto Teológico de Santa Catarina, afirma que:

Inicialmente, houve a rejeição tácita do movimento ecumênico originado no meio protestante, por compreender que não são os encontros de diálogo que constroem a verdadeira Igreja de Cristo. E sendo a Igreja romana a Igreja de Jesus Cristo, organizada como “sociedade perfeita”, o diálogo com os cristãos situados além das suas fronteiras

⁵⁵ Professor da Universidade Católica de Goiás e coordenador do Simpósio Internacional 40 anos do Concílio Vaticano II.

institucionais era valorizado com vistas no “retorno” destes ao seio da estrutura católica. Em 1928, em sua encíclica *Mortalium animos*, Pio XI escrevia sobre os encontros ecumênicos no meio protestante: “a Sé Apostólica não pode de modo algum participar das suas reuniões, e de nenhum modo os católicos podem aderir ou ajudar tais tentativas”. O próprio termo “ecumenismo” não encontrava nos meios católicos romanos a compreensão que assumia no interior do movimento ecumênico. No ano de 1950, a *Enciclopédia Católica*, assim afirma: “No sentido próprio, ecumenismo é a teoria mais recente que brota dos movimentos interconfessionais, especialmente protestantes, para alcançar a unidade das igrejas cristãs (...) para os católicos são proibidas as vias do ecumenismo no sentido originário do termo”. Assim, “ecumenismo” diz respeito apenas à conservação da integridade da fé católica romana. (WOLFF, 2004, p.253)

Por sua vez, as determinações conciliares sobre o ecumenismo revisaram totalmente aquele antigo posicionamento que a Igreja Católica tinha frente às outras Igrejas e outras religiões. Assim, o tratamento dispensado as outras Igrejas e religiões deve ser condicionado pela acolhida e respeito.

Entre estes dois momentos – pré-concílio e conciliar –, encontramos Kloppenburg procurando preservar aquele modo de “ecumenismo” no qual ele havia sido formado e trabalhava a favor, bem como, também buscava inteirar-se do nascente ecumenismo conciliar. Este ecumenismo nascente no CVII exortava aos cristãos católicos “que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes doutras religiões, dando testemunho da vida e fé cristãs, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores sócio culturais que entre eles se encontram”. (PAULO VI, 1965) Era o que recomendava a Declaração Conciliar *Nostra Aetate* (Em nosso tempo) sobre a Igreja e as religiões não-cristãs.

O seguinte texto escrito por Kloppenburg na REB retoma uma das afirmações mais recorrentes sobre o CVII, de que este seria um complemento do Vaticano I. O autor encontra em uma constituição dogmática daquele concílio (*Constitutio dogmatica prima de Ecclesia Christi*) as lacunas a serem preenchidas neste. No texto “Primado Pontifício e Competência Episcopal”, de junho de 1963⁵⁶, a discussão principal está no desenvolvimento do poder primacial do Papa, discussão que havia sido deixada em pauta no Concílio Vaticano I. Kloppenburg afirmava que “o dogma eclesiológico do Vaticano I (primado e infalibilidade do Papa), por ser parcial e incompleto, reclamava seu complemento”. (KLOPPENBURG, 1963, p.369.) Todavia, o argumento deste texto esta predominantemente construído sobre as antigas concepções do poder Papal, que ainda não haviam sido discutidas no CVII. Desta maneira, Kloppenburg lembra o seu

⁵⁶ KLOPPENBURG, Boaventura. Primado pontifício e competência episcopal. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.23, f. 2, junho 1963. p. 369-393.

leitor que este poder é um poder “jurisdicional ordinário”, “imediato”, “episcopal”, “pleno”, “universal” e “supremo”. Além disso, este poder é limitado a partir da comunhão com os Bispos, já que existe um princípio de jurisdição ordinária dos Bispos, um princípio de colegialidade, de subsidiariedade, de edificação, de finalidade, de juridicidade e, por fim, um princípio chamado de “lei natural”. Esta reflexão, conforme sugere Kloppenburg, deve adaptar as disciplinas eclesiais às necessidades do momento que Igreja estava vivendo.

Abstraímos, como dissemos, das determinações positivas atuais do Direito Eclesiástico, a fim de ver as possibilidades que existem, na Igreja, de modificações no regime e no governo para o bem e a salvação das almas. Pois é isso que interessa e tudo o mais deve estar em função disso. Tradições que não sejam de origem divina, na medida em que já não estiverem a serviço desta grande finalidade da Igreja, podem e devem ser resolutamente abandonadas. Não vivemos nem trabalhamos para estas tradições. Ou, como diria João XXIII, a Igreja não é uma coleção de antiguidades. Não se trata de um museu ou de uma academia de antiguidades(...). Aliás foi também com este intuito que o Papa convocou o XXI Concílio Ecumênico, para melhor adaptar a disciplina eclesial às necessidades dos nossos tempos (...) para a reorganização do organismo eclesial” (KLOPPENBURG, 1963, p. 393.)

O decreto *Christus Dominus*, de 1965, sobre o Múnus Pastoral dos Bispos, preencheu aquelas lacunas do Vaticano I que, Kloppenburg alertava, precisavam ser preenchidas. Ficou determinada com este decreto a sucessão apostólica dos bispos, bem como se esclareceu o ministério da colegialidade, a individualidade de cada Bispo e como este dever exercer o seu poder.

Com um texto apresentado na REB, em junho de 1965, intitulado “Subsídios para a qualificação teológica da *Lumen Gentium*”⁵⁷, Kloppenburg expõe com clareza as discussões em torno do problema de definições dogmáticas que permearam a elaboração da Constituição Dogmática em questão. O problema é bem resumido pelo próprio Kloppenburg, ele afirma: “dizem que o Concílio é pastoral e não quer definir novos dogmas, que João XXIII não convocou o Concílio para novas definições, que Paulo VI endossou as intenções de seu predecessor...mas nada disso verifico formalmente declarado nas atas do Concílio.” (KLOPPENBURG, 1965, p.219) Devemos ter em mente que a *Lumen Gentium* é sem dúvida um dos documentos mais importantes promulgados durante o CVII. O seu tema principal é o afastamento da caracterização unicamente institucional da Igreja e a aproximação de uma constituição mística como Corpo de

⁵⁷ KLOPPENBURG, Boaventura. Subsídios para a qualificação teológica da *Lumen Gentium*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.25, f. 2, junho 1965. p. 209-219.

Cristo. Mas, em meio à confusão de que o CVII teria uma finalidade pastoral ou dogmática, Kloppenburg reflete:

Tendo, pois, segundo a palavra do Papa, o Concílio (tão e mais ecumênico que os anteriores) como finalidade principal declarar a doutrina revelada sobre a natureza e a missão da Igreja e completar assim os ensinamentos dogmáticos do Vaticano I, devendo mesmo dirimir questões teológicas difíceis, poder-se-á sem mais esperar também alguma definição dogmática solene propriamente dita. Ao menos a finalidade principal do Concílio certamente não exclui a priori semelhante possibilidade. (KLOPPENBURG, 1965, p.210.)

Podemos afirmar que Kloppenburg não simpatizava com o grupo chamado “conservador”, da mesma maneira, não era um “progressista”. O grupo chamado “progressista” proclamava que o CVII era um Concílio dogmático, enquanto aqueles, os “conservadores”, afirmavam que não, o CVII era um Concílio Pastoral. “Tanto o *conservadorismo* quanto o *progressismo católico* devem ser lidos pressupondo que são linhas que transcorrem a partir do mesmo problema. Duas compreensões que andam lado a lado e objetivam alcançar hegemonia de poder: o papado e suas decisões”. (COPPE CALDEIRA, 2009, p.62) Kloppenburg procura transmitir um posicionamento que não aponta como excludentes pastoral e dogmático, mas como complementares.

Um exemplo desta complementação pode ser percebido em uma das principais mudanças promovida pelo CVII, a Liturgia. Principal, pois era e ainda é pela Liturgia que a Igreja transmite boa parte dos seus ensinamentos. Quais as mudanças que ocorreram e como elas se processaram? É o que Kloppenburg procura esclarecer com o texto “Os princípios da renovação litúrgica do Vaticano II” de março de 1964⁵⁸. O autor inicia o artigo apontando a natureza da liturgia. Esta natureza é caracterizada pelo exercício do múnus sacerdotal de Jesus apresentado a todos os fiéis através de sinais e significações e que, por sua vez, são responsáveis por santificar o homem ao mesmo tempo em que é exercido um culto público integral pelo Corpo Místico de Cristo. Além disto, Kloppenburg chamava a atenção dos seus leitores para:

Como esta Revista se destina precisamente aos sacerdotes, quer seculares, quer religiosos, que já labutam na vinha do Senhor, faremos o que está em nossas possibilidades a dom de auxiliar os leitores neste conhecimento mais pleno “do espírito e da força da Liturgia”. (KLOPPENBURG, 1964, p.4.)

⁵⁸ KLOPPENBURG, Boaventura. Os princípios da renovação litúrgica do vaticano II. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.24, f. 1, março de 1964. p. 3-42.

Para que a ação da liturgia se concretize é indispensável a presença dos fiéis. A recomendação é para uma participação e presença dos fiéis de uma forma que rompa com o caráter mecânico da liturgia: “Ela [a liturgia] deve ser também ciente e consciente para que seja interna” (KLOPPENBURG, 1964, p.14.) O princípio que rege esta lógica é chamado de “princípio da fácil inteligibilidade”. Ao lado dele está o “princípio do uso da língua vernácula”. Kloppenburg pontua outra série de princípios que, em conjunto, constituem a renovação proposta anteriormente. Os princípios que regem esta lógica da liturgia propostas pelo CVII estão assentados sobre a descentralização da liturgia, sobre a sua adaptabilidade, sua natureza didática e comunitária. Posteriormente, podemos perceber na Constituição *Sacrosanctum Concilium* estes princípios em sua completa formulação.

Os textos da REB, “Os debates conciliares da II sessão” no volume 23, fascículo 4, de dezembro de 1963; “A III sessão do Vaticano II”, no volume 24, fascículo 4, de dezembro de 1964; e, “A IV e última sessão do Vaticano II” no volume 25, fascículo 3, de setembro de 1965, são crônicas das sessões do CVII. Analisamos estes três textos em conjunto, pois eles têm um mesmo objetivo. São textos de informação, contêm as listas das votações, expõem as divisões das promulgações e dos decretos e as são intervenções de Kloppenburg sobre estes conteúdos, que são poucas, apenas uma breve introdução apresentando o que será exposto e depois uma conclusão.

O texto “Os debates conciliares da II sessão” que está no volume 23, fascículo 4, de dezembro de 1963⁵⁹ foca sua apresentação nas expectativas positivas para a II sessão do CVII. Kloppenburg destaca esta expectativa a partir da percepção de que as diferenças entre os que aprovavam e os que desaprovavam as mudanças promovidas pelo CVII, antes perceptíveis e complicadoras durante a I sessão, foram transformadas em elementos positivos que contribuiriam para o decorrer desta sessão. O autor alertava para o fato de que “no ano passado todos eram estranhos, não se conheciam, não se sabia como pensava e havia de reagir a maioria; era preciso sondar, tactear, experimentar, arriscar.” Logo em seguida o autor destacava: “Agora não: as tendências são conhecidas, as mentalidades patentes, as forças medidas, os grupos [Conferências episcopais] se apresentam mais bem preparados, mais experimentados e confiantes (...)”.

⁵⁹ KLOPPENBURG, Boaventura. Os debates conciliares da II sessão. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.23, f. 4, dezembro 1963. p. 943-988.

(KLOPPENBURG, 1963, p. 943.) Todavia, apesar de todo este clima que favorecia positivamente a realização da próxima sessão do CVII, Kloppenburg afirmava, considerando as direções que o evento conciliar estavam tomando, que “Já se pode prever e calcular com bastante certeza de que lado cairá a balança na hora da votação” (KLOPPENBURG, 1963, p. 943.)

Por conta da morte do papa João XXIII, o papa Paulo VI foi eleito e assumiu o seu lugar. Kloppenburg afirma que não era de estranhar que o novo papa seguisse a tendência do antigo. Fazia esta afirmação considerando os discursos feitos pelo ainda Cardeal Montini, bem como suas “Cartas do Concílio”, onde algumas vezes antecipara temas abordados pelo papa João XXIII na abertura do CVII em 1962. O novo Papa define quatro finalidades que direcionariam o CVII a partir daquele momento e, além disso, afirma que se manteria fiel à proposta do papa João XXIII. A primeira finalidade é sobre o conhecimento ou a consciência que a Igreja tem de si mesma; a segunda, sobre a reforma da Igreja: ela deve espelhar-se em Cristo; estas duas primeiras finalidades dizem respeito ao debate conciliar do *esquema* sobre “a Igreja” e do *esquema* sobre o “Governo da Igreja”. A terceira finalidade diz respeito a recondução de todos os cristãos à unidade, sendo remetida ao debate conciliar “Sobre o ecumenismo”. A quarta e última finalidade diz respeito ao diálogo da Igreja com a modernidade. Como podemos observar, estas finalidades refletiam diretamente os debates conciliares que aconteceriam ao longo da II sessão.

A conclusão escrita por Kloppenburg tem como fundamento o discurso de encerramento da II sessão feito pelo papa Paulo VI. Este solicitava que os *esquemas* elaborados para as próximas sessões fossem mais breves e que, desta maneira, pudessem ser aprovados com mais agilidade, deixando para as comissões pós-conciliares os maiores esclarecimentos. “Eis, segundo nos parece, o método e o caminho finalmente encontrados para apressar os trabalhos do Concílio e conseguir que a próxima e terceira Sessão (provavelmente de 14 de setembro a 20 de novembro de 1964) seja também a última”. (KLOPPENBURG, 1963, p. 988.) Este método não surtiu efeitos e o CVII ainda precisou de mais duas sessões para ser encerrado.

Em um longo texto intitulado “A III sessão do Vaticano II”, de dezembro de 1964⁶⁰, Kloppenburg expõem as temáticas que foram desenvolvidas ao longo do terceiro encontro do CVII. Um breve comentário na introdução da sua crônica promete, “em volume à parte, descrever mais minuciosamente o grande acontecimento que estamos vivendo e que nos obrigará

⁶⁰ KLOPPENBURG, Boaventura. A III sessão do Vaticano II. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.24, f. 4, dezembro 1964. p. 865-954.

a uma profunda revisão de nosso modo de rezar, pensar e viver”. (KLOPPENBURG, 1964, p.865.) Podemos perceber o esforço de Kloppenburg para informar detalhadamente para os leitores da REB os acontecimentos que moviam a Igreja para uma nova realidade, um pouco diferente daquela que estavam acostumados.

No subtítulo do texto “Crônicas dos debates” os temas abordados pelo autor são os seguintes: “A índole escatológica da Igreja peregrinante”; “Maria Ssma. no mistério de Cristo e da Igreja”; “o múnus pastoral dos bispos da Igreja”; “a liberdade religiosa”; “os judeus e os não-cristãos”; “a revelação divina”; “o apostolado dos leigos”; “a vida e o ministério sacerdotal”; “as igrejas orientais”; “a Igreja no mundo contemporâneo”. Como na crônica anterior, estas temáticas fazem referências às discussões dos *esquemas* sobre “a Igreja”, sobre o “Governo da Igreja”, sobre “o ecumenismo”.

Após isto, Kloppenburg elenca a sistematização decorrente destas discussões. Elas estariam organizadas da seguinte maneira: próêmio, capítulo I, onde a vocação integral do homem assume seu sentido na relação da Igreja com os problemas do mundo contemporâneo; e capítulo II, intitulado “A Igreja dedicada ao serviço de Deus e dos homens”, são traçadas as diretrizes da relação entre a Igreja e o poder temporal; o capítulo III leva o título de “O comportamento dos cristãos no mundo”, neste capítulo reflete-se sobre a necessidade de estabelecer “um estreita cooperação com as instituições de âmbito mais vasto nas quais trabalham homens de boa vontade, ou pelo menos cristãos de outras confissões, supondo sempre que nelas seja respeitada a liberdade religiosa e moral” (KLOPPENBURG, 1964, 902.); o capítulo IV, intitulado “Os problemas mais urgentes de nosso tempo”, destaca a necessidade de promover a dignidade humana, respeitar a dignidade do matrimônio e da família, de estar atento para uma honesta promoção da cultura, bem como de seguir os preceitos morais religiosos, no que diz respeito a vida econômica e social, e de colaborar com a promoção da solidariedade humana e a paz. Seguindo esta lógica, a segunda parte do texto foi dedicada aos problemas práticos da Igreja, como a atividade missionária, a necessidade de renovação dos religiosos, a formação dos seminaristas, a educação cristã e o sacramento do matrimônio.

Por fim, Kloppenburg escreve uma crônica detalhada sobre a Constituição Dogmática “*De Ecclesia*”. Esta crônica está no final do texto “A III Sessão do Vaticano II” e segue a mesma lógica das anteriores. São informações detalhadas e lineares sobre a votação desta Constituição, sobre o número de votos que foi recebido contra e a favor, sobre a quantidade de correções

necessárias para aprovar o documento e sobre as datas destas votações. Todavia, a atenção dispensada por Kloppenburg a esta Constituição em especial já revelava a importância que ela assumiria dentro da Igreja. O *esquema* “sobre a Igreja” foi a base para a *Lumen Gentium*: sem dúvida alguma, um dos documentos mais importantes promulgados pelo CVII.

Em setembro de 1965, no texto “A IV e última sessão do Vaticano II”⁶¹, Kloppenburg apresenta as temáticas desenvolvidas na última sessão do CVII. O autor inicia a crônica dos debates conciliares discorrendo sobre a liberdade religiosa que, para ele, era ao mesmo tempo muito esperada e muito temida. O documento produzido sobre a liberdade religiosa, que foi discutido durante a IV sessão do CVII, se preocupava com a relação entre a Igreja e a condição humana, bem como tentava pensar uma série de problemáticas que, segundo a Igreja, necessitavam ser debatidas. Estas problemáticas diziam respeito à dignidade do matrimônio e da família, ao progresso da cultura, à vida econômico-social e à comunidade dos povos e à construção da paz. Outras questões foram discutidas durante o CVII, como um novo decreto que regulamentasse a atividade missionária, sobre a vida dos presbíteros e o ministério destes na Igreja.

Kloppenbug chamava a atenção para a “Declaração sobre a liberdade religiosa” quando descrevia o posicionamento do grupo em torno do Cardeal Ottaviani. Ele afirmava que a oposição deste grupo era muito radical e insistia que “só à verdadeira religião compete o direito à liberdade religiosa”, ao mesmo tempo, o *esquema* sobre a liberdade religiosa “reivindicava uma liberdade ilimitada e indiscriminada para todas as religiões, mesmo para as que impugnam a ordem moral”, e que somente cabia à Igreja Católica “o direito e o dever de pregar o Evangelho, por isso, o proselitismo dos acatólicos é ilícito e deve ser impedido mesmo pelo poder civil”. (KLOPPENBRUG, 1965, p.429.)

Os resultados iniciais, após o encerramento do CVII, são as documentações produzidas pelas comissões. São dezesseis documentos elaborados ao longo das quatro etapas. Foram preparados, discutidos, emendados, votados e promulgados os seguintes documentos: 1) a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, sobre a Igreja (1964); 2) a Constituição Dogmática *Dei Verbum*, sobre a Revelação Divina (1965); 3) a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, sobre a Igreja no Mundo de Hoje (1965); 4) a Constituição *Sacrosanctum Concilium*, sobre a Sagrada

⁶¹ KLOPPENBURG, Boaventura. A IV e última sessão do Vaticano II. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.25, f. 3, setembro 1965. p. 425-488.

Liturgia (1963); 5) o Decreto *Unitatis Redintegratio*, sobre o Ecumenismo (1964); 6) o Decreto *Orientalium Ecclesiarum*, sobre as Igrejas Orientais (1964); 7) o Decreto *Ad Gentes*, sobre a Atividade Missionária da Igreja (1965); 8) o Decreto *Christus Dominus*, sobre o Múnus Pastoral dos Bispos (1965); 9) o Decreto *Presbyterorum Ordinis*, sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros (1965); 10) o Decreto *Perfectae Caritatis*, sobre a Atualização dos Religiosos (1965); 11) o Decreto *Optatam Totius*, sobre a Formação dos Sacerdotes (1965); 12) o Decreto *Apostolicam Actuositatem*, sobre o Apostolado dos Leigos (1965); 13) o Decreto *Inter Mirifica*, sobre os Meios de Comunicação Social (1963); 14) a Declaração *Gravissimum Educationis*, sobre a Educação Cristã (1965); 15) a Declaração *Dignitatis Humanae*, sobre a Liberdade Religiosa (1965); e, 16) a Declaração *Nostra Aetate*, sobre as Relações da Igreja com os não-Cristãos (1965).⁶²

Estes textos que foram escritos por Kloppenburg durante a etapa conciliar, apesar de usarem os argumentos e as discussões que estavam acontecendo no CVII, limitam-se a alguns objetivos. Os primeiros textos, durante os anos de 1962 e alguns de 1963, recorrem aos textos pré-conciliares e, principalmente, às formulações dogmáticas do Concílio Vaticano I. Este procedimento pretende apontar o complemento entre o último Concílio e o que estava sendo realizado naquele momento. Em seu último texto escrito durante o período conciliar, Kloppenburg afirmava que era preciso traduzir e publicar a documentação conciliar pois “assim nossos assinantes e leitores terão tudo a mão. Poderão começar a viver e ajudar os outros viver o Concílio”. (KLOPPENBURG, 1965, p. 487.) Neste momento a preocupação é outra, não era mais preciso apontar a continuidade entre o Vaticano I e o CVII, mas apresentar os resultados daquele que seria o maior evento no seio da Igreja Católica durante o século XX, Kloppenburg precisava deixar claro que uma nova fase se iniciava e que a partir do encerramento do Concílio era preciso “tentar viver no espírito do Vaticano II...” (KLOPPENBURG, 1965, p.488.)

⁶² Destacamos aqui a diferença entre Constituição Dogmática e Constituição Pastoral. Estes são documentos centrais, principais e legislativos da Igreja, baseados na herança jurídico-legislativa da Revelação e da Tradição. Eles devem ser considerados instrumentos indispensáveis para assegurar a devida ordem tanto da vida individual e social como na própria atividade da Igreja; Decreto: São propriamente leis que estabelecem certas prescrições comuns para uma comunidade capaz de receber leis. São também considerados Decretos, aquelas leis que, por se referirem a uma matéria mutável ou por se produzirem numa conjuntura particular, não parece que tenha assegurada uma longa estabilidade e duração. Leis, no sentido mais estrito, soa universais e estas o são em virtude dos valores de fundo que protegem; Declaração: é um afirmação dos fatos que se tem conhecimento ou que já se sabe. Parágrafo escrito usando os verbetes de referencia do Dicionário de direito canônico. (SALVADOR, 1993.)

A REFLEXÃO DE KLOPPENBURG NA REB APÓS O CONCÍLIO (1966 – 1971)

Com o encerramento do CVII, em 1965, as expectativas agora estavam em como as Igrejas Católicas ao redor do mundo se adaptariam ao novo ritmo imposto pelas determinações conciliares. Voltamos a afirmar que a REB desenvolveu papel determinante neste processo no Brasil. O Frei Boaventura Kloppenburg refletia a partir do CVII procurando destacar a importância do pós-concílio. Os primeiros anos seguintes ao CVII eram o “tempo de assimilação, de compreensão, de interpretação, de explicação, de divulgação, de facilitação e qualificação da recepção, dos primeiros comentários”. (PIVA, 2005, p.655.) No que se refere a contribuição específica de Kloppenburg durante o período após o CVII, foram mapeados 25 textos na REB entre os anos de 1966 e 1971. As temáticas destes textos, sempre voltadas para o CVII, podem ser separadas em quatro blocos: um sobre hierarquia da Igreja – bispos, presbíteros e da vida religiosa em sua essência, bem como das conferências e sínodos episcopais realizados após o CVII, nove textos contemplam estas temáticas; um segundo bloco composto por dez textos e que trabalham com a temática do ecumenismo, diálogo inter-religioso e da relação da Igreja com o mundo moderno; um terceiro bloco onde a reflexão de Kloppenburg gira em torno da declaração pastoral *Gaudium et Spes* composto de quatro textos; e um último bloco compostos por dois textos onde a temática central está nos problemas internos que a Igreja Católica passou a enfrentar a partir do CVII.

Iniciaremos nossa avaliação deste momento a partir do conjunto de textos que contempla a temática da hierarquia da Igreja. No primeiro texto, “A perigosa arte de ser bispo hoje”⁶³ de junho 1967, Kloppenburg afirmava: “À luz dos documentos conciliares e na forma de preposições antitéticas tentarei estudar esta perigosa arte de ser Bispo hoje, insistindo nos novos acentos colocados pelo Vaticano II (...)”. (KLOPPENBURG, 1967, p.258) A perspectiva de insistir nas novas determinações colocados pelo CVII à luz dos documentos conciliares pode ser atribuída a todos os textos que Kloppenburg escreve pós-concílio. Verificamos esta insistência nos 25 textos que serão analisados aqui.

A “perigosa arte de ser Bispo” estaria, segundo reflete Kloppenburg, na postura que o bispo deve assumir frente à Igreja. Seguir as determinações conciliares implicaria superar a

⁶³ KLOPPENBURG, Boaventura. A perigosa arte de ser bispo hoje. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.27, f. 2, junho 1967. p. 257-288.

antiga postura em que o Bispo era um vigário do Papa e não do Cristo, como o CVII ensina. Esta nova postura exigida do Bispo repousaria em alguns dos deveres que por ele deveriam ser cumpridos.

Kloppenburg os enumera: 1) “o bispo deve ser e agir como sinal vivo e eminente de Cristo em sua tríplice missão – e não como mero vigário do Papa ou como tendo autoridade e poder por conta própria”; 2) “o bispo deve ser membro do Colégio Episcopal, com poder próprio e dever de solicitude para o bem de toda a Igreja, e não pode quedar-se limitado apenas à Diocese”; 3) “o bispo deve desempenhar seu ofício em viva comunhão hierárquica – e não em espírito independente do senso eclesial”; 4) “o bispo deve inserir-se com afeto colegial na Conferência dos Bispos, e não imperar como pequeno papa plenipotenciário, dono único da Diocese”; 5) “o bispo deve tornar presente na diocese a Igreja Una Santa Apostólica, e não transformá-la num mero posto administrativo de uma organização eclesial”; 6) “o bispo deve governar a Igreja particular em colaboração direta e fraterna com o Presbitério, e não com ares de intransigente administrador ou rigoroso fiscal”; 7) “o bispo deve primeira e principalmente anunciar o evangelho aos homens de seu tempo, e não reduzir-se a um repetidor de fórmulas recebidas e conservador da ordem externa na Diocese”; 8) “o bispo deve ser o sumo sacerdote de sua grei, sinal da *kénosis* de Cristo – e não um simples ecônomo dos bens ou até um príncipe em busca de glória ainda que aparente”; 9) “o bispo deve exercer seu *múnus* de pai e pastor em espírito de *diakonia*, e não como que domina e quer ser servido”; 10) “o bispo deve ser pastor, com poder próprio, ordinário e imediato, capaz de tomar decisões exigidas pelas circunstâncias existenciais, e não mero executor de leis universais ou funcionário subalterno que recebe e executa ordens vindas de uma autoridade superior”; 11) “o bispo deve dar aos leigos lugar ativo na missão da Igreja, e não açambarcá-la para si ou para o clero”; 12) “o bispo deve estar aberto aos sinais do tempo, e não reaccionariamente fechado em gueto”. Todas estas recomendações parecem procurar responder aquele anseio do papa João XXIII com a convocação do Concílio em 1959, de dar uma resposta da Igreja ao mundo moderno: “Sem isso continuaremos no estado de incompreensão e os homens de hoje perseguirão em seu afã de construir um mundo dia a dia mais distanciado de Deus, de Cristo e da Igreja.” (KLOPPENBURG, 1967, p. 288.)

O CVII estabelecia uma nova postura dos Bispos. Todavia, o exercício do poder episcopal passa, necessariamente, pelas ações dos presbíteros. O decreto que regula as atividades do presbítero, o *Presbyterorum ordinis* sobre o ministério e a vida dos sacerdotes, é o tema de

Kloppenburg no texto seguinte. Intitulado “Subsídios Conciliares para a teologia do presbítero”⁶⁴, publicado na REB em junho de 1968, este texto nos fornece uma perspectiva do trabalho que Kloppenburg fazia com os textos conciliares e como ele os usa para refletir na REB.

O Concílio Vaticano II de fato nos oferece dois textos maiores com bons elementos para ensaiar uma teologia do Presbítero: o n.28 da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e o n.2 do Decreto *Presbyterorum Ordinis*. O segundo (de 1965) já serve do primeiro (1964) e em alguns pontos o corrige (no sentido de lhe dar maior precisão) e ultrapassa, apresentando um texto mais sistemático, mais rico em doutrina e mais vigoroso preciso nas formulações. (KLOPPENBURG, 1968, p. 310.)

A prática recorrente de Kloppenburg é esta: a relação entre os textos do CVII, como eles foram pensados pela comissões e como o pós-concílio deve interpretar estes textos. Segundo Kloppenburg, o Decreto sobre os presbíteros deve ser compreendido a partir de cinco itens que conectam estes presbíteros ao Magistério do Cristo, através dos Bispos pela Tradição Apostólica. Kloppenburg expõem estes pontos: 1) “a unção e a missão de Cristo é confiada à Igreja inteira”; 2) “o conjunto deste povo, onde todos são sacerdotes e apóstolos (enviados), onde todos são iguais em dignidade, há, por instituição de Cristo, um certo número de servidores (ministros), com poder sagrado na comunidade, tem a função de manter a unidade, oferecer o Sacrifício, perdoar os pecados e exercer publicamente e em nome de Cristo o ofício sacerdotal em favor dos homens”; 3) “os presbíteros, por participar da ordem episcopal, também participam da autoridade com que o próprio Cristo constrói, santifica e rege seu Corpo”; 4) “o presbítero deve ser ao mesmo tempo o homem do culto ou da eucaristia e o homem da evangelização ou da Palavra de Deus”; 5 – “a verdadeira missão sacerdotal aos homens e a verdadeira adoração do Pai estão íntima e indissolavelmente unidas na vida do presbítero”. (KLOPPENBURG, 1968, p. 312-324.)

Esta nova perspectiva de relações e posicionamentos da hierarquia com os outros setores da Igreja prossegue sendo a temática de Kloppenburg. No último texto escrito por ele, em 1969, “A natureza e a missão da Igreja”⁶⁵, destaca as mudanças propostas pelo Concílio de uma “Igreja piramidal” para uma “Igreja horizontal”. Este texto vai de encontro e complementa os dois textos anteriores – “Subsídios conciliares para a Teologia do Presbítero” e “A perigosa arte de ser Bispo hoje”.

⁶⁴ KLOPPENBURG, Boaventura. Subsídios conciliares para a teologia do presbítero. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 2, junho 1968. p. 308-327.

⁶⁵ KLOPPENBURG, Boaventura. A natureza e a missão da Igreja. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 4, dezembro 1969. p. 785-837.

Afirmamos que estes textos podem ser lidos em conjunto considerando que, tanto as funções episcopais, bem como as presbiteriais, alcançam os fiéis através da superação da estrutura piramidal – de onde se recebe ordens de um lugar mais alto e estas ordens são cumpridas nas instâncias mais baixas. Uma das definições do CVII afirma que a Igreja é mistério agindo entre as pessoas através do Cristo.

Ao mesmo tempo, esta ação da Igreja através do Cristo é iluminadora (no sentido de esclarecer) dos seus fiéis, decorrente disto o documento *Lumen Gentium*, que literalmente significa “Luz dos povos” ou “luz das nações” foi lançado. Este documento pretende expressar o desejo da Igreja Católica alcançar o mundo com a mensagem evangélica. A partir do CVII, “a Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal do instrumento da íntima união com Deus e da unidade do gênero humano”, ensina a *Lumen Gentium*. (KLOPPENBURG, 1969, p.793.)

Esta Igreja é trindade, pois nasceu do amor de Deus pelos homens, assim é sacramento do Reino de Deus e germe de Deus na terra. É o corpo místico de Cristo na comunhão entre seus membros e, desta maneira, se faz sinal visível, não só do Cristo, mas do próprio Deus. A missão da Igreja no mundo é a mesma do Cristo, ou continuadora da obra do Cristo. Ela assume, desta maneira, duas características distintas, mas complementares, e sem as quais ela não existiria.

A Igreja é “imanente” e “transcendente”. É “imanente” pois entrou na história da humanidade (através do Cristo) e por esta humanidade foi identificada ao mesmo tempo em que se identificou. É “transcendente” porque vem ultrapassando barreiras temporais e os limites colocados pela diversidade dos povos. Ser transcendente implica que a Igreja está impossibilitada de atrelar-se a formas particulares de costumes e hábitos.

Outro texto que complementa os anteriores foi escrito por Kloppenburg em 1970. Em “A doutrina do Vaticano II sobre a natureza da vida religiosa”⁶⁶, ele afirma que as repercussões práticas de uma definição de “Vida religiosa” exigiriam uma estrutura mais horizontal que piramidal da hierarquia. A simples explicação da divisão entre religiosos e não religiosos, clero e leigos, não respondiam às novas expectativas do CVII. Assim, a “Vida religiosa” é um sinal terrestre da vida do Cristo, – “ela [a vida do Cristo] é sinal porque tem em si o Um valor absoluto [ou seja, o valor do próprio Deus] de santificação e redenção”–, logo, ela é teocêntrica e principal na vida religiosa. A vida religiosa exige total entrega, dedicação e consagração a Deus. “Como

⁶⁶ KLOPPENBURG, Boaventura. A doutrina do Vaticano II sobre a natureza da vida religiosa. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.30, f. 117, março 1970. p. 59-70.

Cristo santificou e remiu os homens mediante a pobreza, a virgindade e a obediência até à cruz, assim a Vida Religiosa tem em si e como tal um valor de santificação e de redenção para Igreja e para os homens” (KLOPPENBURG, 1970, p.70.)

Esta perspectiva, ao mesmo tempo, em que rompe com aquele dualismo simplista – clero/leigos – reforça um estado diferenciado para os religiosos. Kloppenburg afirmava, fazendo referência à *Lumen Gentium*, “que os Religiosos, por sua entrega indivisa a Cristo, feita na Igreja, são associados de modo mais íntimo à obra do Redentor que, pela pobreza, pela virgindade e pela obediência até a cruz, quis redimir e santificar os homens” (KLOPPENBURG, 1970, p.63.)

Todos estes textos encontram sua relação na tentativa de Kloppenburg expor a condição recíproca de comunhão entre todos e todas às instâncias da Igreja após as novas Constituições e Decretos conciliares. A comunhão eclesial não está restrita a alguns afiliados da Igreja, mas compreende todos os fiéis.

Fizemos referências a algumas das reflexões teológicas de Kloppenburg considerando que estas reflexões trazem uma contribuição para entender as relações entre a Igreja e os fiéis e permitem pensar o antes e o depois do CVII, bem como estas reflexões foram apresentadas na REB. No texto a “Comunhão eclesial depois da morte” de 1971, Kloppenburg procura esclarecer como a comunhão eclesial estabelecida na Igreja se mantém após a morte. Não percebemos significativa relevância em aprofundar tal temática tendo em vista o aspecto a-histórico que o texto contempla.⁶⁷ Da mesma maneira, o texto “A lei da representação na economia divina” de março de 1971, discorre exclusivamente sobre a teologia da Revelação.⁶⁸

Os últimos quatro textos que analisamos neste momento são três crônicas, duas do Sínodo dos Bispos (o de 1969 e de 1971) e outra da Segunda Conferência Episcopal Latino-americano de 1968. O quarto texto funciona como uma chave de leitura para estes outros três. Consequência das reflexões conciliares, o Sínodo dos Bispos é uma instituição estabelecida por Paulo VI após o CVII.

No texto de junho de 1967, “O Sínodo dos bispos. Representação e ação do colégio?”⁶⁹, Kloppenburg traça brevemente como a construção da ideia de um Sínodo Episcopal foi debatida

⁶⁷ A quem interessar, ver o artigo completo na REB. KLOPPENBURG, Boaventura. A comunhão eclesial depois da morte. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.31, f. 122, junho 1971. p. 333-345.

⁶⁸ Ver: KLOPPENBURG, Boaventura. A Lei da representação na economia divina. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.31, f. 121, março 1971. p. 65-77.

⁶⁹ KLOPPENBURG, Boaventura. O Sínodo dos bispos. Representação e ação do colégio? In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.27, f. 2, junho de 1967. p. 339-347.

durante o CVII e se concretizou alguns anos depois. Segue pontuando que o Sínodo poderia aprimorar a sabedoria e a eficiência apostólica conforme alertara Paulo VI. “Questões de fé, renovação da liturgia, revisão do direito canônico, problemas de seminários e matrimônios mistos: estes são os temas anunciados para o próximo encontro (do Sínodo)” (KLOPPENBURG, 1967, p.339.)

Todavia, o mais importante está em lembrar seu leitor que o Sínodo é uma das instâncias possíveis de proclamar e seguir o espírito conciliar, bem como de manter a Igreja em constante debate colaborando para uma contínua construção das suas estruturas. Para isto, a crítica deve existir, mas não a crítica descompromissada ou amadora, mas aquela que reconhece “aos fiéis, clérigos ou leigos, a justa liberdade de investigação e de pensamento, bem como a justa liberdade de exprimir as suas idéias com humildade e firmeza, nos assuntos de sua competência” (KLOPPENBURG, 1967, p. 347.)

Kloppenburger no texto seguinte⁷⁰ procura relatar os acontecimentos em torno da Segunda Conferência Geral do Episcopado latino-americano. Esta conferência foi realizada no ano de 1968 entre os dias 24 de agosto e 6 de setembro. O texto escrito para a REB em setembro de 1968 está nas “comunicações” e um breve parágrafo do texto resume o resultado deste encontro: “o valor positivo (...) está na mentalização dos Bispos e do Clero, com a conseqüente liberação de uma mentalidade superada em princípio pelo Vaticano II”. Kloppenburger segue apontando estas superações:

Há, nos documentos, numerosas e vigorosas afirmações que permitem trabalhar aos que querem trabalhar; obrigam a fazer ao menos um pouco aos que não queriam fazer nada; e impedem aos reacionários e conservadores de manter intransigentemente as portas fechadas. É o começo do novo período da vida eclesial na América Latina, ao qual aludia Paulo VI no discurso de abertura, mas é apenas o início. Às declarações e aos propósitos deverão seguir os atos. (KLOPPENBURG, 1968, p.625).

O autor destaca que os resultados da Conferência são positivos. Todavia, isto só pôde acontecer graças as possibilidades proporcionadas pela realização do CVII, que anos atrás havia aberto portas “e que em parte ainda se mantinham cerradas em algumas circunscrições (...). Medellín [onde a Conferência foi realizada] foi um sinal verde para a Igreja na América Latina.”

⁷⁰ KLOPPENBURG, Boaventura. A segunda conferencia geral do episcopado latino-americano. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 3, setembro 1968. p. 623-626.

Sua reflexão é encerrada com o seguinte comentário: “Agora podemos ir para frente.”(KLOPPENBURG, 1968. p.626)

As duas seguintes crônicas expressam bem este “podemos ir em frente”. No texto “O Sínodo dos Bispos de 1969”⁷¹, escrito para a REB, em dezembro de 1969, Kloppenburg destaca as três temáticas debatidas durante o Sínodo: “problemas doutrinários relacionados com a colegialidade”, a necessidade de uma “colaboração mais estreita entre as Conferências episcopais e a Sé Apostólica” e “as relações entre as Conferências episcopais”. As discussões estão diretamente voltadas para os Bispos e suas atividades. Por sua vez, as discussões que ocorreram no “Sínodo dos Bispos de 1971”⁷², que estão na REB de dezembro de 1971, possuem outro foco. Este texto apresenta uma discussão em torno do “Sacerdócio Ministerial” ou das funções e atividades do padre. Segundo Kloppenburg, era necessário discutir esta temática “pois todos sentem a presença, entre o clero, de uma verdadeira crise.” Os sintomas desta crise estariam evidentes e se manifestando através do “abandono do sacerdócio”, da “diminuição das vocações”, do “conflito entre Bispos e padres” e do “fenômeno da marginalização” (KLOPPENBURG, 1971, p. 893.)

Não entraremos em detalhes sobre os debates dos Sínodos, mas vale destacar a sua relação com o CVII e o impacto destes encontros para a Igreja. O CVII tratou durante a II Sessão (1963) a possível criação de um corpo consultivo de bispos que contemplassem todas as Igrejas católicas, visando debater com o Papa e a Cúria os problemas pelos quais a Igreja passasse. Em setembro de 1965, o papa Paulo VI estabeleceu através do Motu Próprio *Apostolica sollicitudo* o Sínodo. Este e sua secretaria só são convocados quando o Papa considera necessária a consulta ao episcopado.

O Sínodo é composto por Bispos escolhidos de várias regiões do mundo e possui a função de aconselhar o Papa, que busca, por sua vez, através destes conselhos, preservar a fé e os costumes promovidos pela Igreja, ao mesmo tempo em que procura responder aos desafios postos pela sociedade à Igreja. Com o estabelecimento do Sínodo, ao menos os Bispos seriam consultados sobre os problemas que mais atingiam suas dioceses. Diferentemente do que

⁷¹ KLOPPENBURG, Boaventura. O sínodo dos bispos de 1969. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 4, dezembro 1969. p. 881-890.

⁷² KLOPPENBURG, Boaventura. O Sínodo dos Bispos de 1971. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.31, f. 124, dezembro 1971. p. 891-929.

aconteciam antes do CVII, onde o Papa junto com a Cúria deliberava e os Bispos deveriam acolher as decisões tomadas.

Este conjunto de textos que analisamos corresponde ao debate conciliar sobre o Bispo ou sobre o ministério episcopal. A maioria dos argumentos de Kloppenburg encontram na *Lumen gentium* sua fundamentação. A grande alteração em relação aos Bispos, e que Kloppenburg procura expor, está no exercício do poder destes Bispos na Igreja. Afirmava que: “O episcopado não é uma “dignidade” (como no modelo sacral), mas um verdadeiro “serviço” dentro de uma “variedade de ministérios” que Cristo Senhor instituiu na sua Igreja para o bem de todo o Corpo”. (ALMEIDA, 2004, p.348.) Esta nova perspectiva alterou significativamente as relações no interior da Igreja.

O seguinte grupo de textos que analisaremos é composto de dez textos que trabalham com a temática do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e da relação da Igreja com o mundo moderno. Os quatro primeiros textos formam uma reflexão conjunta que procura debater sobre a condição do cristão no mundo. Os textos “Secularização” (junho de 1969), “Perante Deus ontem e hoje” (setembro de 1969), “A santificação de um mundo dessacralizado” (setembro de 1970) e “Normas do Vaticano II para uma vida santa” (dezembro de 1970) se complementam em argumento e exposição da doutrina conciliar, bem como insistem na importância da presença cristã nas sociedades no momento pós-concílio.

Com o artigo “Secularização”⁷³, Kloppenburg alertava para o “perigo” dos movimentos de secularização. Estes movimentos de secularização constituem uma oposição: ao mito, então teríamos uma “desmitificação”; à religião e ao sobrenatural então a “desreligiosização”; à metafísica, então constituiria um “laicização” e um mundo “desmetafisizado”. Kloppenburg também destaca a diferença entre “secularização” e “secularismo”. Deste modo, ele afirma que “enquanto a “secularização” é apenas a constatação de um processo histórico que se mantém aberto ao transcendente, o “secularismo” implica uma nova visão fechada do mundo que exclui a transcendência, não reconhecendo outros valores fora do mundo” (KLOPPENBURG, 1969, p.269).

Kloppenbug reflete sobre o que ele entende por Secularização, bem como o resultado deste processo ao longo da história da Igreja. Ele afirma que “é preciso não esquecer que nem a

⁷³ KLOPPENBURG, Boaventura. Secularização. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 2, junho 1969. p. 268-307.

palavra nem o processo da “secularização” é tão recente assim. Todos os manuais de História da Igreja, História da Civilização e de História da Filosofia conhecem e usam o termo. A Reforma protestante, a Revolução francesa, o movimento do Iluminismo, o Materialismo racionalista, o Marxismo, as Ciências positivas, a Técnica, a Política, a Economia, a Arte, enfim, todo esse longo processo histórico da assim chamada Idade Moderna levou a uma sempre maior autonomia da ordem temporal, sobretudo na ciência, na arte e nas estruturas da sociedade. Foi uma luta árdua, muitas vezes diretamente contra a Igreja e contra suas pretensões de dominação e ingerência (cristandade). Foi uma autêntica conquista, que custou lágrimas e sangue. A Igreja, sem dúvida, ganhou muito com isso, mas os homens da Igreja, sobretudo os da Hierarquia, foram os grandes derrotados”. Por fim, ele destaca que por “secularização” “se entende um processo histórico pelo qual o mundo toma consciência de sua consciência e sua autonomia seria, portanto, um processo geral de libertação, pelo qual o homem, a sociedade e a cultura seriam libertados da tutela e do controle do mito, da religião e da metafísica ou das normas ou instituições dependentes do âmbito sacro ou religioso”. (KLOPPENBURG, 1969, p.268)

Esta reflexão nos leva a relembrar o desejo do papa João XXIII ao convocar o CVII, em 1959, que, ao mesmo tempo, procurava um *aggiornamento* da Igreja com o mundo para fora do Vaticano e posicionava-se contra as influências chamadas modernistas. A secularização é um movimento moderno que substitui a religião em suas instâncias agregadoras, sejam elas culturais, políticas ou éticas. Desta maneira, a religião não determina mais os caminhos que uma sociedade deve tomar. O professor Júlio Cesar Rodrigues, da PUC de Minas Gerais, em sua tese de mestrado, reflete sobre o processo de secularização e o CVII:

O grande mérito do Concílio Vaticano II é que ele comporta, nele mesmo, uma audácia essencial já que não se ocupa apenas em sentenciar a secularização como um processo de isolamento da modernidade do aparato eclesial. Ele é compreendido sob uma nova perspectiva, capaz de abordar a secularização como possibilidade de se entender a autonomia temporal que busque integrar a religião e a sociedade em seu tempo e em sua história. O Concílio Vaticano II buscou reforçar a necessidade que a Igreja teve de se situar no mundo em que se encontra. E mais do que apenas construir muralhas capazes de resistir às mudanças propiciadas pela secularização em seu processo de multiplicidade, a Igreja buscou aproveitar-se dessas reflexões, a fim de aprofundar a sua própria missão, voltada para o mundo e no mundo. (RODRIGUES, 2010, p.108.)

Para o problema da secularização, no que tange o afastamento da religião, Kloppenburg sugere algumas atitudes: 1 – O sacro no mundo em secularização deve contestar o conceito de antropocentrismo e reconhecer a autonomia e a ambivalência da ordem temporal; Kloppenburg

segue afirmando que a consequência disto é que a referência se volta ao criador, conforme ensinava o CVII, e a autonomia é referenciada diretamente em Deus e, desta maneira, evita-se as tentativas de alienação; 2 – a religião em um mundo em secularização é socorrida pela doutrinação do CVII, durante este Concílio se afirma que a religião é boa e deve continuar, já que o homem é em sua natureza um ser religioso e este fator permeia as realidades humanas. Todavia, Kloppenburg segue com os ensinamentos conciliares sobre as religiões não cristãs afirmando que “o Concílio insiste ainda na necessidade de purificar, sanar, aperfeiçoar e consumir em Cristo essas religiões” ao mesmo tempo em que “não devemos dramatizar demais a incapacidade que teria o homem moderno, secularizado, de crer.” (KLOPPENBURG, 1969, p. 303.)

Kloppenbug trabalhava com uma continuidade entre alguns de seus textos. Relembrando o leitor da REB sobre as relações entre os textos que ele mesmo já havia produzido, afirmava esta continuidade no parágrafo introdutório do artigo “Perante Deus ontem e hoje”⁷⁴ de setembro de 1969. “As considerações que fizemos sobre o sacro e a religião num mundo em secularização (REB 1969, pp. 268-307) devem agora dirigir nossa atenção ao problema de Deus neste mundo de hoje”. Pontuava esta necessidade, pois considerava uma série de modificações que alteraram não só a relação entre a Igreja e o mundo, mas principalmente o modo como a Igreja falava de Deus. Destacava isto por que esta alteração dizia respeito principalmente para os padres. Sobre esta posição dos sacerdotes Kloppenburg destaca: “principalmente para nós, padres, dos quais com razão os homens podem e devem esperar que lhe falemos de Deus; mas que lhe falemos de Deus de modo inteligível e aceitável hoje.” (KLOPPENBURG, 1969, p.513.).

Kloppenbug trabalhava sua argumentação através das palavras “ontem” e “hoje”. Esta representa o momento pós-concílio, enquanto aquela representa o antes do CVII. Kloppenburg destaca dez tópicos a partir desta relação ontem\hoje que segundo ele caracterizam a mudança de mentalidade após o CVII e com a qual a Igreja, conseqüentemente, irá se encontrar.

Segundo o autor, são 10 os tópicos a serem observados. 1) “Passamos do interesse em torno de Deus ao empenho pelo homem”; 2) “da ordem estática a um universo em evolução”; 3) “de uma concepção cristã sobrenaturalista para uma visão cristã natural do mundo”; 4) “de um ambiente monolítico para uma atitude aberta e pluralista”; 5) “de uma vida pacata a um estilo agitado de viver”; 6) “de uma idade ingênua, irrefletida anônima para uma consciência refletida,

⁷⁴ KLOPPENBURG, Boaventura. Perante Deus ontem e hoje. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 3, setembro 1969. p. 512-549.

peçoal, livre”; 7) “de um método dedutivo a um modo indutivo de pensar; 8) da busca vertical da inteligibilidade do infinito para sua inteligibilidade”; 9) “de um modo de pensar ontológico-metafísico ou conceptualista e sistemático, para um modo histórico-salvífico ou funcional”; 10) “de um mundo sacro a um mundo secular”. Considerando estes dez tópicos Kloppenburg destaca e questiona:

O futuro desenrolar da história depende da atitude e direção que nossa atual geração souber tomar. Somos um elo muito importante na história da Salvação. Como transmitiremos à próxima geração as riquezas da Tradição que nos vem dos Apóstolos? Como falarão de Deus, com Deus e a Deus no mundo secular de amanhã? (KLOPPENBURG, 1969, p.549.)

Uma possível resposta para esta pergunta pode ser identificada no texto “A santificação de um mundo dessacralizado”⁷⁵, artigo publicado em setembro de 1970, onde Kloppenburg aborda as exigências posta para a Igreja por consequência da mudança do mundo sacral para o secular. Novamente, chama a atenção do seu leitor para a continuidade do tema que está trabalhando e destaca:

Aos artigos já publicados nesta revista sobre o sacro, a religião, a oração, Deus, a Igreja e o cristão num mundo em secularização, gostaria de acrescentar alguma ponderações complementares, primeiro ainda sobre o próprio conceito de secularização e as profundas mudanças que este processo vai exigir de nos enquanto somos Igreja, para depois insistir num ponto que, nas atuais circunstâncias, me parece o mais central para a nossa presença cristã neste novo mundo que vem surgindo e se impondo como um rolo compressor. (KLOPPENBURG, 1970, p.513.)

Para enfrentar estas mudanças, Kloppenburg sugere que quatro atitudes podem ser adotadas: 1) “um reacionarismo nostálgico”; 2) “um misticismo vago”; 3) “o próprio secularismo em si”; 4) “reconhecer a ambivalência do mundo secular e proclamar a necessidade de complementá-lo e consumá-lo em Cristo”. O destaque dado por Kloppenburg é óbvio, a quarta atitude implicaria em levar a santificação ao mundo secular e evitar a profanação do sagrado. Levando os símbolos religiosos ao mundo secular se evitaria a racionalização excessiva. Por sua vez, levar o Espírito ao mundo secular evitaria a materialização. Enfim, era necessário um posicionamento dos cristãos católicos que levasse a Fé e a Igreja para o mundo através da sabedoria e da oração – para que o mundo não se laicizasse e para que os seres humanos, em suas

⁷⁵ KLOPPENBURG, Boaventura. A santificação de um mundo dessacralizado. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.30, f. 119, setembro 1970. p. 513-537.

mais diversas relações sociais, não fossem coisificados. Concluindo, Kloppenburg afirmava: “ou santificaremos em Cristo os homens e o mundo secularizado, ou submergimos com ele na profanação e no secularismo”. (KLOPPENBURG, 1970, p.537.)

O texto seguinte, que também está elencado por Kloppenburg como uma continuidade da reflexão anterior, procura apresentar as regras do CVII para evitar a expansão do secularismo. Deste modo, deve-se exigir do cristão uma postura santa frente ao mundo moderno.

No artigo anterior (REB 1970, pp. 513-537) vimos que no processo de santificação do homem devemos distinguir entre *ser* santo (santificação objetiva ou ontológica) e o conseqüente *viver como* santo (santificação subjetiva ou ética). O *ser* santo é iniciativa e obra exclusiva e totalmente graciosa de Deus (graça), sem nenhum mérito prévio de nossa parte; o *viver como* santo será também obra, esforço e concurso nosso. *Somos* santos quando Deus nos predestina, elege e chama; liberta, redime e purifica; adota, justifica e glorifica; *vivemos como* santos quando damos nossa resposta humana à predestinação, eleição e vocação; a libertação, redenção e purificação; à adoração, justificação e glorificação. (KLOPPENBURG, 1969, p.829.)

No artigo “Normas do Vaticano II para uma vida santa”⁷⁶ Kloppenburg fornece um guia para auxiliar “nosso esforço humano de conservar em nós a santidade recebida”. Lembremos que a sua fala está direcionada para o clero e que no início da década de 1970 os primeiros passos de uma teologia menos dogmática estavam sendo dados. Os meios para que esta postura de vida santa se realize são as ações perante a liturgia através da oração individual, do estudo e da prática da palavra de Deus e da ascese. A atenção dada por Kloppenburg à ascese permite perceber que a atenção voltada para o clero é determinante nos seus textos. A ascese, como uma prática de renúncia do prazer e de algumas satisfações, buscando atingir graças espirituais, é recomendada aos padres, enquanto aos seminaristas ela está reservada como um conselho. Aos leigos, por sua vez, a ascese é apenas uma indicação. Todavia, a doutrina cristã católica afirma que a graça de Deus supera a prática do asceta, mas Kloppenburg destaca, tendo como referência a *Lumen gentium*, que os religiosos devem “esforçar-se para crescer na santidade”. Kloppenburg afirmava que o conjunto destes textos que falam de santificação e secularização

(...) nasceram do contacto com a realidade brasileira e latino-americana, de numerosas conferencias e cursos a bispos e sacerdotes no Brasil e principalmente fora do Brasil, quando se notava uma tendência, dia a dia mais explicitada por alguns, de abstrair precisamente daquilo que me parece ser a essência do Evangelho e da vida cristã e a

⁷⁶ KLOPPENBURG, Boaventura. Normas do Vaticano II para uma vida santa. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.30, f. 120, dezembro 1969. p. 829-849.

razão de ser da Igreja e do nosso mundo secularizado. Ou santificaremos em Cristo os homens e o mundo secularizado, ou submergiremos com ele na profanação e no secularismo. (KLOPPENBURG, 1970, p.537.)

Apesar da necessidade de santificação frente ao mundo em secularização, a Igreja se propôs a partir do CVII para um diálogo com as religiões não cristãs, com as Igrejas cristãs orientais e com as Igrejas protestantes. Kloppenburg, antes do CVII, já havia entrado em debates sobre a relação da Igreja com as religiões não cristãs. Todavia, sua função era de combate à fé, qualquer tipo de fé que não fosse cristã católica. A abertura dialógica que o CVII proporcionou exigiu de Kloppenburg uma série de revisões em suas posturas acerca da relação da Igreja com outras religiões e Igrejas.

“O Vaticano II foi de fato um Concílio que abriu as portas”, afirma Kloppenburg em “Pluralismos na Una e única Igreja”⁷⁷ de 1967. Para que esta abertura acontecesse, a Igreja deveria efetivamente tornar-se “católica”, universal, para que pudesse abarcar uma série de maiores possibilidades vividas pelas condições humanas. Todavia, esta Igreja possui uma unidade interna, sobrenatural e sacramental que deve ser respeitada e, mais importante, deve ser preservada mesmo na pluralidade. O Decreto conciliar *Unitatis Redintegratio* explica que a comunhão na unidade se realiza “na confissão de uma única fé, na comum celebração do culto divino e na fraterna concórdia da família de Deus”. (KLOPPENBURG, 1967, p.621.) Desta maneira, as portas abertas pelo CVII foram as do pluralismo litúrgico decorrente, principalmente da diversidade de ritos reunidos e dos debates acerca da validade destes ritos no CVII.

Elias Wolff afirma que ao refletir sobre o CVII refletimos, necessariamente, sobre ecumenismo. Wolff considera que o CVII foi um ato ecumênico em si e não seria possível compreendê-lo sem considerar esta questão. Ao mesmo tempo, o autor pontua que o “ecumenismo, a partir do Concílio, tornou-se uma das principais expressões do ser e do agir da Igreja católica romana”. (WOLFF, 2004, p.249.)

Isto é perceptível com clareza nos textos de Kloppenburg. Para os leitores da REB, acostumados, até as vésperas do início do CVII com um Kloppenburg em ação pela “Campanha de esclarecimento ao Católico” e pela “Campanha nacional contra a heresia espírita”, que proclamava aquele cristianismo triunfante da religião única e verdadeira, durante o período após

⁷⁷ KLOPPENBURG, Boaventura. Pluralismo na Una e única Igreja. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.27, f. 3, setembro 1967. p. 610-641.

o CVII encontram um Kloppenburg que procura seguir as alterações propostas por este Concílio e que não mais condenam, mas tentam identificar a presença divina em outras religiões.

No texto “Ensaio de uma nova posição pastoral perante a Umbanda”⁷⁸, publicado em 1968, Kloppenburg propôs uma nova abordagem sobre a Umbanda, mas tendo como norteador o CVII. Antes disto, chama a atenção para o crescente interesse das pessoas pela umbanda, não somente no Brasil, mas também na Europa. O autor também destaca que a umbanda pode ser percebida como uma religião que reflete a insatisfação com a religiosidade oficial e rígida. “A umbanda dá a impressão de ser um protesto popular contra todas as formas religiosas importadas e insuficientes adaptadas ao ambiente” (KLOPPENBURG, 1968, p. 405.)

Seguindo o CVII, Kloppenburg aponta os elementos teóricos que deveriam sustentar a ação missionária:

1º valorizar positivamente os costumes e as tradições populares dos povos a serem evangelizados, inclusive as tradições e os costumes diretamente ligados às religiões pagãs; 2º descobrir nas culturas e nas civilizações dos povos o *sperma tou Lógou* de que nos falam os Santos Padres; 3º respeitar, reconhecer, conservar intacto, fomentar, cultivar, desenvolver, purificar, sanar, reforçar, elevar, assumir na vida cristã, aperfeiçoar e consumir em Cristo tudo o que é verdadeiro, bom, justo, santo, amável, belo, seja no íntimo do homem, no coração, na mente, nos dotes de espírito, seja nas capacidades, nas riquezas, no bem temporal, nos bens espirituais, nos valores sócio-culturais, nos ritos, nas tradições ascéticas e contemplativas, nas artes, nos preceitos, nos modos de agir dos povos, das nações, das religiões; 4º por ser o campo em que a Igreja mais direta e frequentemente entra em contato com o povo, deve a liturgia abrir suas portas para um autêntico pluralismo; 5º mas a igreja missionária precisa abrir-se também para um sadio pluralismo teológico; 6º neste contexto parece-me necessário não esquecer a insistente doutrina da Declaração conciliar *Dignitatis Humanae* sobre a liberdade social e civil das pessoas e das comunidades em matéria religiosa. (KLOPPENBURG, 1968. p.409.)

Em seguida, Kloppenburg aponta a aplicação ideal para estes elementos no campo da Umbanda. Em primeiro lugar, se deve tentar buscar a valorização positiva dos ritos, dos usos e dos costumes da religião umbandista no Brasil. A busca desta valorização se concretiza primeiro na descoberta do *Logos Spermatikós*⁷⁹ das culturas africanas e depois pelo respeito a estes *Logos*.

⁷⁸ KLOPPENBURG, Boaventura. Ensaio de uma nova pastoral perante a Umbanda. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 2, junho 1968. p. 405-417.

⁷⁹ *Logos Spermatikós* significa, literalmente, “razões seminais”. A filosofia define a “razão seminal” como “partes da razão divina que dão origens às coisas. Segundo os estóicos, assim como todo o ser vivo é produzido por uma semente, todas as coisas são produzidas por uma partícula da razão divina, que por isso é uma semente racional”. Verbete “Razões seminais” do Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano. (ABBAGNANO, 2003, p.830.) Por sua vez, a teologia define o mesmo conceito como “as operações e influências do Logos na criação de Deus, inclusive na criação física. (...) Os *logoi spermatikoi* se encontram em toda parte, em religiões não-cristãs. (...) Portanto, o *Logos*

Sob esta perspectiva, conseqüentemente, a Umbanda terá o seu *Logos* identificado. Os elementos positivos, benéficos, verdadeiros e justos descobertos no *Logos* da Umbanda devem, além de serem respeitados, fomentados, elevados e consumados em Cristo, mas sempre seguindo a norma fundamental do CVII: “Como Cristo se ligou às condições sociais e culturais dos judeus, assim deve a Igreja inserir-se nas condições sociais e culturais dos umbandistas”. (KLOPPENBURG, 1968. p.409.)

Como consequência das reflexões anteriores, Kloppenburg aponta que o homem negro, por sua natureza, exigiria da Igreja um rito litúrgico próprio. O autor alerta que esta questão dependerá da liberdade de expressão que a Igreja for capaz de tolerar, mas demonstra pessimismo nesta direção, declarando que talvez fosse necessário aguardar mais uma geração. Wolff novamente fornece subsídios para a nossa reflexão sobre o CVII e o desenvolvimento do ecumenismo:

Existe uma intrínseca relação entre o Concílio Vaticano II, ecumenismo e Igreja, o que permite afirmar que somente onde o Concílio foi assumido de modo efetivo é que o ecumenismo ganhou espaço no jeito de a Igreja ser e agir. Ali, houve um redimensionamento da Igreja, em sua consciência, instituições e projetos, abertura para o diálogo com as diferentes tradições eclesiais, religiosas e culturais. (WOLFF, 2004, p. 249.)

Este apontamento de Wolff parece ir ao encontro da discussão proposta por Kloppenburg no texto “Por uma Igreja interpenetrada com o mundo”⁸⁰ de 1968. Kloppenburg afirmava que algumas questões deveriam ser discutidas e superadas na prática e que somente desta maneira acabariam por contribuir com o pluralismo.

A Igreja, deste modo, deveria (a) “afastar-se da intenção de ser um grupo de eleitos em meio a grande massa condenada”; (b) “reconhecer os sinais dos tempos, atender a estes sinais”; (c) “adaptar-se às situações novas, renunciando ao fixismo e à uniformização”; e, por fim, (d) “inserir-se no mundo, interpenetrar-se com ele, sem com ele identificar-se”. Para esta presença no mundo sem identificar-se com ele Kloppenburg recomenda que se proceda a partir de quatro maneiras: 1 – “reconhecer, respeitar e promover o que há de bom no mundo”; 2 – “não prender-

não está limitado a fé cristã, sua esfera de atividade é universal. Ele se manifesta através da natureza (religião natural), através da revelação (no misticismo e revelação), nas ciências naturais, na razão (como nas filosofias), na consciência do homem, nas instituições”. Verbete “*Rationes seminales*” da Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia de Russel Norman Champlin. (CHAMPLIN, 2002, p.557.)

⁸⁰ KLOPPENBURG, Boaventura. Por uma Igreja interpenetrada com o mundo. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 1, março 1968. p. 22-45.

se exclusiva e indissolúvelmente a nenhuma forma particular de cultura humana, sistema político, econômico e social”; 3 – “respeitar a justa autonomia das realidades terrestres e da ordem temporal”; e 4 – “cooperar de bom grado com os homens que buscam os mesmo objetivos, com os não-católicos, sobretudo nas obrigações exigidas pela consciência cristã em vista do bem comum”. (KLOPPENBURG, 1968, p.43.) Está neste constante embate entre agir no mundo, mas não ser dele, o desenvolvimento das reflexões conciliares sobre o ecumenismo e o diálogo com outras religiões. O professor Faustino Luiz Couto Teixeira da Universidade Federal de Juiz de Fora, estudioso do debate ecumênico e inter-religioso, afirma que o período conciliar ficou “marcado pela tensão entre o desejo de renovação e a resistência de setores minoritários contrários às mudanças [e é nesta tensão] que deve ser situada a relação do Concílio com as demais tradições religiosas, cristãs ou não”. (TEIXEIRA, 2004, p. 275.)

Um exemplo desta tensão pode ser percebido nas primeiras linhas de “O fantástico crescimento das Igrejas pentecostais no Brasil”⁸¹ de 1966, no fascículo 3, volume 26, da REB. Diferente de uma proposta de diálogo ecumênico, mas prestando a atenção devida à projeção das Igrejas pentecostais no Brasil, o texto que aparece nas “Comunicações” é uma resenha do livro *New patterns of Church Growth in Brazil*, do missionário presbiteriano William R. Read. Kloppenburg inicia o texto afirmando: “Com justo orgulho constatam os protestantes que a Igreja Evangélica no Brasil é a que mais cresce no mundo. Isto, entretanto, é válido apenas por causa do fantástico crescimento, entre nós, das Igrejas Pentecostais”. (KLOPPENBURG, 1966, p.653.) São três as Igrejas pentecostais destacadas pelo autor que Kloppenburg resenha: a Igreja Assembleia de Deus, a Congregação Cristã no Brasil e as Igrejas pentecostais independentes.⁸²

Uma segunda intervenção de Kloppenburg estabelece as relações estatísticas com o restante dos países: “Pois as outras [agora fala das Igrejas protestantes históricas], a Luterana, a Metodista, a Presbiteriana, mesmo a Batista, crescem sim, mas não notavelmente mais que em outras nações”. (KLOPPENBURG, 1966, p.653.)

Procurando identificar as causas do crescimento e expansão das Igrejas pentecostais, algumas questões são destacadas por Kloppenburg. Entre elas: o predomínio característico urbano do pentecostalismo, o apelo constante a uma superação da miséria e melhoria de vida, os

⁸¹ KLOPPENBURG, Boaventura. O fantástico crescimento das igrejas pentecostais no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.26, f. 3, setembro 1966. p. 653-656.

⁸² Para não se estender por demasiado sobre este tópico, não transcrevemos os números do referente crescimento. Para verificar os números, ver o artigo completo na REB: KLOPPENBURG, Boaventura. O fantástico crescimento das igrejas pentecostais no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.26, f. 3, setembro 1966. p. 653-656.

ministros evangélicos teriam a mesma formação que o povo e uma maior integração da comunidade na vida da Igreja.

Devemos lembrar que “o mundo cristão é caracterizado por um universo quase ilimitado de comunidades que buscam afirmar a legitimidade da profissão cristã da fé a partir de seus próprios horizontes de compreensão e vivência (...)”. (WOLFF, 2004, p.250.) É isto que Kloppenburg faz aqui, lembra ao seu leitor sim as Igrejas protestantes pentecostais estavam em crescimento. Todavia, ele lembrava que as Igrejas protestantes históricas acompanhavam o ritmo de crescimento do restante do mundo. Kloppenburg afirmava que o espiritismo havia preparado uma parcela do povo para aceitar as experiências religiosas pentecostais, especialmente a glossolalia.⁸³

Apesar de Kloppenburg seguir as diretrizes Conciliares para o debate e para a relação com as outras Igrejas cristãs e religiões não cristãs, não poderia abrir mão da posição de destaque nas instruções para estas relações e debates por parte da Igreja Católica. No texto “Nossa atitude pastoral atual perante a maçonaria”⁸⁴, escrito em junho de 1971, esta postura de destaque que a Igreja Católica deveria assumir pode ser destacada. Sabemos que na relação entre a Igreja Católica e a Maçonaria um longo histórico de exclusões e condenações pode ser elencado. Não nos deteremos a estas informações, mas afirmamos que somente após o CVII é que a relação entre a maçonaria e a Igreja Católica foi revisitada com um tom menos agressivo. Kloppenburg afirmava que a “Declaração *Dignitatis Humanae* do Vaticano II sobre a liberdade religiosa, muito embora não se identifique com os ideais maçons e o liberalismo religioso, deles, no entanto, se aproxima notavelmente abrindo um diálogo mais aberto e positivo”. (KLOPPENBURG, 1971, p. 402.)

Encerramos nossa reflexão sobre este grupo de textos que tratam do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e da relação da Igreja com o mundo moderno considerando que a relação entre estas três temáticas é indissociável e respondem principalmente ao desejo inicial do papa João XXIII de fazer com que a Igreja saísse atualizada do CVII. Ao se projetar em direção de

⁸³ Glossolalia é usada para designar três condições. A primeira, psiquiátrica, determina uma manifestação presente na esquizofrenia e na afasia sensorial. A segunda, religiosa – e a que importa para nós neste texto –, nome dado por algumas denominações pentecostais e correntes religiosas identificadas pela capacidade de reproduzir o fenômeno conhecido por dom de línguas, descrito no livro bíblico Atos dos Apóstolos. Uma terceira, no estudo da linguagem, procura desenvolver a relação entre o som e sentido e a relação entre a inibição e a falta de sentido no que se diz. (CHAMPLIN, 2002, p.916.)

⁸⁴ KLOPPENBURG, Boaventura. Nossa atitude pastoral atual perante a maçonaria. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.31, f. 122, junho 1971. p. 394-403.

uma relação mais estreita com o mundo moderno, não seria possível a Igreja deixar de enfrentar o problema das diversidades de religiões, bem como, da pluralidade de Igrejas cristãs. Em “A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil”, Cleto Caliman destaca que “no novo contexto, a Igreja se dá conta de que nas sociedades complexas, pluralistas e desiguais, ela já não entra como fator legitimador de poder político. Como Igreja que está no mundo, dentro de uma sociedade, ela precisa “dar-se um lugar”” (CALIMAN, 2004, p. 243.) Ora, o objeto principal desta sociedade é o homem em suas relações mais complexas, assim, uma das primeiras necessidades da Igreja foi traçar uma nova visão sobre este homem.

A partir desta nova percepção do ser humano proposto pelo CVII é que os próximos quatro textos se relacionam. São eles: “A dignidade da pessoa humana e suas exigências” de setembro 1966; “A índole social do homem e suas consequências” de dezembro 1966; “O valor religioso da atividade humana” de março 1967; e “Considerações teológicas em torno da “*Humanae vitae*” de setembro 1968. Em comum, estes textos possuem a temática humanista. Os três primeiros textos são reflexões a partir da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, enquanto o último, além desta Constituição, também lança mão da *Lumen Gentium*, e da *Popularum Progressio*.

As reflexões decorrentes da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* têm seu fundamento, principalmente, na primeira parte deste documento – que inicia falando da condição do homem no mundo atual seguindo para a relação deste homem com a Igreja e sua vocação. Kloppenburg volta sua atenção para a dignidade da pessoa humana, para a comunidade humana, para a atividade humana no mundo e para a função da Igreja no mundo atual.

Podemos entender esta estrutura do documento, e a relação entre os textos que selecionamos e denominamos humanistas, ao considerarmos as reflexões iniciais de Pedro Dalle Nogare em seu livro “Humanismo e Anti-humanismos”. Este autor destaca que o “humanismo cristão realça sobretudo o valor do homem como pessoa, isto é, como princípio autônomo e individual de consciência e responsabilidade, aberto à plenitude do ser e ultimamente orientado para Deus”. (NOGARE, 1988, p. 15.)

O texto “A dignidade da pessoa humana e suas exigências”⁸⁵, de 1966, procura reunir alguns dos ensinamentos do CVII sobre as liberdades do ser humano. Kloppenburg reúne as

⁸⁵ KLOPPENBURG, Boaventura. A dignidade da pessoa humana e suas exigências. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.26, f. 3, setembro 1966. p. 552-573.

reflexões acerca da dignidade do homem a partir das considerações da *Gaudium et Spes*.⁸⁶ Kloppenburg aponta em seu texto a necessidade de uma maior conscientização da dignidade dos seres humanos, seguido pela necessidade de esclarecimento e aprofundamento sobre o conceito de “dignidade da pessoa humana”. Kloppenburg destaca que “é sem dúvida um dos conceitos-chaves do Concílio [dignidade da pessoa humana]. Foi como que uma descoberta, sobretudo na Declaração sobre a liberdade religiosa que por isso mesmo começa com as palavras *dignitatis humanae personae*”. (KLOPPENBURG, 1966, p. 552.)

Ao longo do texto outros elementos são pontuados e podem ser entendidos como uma doutrina geral sobre a relação entre liberdade e dignidade humana. Kloppenburg afirma que existe uma (a) “exigência fundamental da liberdade”; e esta (b) liberdade existe em sumo grau; por sua vez, a (c) educação deve ser para a liberdade; ao mesmo tempo existem (d) limites da liberdade condicionada por um senso comunitário; e sempre (e) a presença do pecado acompanha a trajetória do homem; mas (f) “a ação da graça divina atua na consciência livre do homem” superando a presença do pecado. “É esta a doutrina geral do Concílio Vaticano II sobre a dignidade da pessoa humana, sua liberdade e suas exigências”. (KLOPPENBURG, 1966, p. 562.)

Esta estrutura, formulada sobre a liberdade pelo CVII, procurava adequar a visão da Igreja sobre o homem e a liberdade no mundo moderno. O homem, enquanto objeto de estudo teológico precisava ser revisitado. Até o CVII, a escolástica clássica⁸⁷ era a regra para a prática teológica católica. O homem somente encontraria entendimento na verdade divina. O renomado

⁸⁶ Destacamos aqui que a *Gaudium et spes* ficou conhecido como o documento central do Concílio Vaticano II, além de ser o mais extenso de todos eles. Segundo o professor Geraldo Luiz Borges Hackmann da PUC do Rio Grande do Sul, esta Constituição conciliar marcou a vida da Igreja católica e significa uma mudança, uma nova concepção que a Igreja adquiriu de si mesma. Todavia, o professor Hackmann destaca que “a *Gaudium et Spes* representa uma nova consciência para a Igreja e dá início a uma nova era eclesial. Contudo, a mesma observação pode ser feita a respeito da *Lumen Gentium*, porque esses dois documentos representam uma nova autocompreensão da Igreja sobre si mesma, (...) e uma nova postura diante do mundo. A leitura da *Gaudium et Spes* não pode ser feita desligada de outros documentos, particularmente da *Lumen Gentium*. As duas Constituições formam um capítulo do Vaticano II (...)” (HACKMANN, 2005, p.660.)

⁸⁷ “O problema fundamental da escolástica é levar o homem a compreender a verdade revelada. A escolástica é o exercício da atividade racional (ou, na prática, o uso de alguma filosofia determinada, neoplatônica ou aristotélica) com vistas ao acesso à verdade religiosa, à sua demonstração ou ao seu esclarecimento nos limites em que isso é possível, apresentando um arsenal defensivo contra a incredulidade e as heresias. A escolástica, portanto, não é uma filosofia autônoma, como, por exemplo, a filosofia grega: seu dado ou sua limitação é o ensinamento religioso, o dogma. Parece exercer essa tarefa, não confia apenas nas forças da razão, mas chama em seu socorro a tradição religiosa ou filosófica, recorrendo às *auctoritates*. *Auctoritas* é a decisão de um concílio, uma máxima bíblica, a *sententia* de um padre da Igreja ou mesmo de um grande filósofo pagão, árabe ou judaico. O recurso à autoridade é a manifestação típica do caráter comum e supra-individual da investigação escolástica, em que cada pensador quer sentir-se apoiado pela responsabilidade coletiva da tradição eclesial”. (ABBAGNANO, 2003, p. 344.)

teólogo jesuíta João Batista Libânio, ao analisar o diálogo entre a Igreja e a modernidade, destaca que o homem moderno se posiciona de maneiras diferentes diante do conhecimento:

Antes se posicionava como receptor da tradição que os antigos criaram e acumularam e da qual ele agora participava, acolhendo-a. O tomismo refletiu muito esta atitude epistemológica fundamental. Hoje as pessoas se voltam mais para a experiência. Este movimento provoca profunda transformação no interior da teologia. (LIBÂNIO, 2003, p. 148.)

Mesmo se posicionando diferente diante do conhecimento, a liberdade do homem está atrelada à realidade religiosa. Kloppenburg, na segunda parte do texto de 1966, destaca as particularidades da liberdade que antes foi exposta. O homem tem a liberdade: “de agir segundo a norma reta de sua consciência”; a liberdade “religiosa”: dividida entre o indivíduo, a família e a comunidade; “de seguir a própria vocação”; “de procriar e educar os filhos”; “de procurar a verdade”; “de exprimir e divulgar as próprias ideias”; “de receber informações”; “de cultivar a arte”; “cultural em geral”; “civil em geral”; “de fundar associações trabalhistas e de fazer greve”; “dos leigos na Igreja”. (KLOPPENBURG, 1966, p. 562-570.) A proposta era acolher a secularidade e a autonomia da realidade fora da Igreja, bem como o avanço tecnológico e as transformações que o homem imprimia à sua existência. Luiz Carlos Susin destaca que:

Essas transformações apontariam sempre mais para a dignidade humana caracterizada pela liberdade, pelo respeito à consciência. Com a liberdade, é claro, apresentava-se a exigência da justiça e da igualdade, mas é notável o corajoso critério último da consciência. Numa Igreja que tivera problemas milenares com a liberdade, esse reconhecimento deve ser fortemente sublinhado. (SUSIN, 2004, p.374.)

Procurando estabelecer claramente uma sequência em sua reflexão sobre a Igreja e a dignidade do ser humano, Kloppenburg escreveu na REB que “Em artigo anterior tentamos estudar esta dignidade da pessoa humana e suas exigências (...) que é, segundo a *Gaudium et Spes*, uma das três verdades básicas para a relação entre a Igreja e o mundo de hoje”. Mais a frente no texto expõe: “A segunda verdade fundamental que possibilita este necessário diálogo desejado e ordenado pelo Concílio está na doutrina sobre a índole social do homem e suas consequências, objeto do presente artigo”. (KLOPPENBURG, 1966, p.838.)

Tendo como base de reflexão a *Gaudium et Spes*, no artigo “A índole social do homem e suas conseqüências”⁸⁸, de dezembro de 1966, Kloppenburg afirmava que a relações mútuas entre os homens se estreitavam devido ao rápido avanço da técnica, mas, apesar deste avanço da técnica e da criação de interdependências, bem como de uma dinâmica maior das socializações, o homem deve estar atento para sua “dignidade espiritual”.

A “índole social” do homem deveria ser preservada, para isto Kloppenburg sugere algumas proposições. Estas proposições dizem que: (a) “ser social por natureza, o homem não pode se encontrar plenamente senão por um dom sincero de si mesmo”; (b) “comunitário por vontade divina, o cristão não se santifica e salva individualmente”; (c) “sinal dos discípulos de Cristo, a caridade deve ser a alma da vida cristã”; (d) “a difícil virtude de respeitar a opinião diferente do outro”; (e) “dedicados ao bem comum, devemos superar a ética individualista”; (f) “os construtores de uma humanidade nova devem ser educados para uma vida social”. (KLOPPENBURG, 1966, p. 838-850).

Necessariamente, estas definições ligam-se à reflexão do texto seguinte. O artigo “O valor religioso da atividade humana na ordem temporal”⁸⁹, publicado em março de 1967, pode ser entendido como uma conclusão ao ser relacionado com os dois últimos textos expostos aqui. Esta relação entre estes três últimos textos constitui, segundo Kloppenburg – conforme aponta a *Gaudium et spes* – o “fundamento das relações entre Igreja e o mundo e também a base de seu diálogo mútuo.” (KLOPPENBURG, 1967, p. 22.)⁹⁰

Neste texto está pontuada a diferença entre a Igreja antes do CVII e a posterior a ele, principalmente no que tange a uma nova posição da Igreja no tempo. Até então a preocupação estava no porvir. Historicamente, a preocupação é exclusivamente teleológica. O CVII inseriu, neste porvir, o homem em sua complexidade. Kloppenburg pontua que: “Esta mudança de mentalidade e de estruturas coloca em questões valores recebidos. As instituições, as leis, os

⁸⁸ KLOPPENBURG, Boaventura. A índole social do homem e suas conseqüências. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.26, f. 4, dezembro 1966. p. 838-850.

⁸⁹ KLOPPENBURG, Boaventura. O valor religioso da atividade humana. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.27, f. 1, março 1967. p. 22-41.

⁹⁰ Mais uma vez, Kloppenburg procura estabelecer uma continuidade em sua reflexão: “A doutrina do Vaticano II sobre a dignidade da pessoa humana e suas exigências (Constituição Federal. REB 1966, pp. 552-573), sobre a índole comunitária do homem e suas conseqüências (Constituição Federal. REB 1966, pp. 838-850) e sobre o significado último da atividade humana (a ser estudada no presente artigo) constitui, segundo a *Gaudium et Spes* (...) o fundamento das relações entre a Igreja e o mundo e também a base de seu diálogo mútuo”. (KLOPPENBURG, 1967, p. 22.)

modos de pensar e agir legados pelos antepassados de fato não parecem sempre adaptados ao estado atual das coisas”. (KLOPPENBURG, 1967, p. 40.)

Desta maneira, a atividade humana na ordem temporal corresponde, ao menos para a proposta eclesial católica, ao plano de Deus para o homem e para a sociedade. Segundo Kloppenburg isto se dá a partir de duas perspectivas: 1) melhorar as condições de vida ou “promover na sociedade terrestre um modo mais humano de viver”; 2) a partir do próprio plano de Deus, ou seja, “é plano de Deus acerca do mundo que os homens, em espírito de concórdia, construam a ordem temporal e sem cessar a aperfeiçoem”. (KLOPPENBURG, 1967, p. 41.) Esta atividade humana é ambivalente e foi atingida pelo pecado, ela é também abarcada pela obra do redentor e entra no mistério pascal. A norma desta atividade humana na ordem temporal tem sua fundamentação e normas no próprio homem, ao mesmo tempo em que tem valor próprio e goza de legítima autonomia. Aos cristãos cabe a obrigação de portar a esperança escatológica devido a esta atividade humana.

No artigo seguinte, publicado em 1968 e intitulado “Considerações teológicas em torno da *Humanae Vitae*”⁹¹, Kloppenburg insiste, já nas primeiras linhas, que “não há em toda a Encíclica uma só palavra que deixe entrever a intenção de dar uma definição dogmática.” (KLOPPENBURG, 1968, p.651) Todavia, devemos apontar que com um subtítulo “sobre a regulação da natalidade”, o documento deixa bastante claro sua intenção. O próprio documento em questão é pouco citado no artigo. O uso das encíclicas anteriores, como a *Lumen Gentium*, a *Gaudium et Spes* e a *Popularum Progressio* revelam a preocupação dogmática da Igreja.⁹²

O texto pode não conter definições dogmáticas, mas todos os outros documentos que ampararam Kloppenburg contêm estas definições. Lembremos que o documento pretende ser um

⁹¹ KLOPPENBURG, Boaventura. Considerações teológicas em torno da “*Humanae vitae*”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 3, setembro 1968. p. 650-656.

⁹² Entendemos por Dogma ou Dogmática cristã uma opinião doutrinal. Esta afirmação encontra seu fundamento nas Sagradas Escrituras, em especial nos livros de Éfeso 2,15 e Gálatas: 2,14. O Dogma também pode ser entendido como uma decisão, um edito ou uma lei, e as Sagradas Escrituras também fundamentam esta afirmação nos livros de Lucas 2,1 e Atos dos Apóstolos 16,4; 17,1. Ainda podemos perceber a evolução do sentido de Dogma conforme o Padre Clodovis Boff aponta: “Para os Padres e os Escolásticos, dogma significava doutrina em geral, seja ela falsa, ou ortodoxa. Dogma, no sentido estrito, é uma verdade revelada, normativa e formalmente declarada pela autoridade eclesial. É, em breve, uma doutrina religiosa eclesial vinculante. Neste sentido, dogma constitui uma noção típica da Idade Moderna (séc. XVI), para a constituição conceitual da qual M. [Melchior] Cano [1509 – 1560] muito contribuiu. Aqui dogma se contrapõe-se a heresia. Não que anteriormente não existisse a noção de uma doutrina contrária à fé (c.f. 1Cor1,10). Havia a noção *vivida*, mas não havia certamente ainda o nome ou o conceito claro desta idéia. Só a partir do séc. XVIII, o Magistério usa regularmente “dogma” no sentido moderno acima. E desde o século passado, [XIX]“dogma” é usado geralmente no sentido amplo de qualquer verdade de fé” (BOFF, 1999, p.251.)

guia para a natalidade, aborto e questões relacionadas com a sexualidade humana. Desta maneira, agrupamos este texto à discussão, pois consideramos que a temática proposta pela *Humanae Vitae* está diretamente ligada ao debate sobre a dignidade da pessoa humana e a liberdade desenvolvida por Kloppenburg na REB.

Interessante para nós é a proposta da liberdade exposta na análise de Kloppenburg sobre a *Humanae Vitae*. Aquela liberdade “de agir segundo a norma reta de sua consciência”, “de procurar a verdade” e “de exprimir e divulgar as próprias idéias” novamente é destacado: “Até os documentos conciliares, com valor evidentemente superior aos pontifícios, não foram poupados pelos que na Igreja se dizem tradicionalistas. Assim, surgiu efetivamente na Igreja pós-conciliar o direito à opinião pública”. (KLOPPENBURG, 1968, p. 654.) Todavia, Kloppenburg aponta que “com o Concílio Vaticano II a situação mudou de modo inesperado, aberto e bastante violento”. (KLOPPENBURG, 1968, p. 654.)

Modernidade, homem e liberdade: estes são os temas centrais da reflexão de Kloppenburg nestes quatro textos. Eles dialogam entre si a partir da proposta de comunicar na REB as alterações promovidas na Igreja pelo CVII. Uma citação de um dos textos de Kloppenburg resume pontualmente este momento:

Os pronunciamentos do Vaticano II sobre a liberdade humana são, pois, extremamente generosos e bastante atualizados. Não é possível imaginar semelhantes declarações emanadas há séculos atrás das altas autoridades eclesiais. Bastaria ler as encíclicas *Mirari vos* [1832] e *Quanta cura* [1864] ou os nn. 15,16 e 80 do Sílabo de 1867. A Igreja, na verdade, não está habituada a falar no estilo do Vaticano II. Nem, conseqüentemente, estão os fiéis (leigos e clérigos) acostumados a serem tratados de acordo com os princípios e as declarações que acabamos de ver. Há, pois, evidente necessidade de revisão e reeducação em mentalidades e atitudes. Se os princípios agora tão incisiva e insistentemente ensinados pelo XXI Concílio Ecumênico são mesmo para valer, então é preciso convir que muita coisa deve ser profundamente modificada. (KLOPPENBURG, 1966, p. 570.)

Buscando um encerramento para a reflexão que nos propusemos discutir até aqui, selecionamos dois textos que nos auxiliarão nesta tarefa: “Tradição e progresso no equilíbrio do Vaticano II” de 1968 e “A contestação na Igreja Hoje” de 1969, que, por suas temáticas variadas, acabam por contemplar os três grandes blocos que analisamos. A saber, o período que antecede o CVII, passando por este Concílio e culminando nos seus momentos posteriores. Estes textos são um indicativo da discussão que tomava corpo na Igreja após o CVII. Esta discussão procurava estabelecer em quais instâncias e como se estava superando aquela Igreja tridentina anterior ao

CVII e revelava a exigência em curso direcionada aos seus membros e líderes da necessidade de uma resposta para os problemas reais que assolavam o mundo.

“A contestação na Igreja Hoje”⁹³, escrito em setembro de 1969, nos auxilia na exposição do contexto em que Kloppenburg estava inserido. Desta maneira, pergunta Kloppenburg: “Quem, contesta na Igreja?” e “O que se contesta, na Igreja?”. Para Kloppenburg, os padres e os leigos contestam a realidade da liberdade teológica, o celibato obrigatório, a maior participação dos leigos nas atividades eclesiais, o magistério da igreja e o exercício da autoridade. Todavia, destaca algumas reações a estas contestações, principalmente através dos meios de comunicação, e em especial, por meio do *L'Osservatore Romano* e da Rádio Vaticana, dando particular destaque aos pronunciamentos do papa Paulo VI nestes meios de comunicação. A reação dos bispos e dos leigos, por sua vez, deu – se através de organizações coletivas e individuais. Em conclusão Kloppenburg aponta que toda a contestação é contra a sociedade da tecnologia. Para ele, este tipo de sociedade seria responsável por deixar o homem aprisionado e o transformar em uma “coisa” reduzida de sua dignidade. Desta maneira, afirma que “a Igreja é também objeto desta contestação propriamente dita na medida em que ela parece tolerar ou favorecer estas estruturas ou até permitir que a tecnocracia ou a burocracia coisificante domine também suas próprias instituições (...)”. (KLOPPENBURG, 1969, p.673.) No texto “A natureza e a missão da Igreja” de dezembro de 1969, Kloppenburg sintetizava suas ideias sobre esta temática:

Nossa longa análise de contestação na Igreja de hoje (REB 169, pp. 650-679) chegou à mesma conclusão [de que os modos na Igreja é que estão em crise]: contesta-se *uma* autoridade não *a* autoridade; contesta-se o poder arbitrário na autoridade, a perspectiva de utilidade pessoal no exercício da autoridade, o prestígio pomposo da autoridade, a superioridade hereditária na autoridade. Contesta-se o juridismo, não o direito; o autoritarismo, não a autoridade; o legalismo, não a lei; a esclerose, não a ordem; a uniformidade, não a unidade. (KLOPPENBURG, 1969, p. 837.)

Este modelo de contestação se estabelece na tentativa de congregar progresso e tradição no antes e o depois do CVII: “Na verdade o atual movimento de contestação na Igreja recebeu seu impulso principal no próprio Concílio Ecumênico Vaticano II”. (KLOPPENBURG, 1969, p. 675.) Este embate entre as forças que procuram conservar e as que procuram renovar pode ser percebido em diversas instituições. Esta colisão de forças evita imobilidade ou a promove; dentro da Igreja ela a promoveu. Bastaria verificar alguns dos resultados do CVII para perceber isto,

⁹³ KLOPPENBURG, Boaventura. A contestação na igreja hoje. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 3, setembro 1969. p. 650-679.

mas, de qualquer maneira, Kloppenburg alertava que “era necessário reconhecer também que a vontade de conservar e a vontade de renovar, podem, facilmente, exacerbar-se e transformar-se em sectarismo”. (KLOPPENBURG, 1969, p. 676.)

No ano de 1968, no exemplar de dezembro, Kloppenburg escreveu o texto “Tradição e progresso no equilíbrio do Vaticano II”⁹⁴. Neste texto encontramos uma reunião das reflexões anteriores de Kloppenburg sobre o CVII e o impacto deste Concílio para a Igreja. Além disto, este artigo apresenta com clareza ambos os grupos que se estabeleceram durante a realização do CVII e que ainda, de diversas formas, se estabeleciam através daquelas contestações que elencamos anteriormente. Frei Elói Piva, sobre o impacto deste texto e as intenções de Kloppenburg com ele, bem como, da sua crítica àqueles que não aceitavam o CVII como fiel à tradição da Igreja, afirmava:

Embora ainda que só aludida, já durante o Concílio, não escapa à observação uma pequena flexão no encanto, no entusiasmo, na esperança e na expectativa anteriormente suscitados pelo Concílio. O próprio Dom Boaventura Kloppenburg atesta e classifica o fenômeno naqueles que interpretam seus rumos como uma infidelidade à identidade e à missão da Igreja. Referindo-se também, agora, no pós-concílio, a sintomas de desencanto, de confusão, de sensação de perda de identidade, temos e desconfiança, sintomático é seu artigo de 1968: *Tradição e progresso no equilíbrio do Vaticano II*. O fenômeno oferece ao Autor a oportunidade de fazer uma das mais eloqüentes defesas e caracterizações do Vaticano II, que, para nosso intento, soa como indicativo do conteúdo que se tentou passar a partir de Petrópolis. (PIVA, 2005, p. 654.)

Kloppenburg traçava um breve antecedente da história da Igreja desde o Concílio de Trento até as mudanças promovidas pelo CVII. Ele afirmava que existiam dois grupos organizados na Igreja nos anos em que o CVII era realizado, os “tradicionalistas” e o grupo denominado de “progressista”. Estes movimentos, principalmente os que se dizem “tradicionalistas”, devem “conceder que a boa Tradição cristã, aquela que eles e todos nos defendemos e queremos é viva, e, por isso mesmo, exige o Progresso. Entre Tradição e Progresso pode haver tensão, mas não oposição”. (KLOPPENBURG, 1968, p.801.) Kloppenburg afirmava isto por perceber que a única finalidade dos “tradicionalistas” era combater o “progressismo”, mesmo que estes alegassem estarem salvaguardando o patrimônio cristão do passado.

Coppe Caldeira delimita que, já em momento pré-conciliar, o estabelecimento destes dois grupos. Durante a realização do CVII eles entravam constantemente em embate, cada qual

⁹⁴ KLOPPENBURG, Boaventura. Tradição e progresso no equilíbrio do Vaticano II. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 4, dezembro 1968. p. 793-809.

buscando defender e pronunciar sua posição. Afirmamos anteriormente, com o apoio de Coppe Caldeira, as intenções destes grupos: “Tanto o *conservadorismo* quanto o *progressismo católico* devem ser lidos pressupondo que são linhas que transcorrem a partir do mesmo problema. Duas compreensões que andam lado a lado e objetivam alcançar hegemonia de poder: o papado e suas decisões”. (COPPE CALDEIRA, 2009, p.62)

Por sua vez, o momento pós-conciliar via o grupo conservador perdendo espaço. Mesmo assim, do anúncio ao momento pós-conciliar, a expectativa pelo CVII promovia, para ambos, a oportunidade de rever ou reafirmar um discurso da Igreja que já estava em circulação desde o Concílio de Trento.

Nem os mais audazes sonhadores teriam imaginado dez anos atrás o que sucedeu no Vaticano II e, sobretudo, o que está acontecendo nesta incipiente vida eclesial pós-conciliar. Muitos vivem sinceramente espantados e se interrogam com ansiedade se ainda somos católicos de verdade e se perguntam, perplexos, sobre os rumos que as coisas irão tomar. Não poucos acham que a Igreja – ou ao menos muitos de seus responsáveis mais destacados – deu uma perigosa guinada em direção ao protestantismo condenado no século XVI e ao modernismo rejeitado no início deste século. Os homens que lideram o atual movimento de renovação e purificação da Igreja (inequivocamente iniciado e expressamente desejado pelo Vaticano II) são, em certos setores considerados suspeitos de se oporem à Tradição e de rejeitarem as preciosas lições da História. Já surgem movimentos organizados que se dizem “tradicionalistas” com o fim de salvaguardarem o patrimônio do passado e de combaterem abertamente o que eles denominam “progressismo”. Acirram-se os ânimos e mais e mais claramente aparece um espírito de luta e de cruzada, de partido e de fanatismo que cega e ensurdece a tal ponto de já não permitir suficiente serenidade para ver, ouvir e discernir o que, de um e de outro lado, há de bom e verdadeiro, de santo e justo. Já começa o infeliz processo generalizador dos profissionais colecionadores de lamentáveis fatos isolados. Entra em ação o demônio da espionagem, da delação e da acusação. Multiplicam-se os “documentos” sobre as mesas das intimadas autoridades. Dir-se-ia que estão para recomençar os processos de inquisição. E infelizmente nem todas as autoridades que recebem a inquietante documentação tem a confiança, a atitude de fé no Espírito Santo que é a alma da Igreja e o bom-senso que marcavam as palavras de João XXIII (...). (KLOPPENBURG, 1968, p.793.)

O texto basicamente busca em documentos oficiais, desde Trento até o CVII, confirmar a continuidade da vida da Igreja, afastando-a de um suposto rompimento ou tentativa de reforma, seguindo o modelo protestante. O autor insiste que a dinâmica do progresso na vida da Igreja e a constância da tradição dependem, exclusivamente, da possibilidade de equilíbrio entre elas. Somente uma perspectiva diferente da história permite este equilíbrio. Kloppenburg afirma que “a Igreja é peregrina, colocada na história e, como tal, inevitavelmente e profundamente marcada e condicionada pelos acontecimentos”. (KLOPPENBURG, 1968, p. 794.) “Colocada na história”,

não mais vivendo passivamente na história. Isto implica, ao menos, discutir as implicações de ideias e ideais que não são exclusivamente religiosos.

É nesse sentido que penso que o Vaticano II é o grande Concílio do equilíbrio. As pessoas rigidamente educadas e formadas na mentalidade pré-conciliar e identificadas com a Igreja pós-tridentina poderão ter a impressão de que a Igreja depois do Vaticano II tem sabor e tendência protestante. Na realidade não é assim e os valores agora acentuados são genuinamente bíblicos, evangélicos e patrísticos. Por ser menos inibida e formalista, a Igreja do Vaticano II se tornou na verdade mais rica e espontânea, mais humana e cristã. (KLOPPENBURG, 1968, p. 801.)

Em seguida, um pouco mais enfático, afirma: “Os princípios da teologia do Magistério devem ser formulados à luz dos fatos da História” (KLOPPENBURG, 1968, p.806.) O tempo exige uma nova postura da Igreja. A visão de uma Igreja e de um povo que estava aqui estático esperando o retorno de Jesus e a vinda da eternidade na terra prometida é superada.

Novos problemas, novas investigações, novos modos de exprimir o depósito antigo. Eis a situação atual. Não podemos simplesmente fechar os olhos e os ouvidos para não ver nem ouvir os sinais dos tempos e encerrar uma “pequena grei” numa espécie de gueto que reafirma convictamente fórmulas de outras épocas e insistir piedosamente em práticas surgidas em circunstâncias agora inexistentes. Seríamos traidores de nossa missão. Não cumpriríamos nosso dever. (KLOPPENBURG, 1968, p. 805.)

Esta nova perspectiva sobre o tempo como expõem aqui Kloppenburg e, mais importante, a inserção da Igreja neste tempo, revela um conjunto de preocupações e esperanças a partir da realização do CVII. De qualquer maneira, novas perspectivas de olhar são postas em evidência por Kloppenburg: a Igreja e suas relações internas (Magistério e hierarquia), as relações com outras Igrejas e religiões (diálogo inter-religioso e ecumenismo) e as relações com o homem moderno (liberdades e secularismo). Obviamente, Kloppenburg não foi responsável sozinho pelo trabalho de recepção do CVII na REB. Sobre esta questão vale destacar os comentários elaborados por Frei Elói Piva:

Entendemos que se possa identificar e qualificar esta “geração do Concílio” pelas qualidades pessoais de seus membros; por seu espírito de equipe; por uma série de iniciativas relacionadas ao evento conciliar, tomadas e levadas a efeito com rapidez, competência, coragem e espírito eclesial; pela utopia que alimentou em relação ao Concílio, tido como o acontecimento do século, um instrumento renovador de Deus; pela acolhida às suas inspirações de fundo e pela compreensão de que tão ou mais importante do que o evento do Concílio era o pós-concílio. Por isso, no giro de 7 a 10 anos, articulou seu *kairós*. Foi tempo de assimilação, de compreensão, de interpretação, de explicação, de divulgação, de facilitação e qualificação da recepção, dos primeiros

comentários. Esta foi a contribuição específica desta “geração” e também seu limite. Por isso tudo e na circunscrição do “momento”, interpretou o evento conciliar como um sopro do Espírito e a este sopro devotou suas capacidades, ajudando a criar condições para que a Igreja no Brasil prosseguisse no caminho da refontalização e do *aggiornamento*. (PIVA, 2005, p. 655.)

Considerando o trabalho de Kloppenburg durante os anos que permaneceu na REB após o CVII – ele permaneceu como redator da revista até 1971 – vale destacar que o texto “Tradição e progresso no equilíbrio do Vaticano II” representa bem a postura do então Frei Boaventura. Efetivamente, identificamos em Kloppenburg “(...) reeducação, sincera mudança de mentalidade e de atitudes, no espírito do Vaticano II (...)”, (KLOPPENBURG, 1968, p. 809.) principalmente no momento pós-conciliar. É esta postura que permite o Frei afirmar: “ter pressa, levantar suspeitas, generalizar casos isolados, fazer acusações, alarmar e inquietar autoridades, criar um clima de partido ou de cisão, tudo isso nada resolverá no momento histórico que vivemos e apenas servirá para perder tempo e adiar (mais uma vez) o processo”. (KLOPPENBURG, 1968, p. 80.)

Kloppenburg fala para o clero. Assim, a recepção não pode ser entendida nas ações práticas que se processaram no cotidiano da Igreja por influências do CVII. Esta perspectiva acerca do cotidiano, por exemplo, o faz muito bem, Sérgio Ricardo Coutinho em “A recepção do Concílio Vaticano II em regiões de fronteira: Maranhão e centro-oeste (1965-1975)” escrito em 2005 para a REB. A recepção da qual falamos está reservada a um grupo intelectualmente, diferente da maioria dos fiéis da Igreja e mesmo de alguns padres. Por sua vez, este grupo justifica outra afirmação de Kloppenburg: “tenho medo dos reformadores que não rezam nem estudam Teologia (Tradição)”. (KLOPPENBURG, 1968, p. 808.)

Da mesma maneira que Kloppenburg trabalhava e estudava para promover uma transmissão fiel ao CVII, tendo como regra o equilíbrio entre o antigo e o novo, ele exige isto indiretamente dos leitores da REB. Não se poderia esperar outra postura, o CVII imprimira um novo ritmo para toda a Igreja, isto implica que todos os membros iriam enfrentar as mudanças que já estavam sendo transmitidas e debatidas por Kloppenburg desde o anúncio em 1959 pelo papa João XXIII da realização do XXI Concílio Ecumênico Vaticano II.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemo-nos, ao longo desta pesquisa, perceber a recepção do CVII, considerado um dos maiores eventos cristão do século XX, em um dos periódicos de maior relevância dentro da Igreja no Brasil, a REB. Para isto, selecionamos um dos autores que mais publicaram na revista acerca do evento conciliar e que, posteriormente ao encerramento dele, foi responsável por sua divulgação e difusão: a saber, o Frei Boaventura Kloppenburg. Desta maneira, nos reservamos à atuação deste Frei voltada para as temáticas que eram debatidas durante a realização do CVII (1962-1965) e especialmente como estas temáticas se desdobraram na produção pós-concílio na REB. Este trabalho específico sobre o Frei Boaventura Kloppenburg contemplou os anos de 1959 até 1971.

Apesar de o CVII ser objeto da publicação de diversas revistas do período, a REB ocupou papel central e definitivo na sua promoção. Selecionar e elencar a produção de todos os periódicos sobre o CVII e seus desdobramentos parece ser tarefa quase impossível dado ao volume desta produção.

Identificamos, através da leitura da fonte, três momentos da recepção do CVII na REB, estes três momentos foram percebidos nas reflexões e trabalhos de Kloppenburg: o primeiro momento, entre os anos de 1959 e 1962, período de integração e informação sobre o CVII para os receptores; um segundo momento, de 1962 a 1965, constitui um período de reflexão e introdução ao CVII para os receptores; e, por fim, um terceiro momento, de 1965 a 1971, caracterizado como um período de produção teológica e eclesiológica para os receptores que contemplaram as determinações operadas na Igreja pelo CVII. Devemos lembrar que a REB seguia uma regra: ela era “uma revista do clero, feita pelo clero e para o clero”. Desta maneira, quando falamos de receptores, ou mesmo de leitores, estamos nos referindo ao clero católico brasileiro. Os textos de Kloppenburg não se afastam deste público. A escrita é direcionada para quem compreende teologia e transita com facilidade entre ela e a filosofia. Além disto, exigem significativo conhecimento de latim.

Avaliamos o CVII a partir da percepção de Kloppenburg. Esta, por sua vez, não afere apenas as determinações oficiais promovidas pelo CVII, mas seus desdobramentos desde o pré-concílio, sua preparação, realização e os movimentos pós-conciliares. Durante todos estes momentos, dois grupos estavam em constante embate procurando, de um lado, preservar a

Tradição que a Igreja católica trazia ao longo de quase dois milênios – este grupo era denominado “conservadores” – e, de outro lado, identificar na realização do CVII para oportunidade de alinhar o tempo da Igreja ao tempo fora dela – os chamados “progressistas”. Esta questão perpassou todo o CVII. Já no anúncio do desejo de realizar um Concílio, o papa João XXII afirmava que a Igreja precisava se adequar as necessidades do homem moderno.

Afirmamos que em grande parte a Igreja alcançou o desejo do papa João XXIII e Kloppenburg foi responsável por divulgar, em língua portuguesa, uma grande parcela desta adequação. Percebemos nos textos de Kloppenburg entusiasmo e otimismo que permitiam o então frei afirmar em tom irônico, no final da primeira etapa do CVII, que “o grupinho reacionário do “non placet” já não tem mais razão de ser se quiser, de fato, como sempre alega, “sentire cum Ecclesia”.⁹⁵ Pois esta “Ecclesia” exprimiu agora clarissimamente seu sentir”. (KLOPPENBURG, 1962, p.934.)

Todavia, em seu último texto na REB, antes de ser substituído pelo Frei Leonardo Boff e assumir a reitoria do Instituto Teológico do CELAM, aquele entusiasmo com o CVII parece ter se perdido. Kloppenburg afirmava que “O próprio Vaticano II não parece passar de um belo sonho. Princípios teológicos extraordinariamente ricos em conseqüências e duramente conquistados em pleno Concílio Ecumênico ficam tranquilamente arquivados nos documentos do Vaticano II”. (KLOPPENBURG, 1971, p. 929.)

O trabalho de Kloppenburg voltado para o CVII tomou aproximadamente onze anos de sua vida. A partir dos anos finais da década de 1960 e iniciais da década de 1970, uma sucessão de eventos contribui para o desaparecimento das colaborações de Kloppenburg para a REB. Os mais evidentes são a diferença de perspectiva teológica entre Kloppenburg e Leonardo Boff e força que a teologia da libertação ganhava na América latina.

Durante o período como reitor do Instituto teológico do CELAM (1972 – 1982) Kloppenburg passou a enfrentar a presença desta vertente teológica em seu dia-a-dia. Usamos a palavra “enfrentar”, pois, em seus diários frequentemente relatava os problemas e acusações que passavam no Instituto por conta dos alunos adeptos da teologia da libertação.

Ao mesmo tempo, os problemas enfrentados no Instituto teológico parecem ter influenciado bastante a mudança de postura de Kloppenburg sobre a abertura e o equilíbrio que

⁹⁵ *Non placet* é o voto negativo em uma assembleia eclesiástica. *Sentire cum Ecclesia*: em sua tradução literal significa “sentir com a Igreja”.

proclamava no final da década de 1960. E, a partir de 1982, uma nova fase da vida de Kloppenburg estava colocada à sua frente. O Frei Boaventura Kloppenburg perito conciliar, professor e reitor, torna-se agora o Bispo Boaventura Kloppenburg, “Escudeiro do Vaticano: o bispo que move uma guerra sem tréguas contra a esquerda na Igreja brasileira”.⁹⁶

⁹⁶ Título que a Revista Veja Rio Grande do Sul deu a reportagem sobre Dom Boaventura Kloppenburg em dezembro de 1991.

LISTA DE FONTES

KLOPPENBURG, Boaventura. O II Concílio Ecumênico Vaticano. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 20, f. 1, março 1960. p. 94-96.

_____. Juntos ICAB, Comunismo, Maçonaria e Espiritismo. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.21, f. 2, junho 1961. p. 411-413.

_____. A irre realidade da magia. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 21, f. 2, junho de 1961. p. 343-360.

_____. Às portas do XXI Concílio Ecumênico. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 21, f. 3, setembro de 1961. p. 561-591.

_____. 1962: Ano do Concílio Ecumênico. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 22, f. 1, março de 1962. p. 3-5.

_____. Crônica dos trabalhos preconci liares. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 1, março 1962. p. 75-135.

_____. Crônica dos trabalhos preconci liares. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 2, junho 1962. p. 397-419.

_____. Crônica dos trabalhos preconci liares. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 3, setembro 1962. p. 649-663.

_____. Credo Sacrum Concilium. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 3, setembro 1962. p. 570-586.

_____. Mirum agelorum ministerium. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 4, dezembro 1962. p. 830-849.

_____. Os resultados positivos da primeira fase do Concílio. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.22, f. 4, dezembro 1962. p. 933-935.

_____. A defensibilidade da suficiênc ia material da S. Escritura. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.23, f. 1, março 1963. p. 13-34.

_____. Primado pontifício e competência episcopal. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.23, f. 2, junho 1963. p. 369-393.

_____. Os debates conciliares da II sessão. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.23, f. 4, dezembro 1963. p. 943-988.

_____. Os princípios da renovação litúrgica do vaticano II. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.24, f. 1, março de 1964. p. 3-42.

_____. Vozes ecumênicas em defesa da fé. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.24, f. 2, junho 1964. p. 407-409.

_____. A III sessão do Vaticano II. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.24, f. 4, dezembro 1964. p. 865-954.

_____. Subsídios para a qualificação teológica da *Lumen Gentium*. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.25, f. 2, junho 1965. p. 209-219.

_____. A IV e última sessão do Vaticano II. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.25, f. 3, setembro 1965. p. 425-488.

_____. O fantástico crescimento das igrejas pentecostais no Brasil. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.26, f. 3, setembro 1966. p. 653-656.

_____. A dignidade da pessoa humana e suas exigências. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.26, f. 3, setembro 1966. p. 552-573.

_____. A índole social do homem e suas conseqüências. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.26, f. 4, dezembro 1966. p. 838-850.

_____. O valor religioso da atividade humana. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.27, f. 1, março 1967. p. 22-41.

_____. O Sínodo dos bispos. Representação e ação do colégio? In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.27, f. 2, junho de 1967. p. 339-347.

_____. A perigosa arte de ser bispo hoje. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.27, f. 2, junho 1967. p. 257-288.

_____. Pluralismo na Una e única Igreja. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.27, f. 3, setembro 1967. p. 610-641.

_____. Por uma Igreja interpenetrada com o mundo. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 1, março 1968. p. 22-45.

_____. Ensaio de uma nova pastoral perante a Umbanda. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 2, junho 1968. p. 405-417.

_____. Subsídios conciliares para a teologia do presbítero. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 2, junho 1968. p. 308-327.

_____. A segunda conferencia geral do episcopado latino-americano. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 3, setembro 1968. p. 623-626.

_____. Considerações teológicas em torno da “*Humanae vitae*”. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 3, setembro 1968. p. 650-656.

_____. Tradição e progresso no equilíbrio do Vaticano II. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.28, f. 4, dezembro 1968. p. 793-809.

_____. Secularização. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 2, junho 1969. p. 268-307.

_____. A contestação na igreja hoje. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 3, setembro 1969. p. 650-679.

_____. Perante Deus ontem e hoje. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 3, setembro 1969. p. 512-549.

_____. A natureza e a missão da Igreja. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 4, dezembro 1969. p. 785-837.

_____. O sínodo dos bispos de 1969. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.29, f. 4, dezembro 1969. p. 881-890.

_____. Normas do Vaticano II para uma vida santa. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.30, f. 120, dezembro 1969. p. 829-849.

_____. A doutrina do Vaticano II sobre a natureza da vida religiosa. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.30, f. 117, março 1970. p. 59-70.

_____. A santificação de um mundo dessacralizado. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.30, f. 119, setembro 1970. p. 513-537.

_____. A Lei da representação na economia divina. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.31, f. 121, março 1971. p. 65-77.

_____. A comunhão eclesial depois da morte. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.31, f. 122, junho 1971. p. 333-345.

_____. Nossa atitude pastoral atual perante a maçonaria. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.31, f. 122, junho 1971. p. 394-403.

_____. O Sínodo dos Bispos de 1971. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v.31, f. 124, dezembro 1971. p. 891-929.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ALBERIGO, Giuseppe. **A Igreja na história**. São Paulo: Paulinas, 1999.

ALBERIGO, Giuseppe (org.). **História do Concílio Vaticano II: Vol. II: A formação da consciência conciliar**. O primeiro período e a primeira intersessão (outubro de 1962 a setembro de 1963). Coordenador da edição brasileira José Oscar Beozzo; tradução de João Rezende da Costa. Petrópolis: Vozes, 2000.

ALMEIDA, Antonio José de. Por uma Igreja ministerial: os ministérios ordenados e não-ordenados no “Concílio da Igreja sobre a Igreja”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATO, Vera Ivanise. (Orgs.) **Concílio Vaticano II: análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 337-366.

ANDRADES, Marcelo Ferreira de. **Do claustro à universidade: As estratégias editoriais da Editora Vozes na gestão de Frei Ludovico Gomes de Castro (1964 – 1986)**. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Comunicação e Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001.

AZZI, Riolando. O Concílio Vaticano II no Contexto da Igreja e do mundo: Uma perspectiva histórica. In: MOREIRA, Alberto da Silva; RAMMINGER, Michael; SOARES, Afonso Maria Ligorio. **A primavera interrompida: o projeto Vaticano II num impasse**. Livros digitais Koinonia, vol. 2, Rio de Janeiro: 2006.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio a partir do povo: tomo II-3-2: terceira época: 1930 a 1964**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2008. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

BARROS, Raimundo Caramuru. Gênese e consolidação da CNBB no contexto de uma Igreja em plena renovação. In: A presença pública da Igreja no Brasil: jubileu de ouro da CNBB. Instituto Nacional de Pastoral, (org). São Paulo: Paulinas, 2003. p. 13 – 69.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II: 1959-1965**. São Paulo: Paulinas, 2005.

BEOZZO, José Oscar. **A Igreja latino-americana às vésperas do Concílio**. História do Concílio Ecumênico Vaticano II. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.

BOFF, Clodovis. **Teoria do método teológico**. 2ª. ed. rev. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BOFF, Leonardo. **Igreja carisma e poder**. Ensaios de eclesiologia militante. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BORGMEIER, Thomás. Nota de apresentação da Revista Eclesiástica Brasileira. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 1, n.1, mar-jun. 1941, p. 1-3.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

CHAMPLIN, Russel Norman. **Enciclopédia de bíblia, teologia e filosofia**. 6 vols. 6ª ed. São Paulo: Editora Hagnos, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. As artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CLAIMAN, Cleto. A eclesiologia do Concílio Vaticano II e a Igreja no Brasil. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATO, Vera Ivanise. (Orgs.) **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 17-67.

COPPE CALDEIRA, Rodrigo. **Os baluartes da tradição: a anti-modernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/30824312/Os-baluartes-da-tradicao-a-antimodernidade-catolica-brasileira-no-Concilio-Vaticano-II>>. Acesso em 11 de junho de 2011.

DAVID, S. R. A. **O Catolicismo Popular na Revista Eclesiástica Brasileira - 1963-1980**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista. Assis. UNESP 2000.

HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. **A Igreja da *Lumen Gentium* e a Igreja da *Gaudium et Spes***. Teocomunicação, Porto Alegre, v. 35, n. 150, p. 657-676, 2005.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. **Revista brasileira de ciências sociais**. v. 20, n. 57, fev. São Paulo, 2005. p.27-38.

JOÃO XXIII. **Discurso de sua santidade papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio Ecumênico Vaticano II**. Vaticano, 1962. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council_po.html>. Acesso em 05 de junho de 2011.

KLOPPENBRUG, B. **Necrológio**. Disponível em: <http://sites.google.com/site/ecclesiaviaveritatis/artigos/necrologio-de-frei-boaventura> Acesso em 18/01/2012.

KORNIS, Mônica Almeida. **Verbetes “JUC”** Dicionário histórico biográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 15 de junho de 2011.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-RIO, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos históricos**. vol.5, n.10 v. Rio de Janeiro, 1992. p.134-146.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (Coords.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIBÂNIO, João Batista; MURAD, Afonso. **Introdução à teologia**. Perfil, enfoques, tarefas. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

LIBÂNIO, João Batista. **Teologia da revelação à partir da modernidade**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MARCHI, Euclides. A Igreja do Brasil e o plano de emergência - 1952/1962. **Revista de Ciências Humanas** Florianópolis EDUFSC n. 30 p. 01-168 Out. 2001. p. 253-280.

MARIAE, Servus. (Raimundo Caramuru de Barros) **Para entender a Igreja no Brasil: a caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)**. Petrópolis: RJ, Vozes, 1994. (Coleção Igreja do Brasil).

MOREIRA, A. da S. O legado do Concílio e os sinais do nosso tempo. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 66, n. 263, p. 617-630, 2006.

MORIN, Edgar. **O método: as idéias**: habitat, vida, costumes, organização (Tomo IV). Porto Alegre: Sulina, 1998.

MARTINA, Giacomo. **Historia da Igreja. De Lutero a nossos dias**. São Paulo, SP: Loyola, 1997.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2003. (Coleção Igreja na História.)

MCBRIEN. **Lives of the popes**. San Francisco: Harper Collins Publishers Inc. 1997. Verbetes “John XXIII”. p. 369-375.

MEZZOMO, Frank Antonio. NÓS E OS OUTROS: proselitismo e intolerância religiosa nas igrejas neopentecostais. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Janeiro/ Fevereiro/ Março de 2008. Vol. 5 Ano V nº 1. Disponível em: www.revistafenix.pro.br. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

MOURA, Odilão. **Ideias católicas no Brasil**: direções do pensamento católico do Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

NABUCO, Joaquim. (Mons.) No Jubileu da Revista Eclesiástica Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, v. 26, fasc. 3, p. 656, 1966.

NOGARE, Pedro Dalle. **Humanismos e anti-humanismos. Introdução à antropologia filosófica**. 11ª ed. rev. amp. Petrópolis: Rio de Janeiro, 1988.

PAULO VI. **Discurso de sua santidade papa João XXIII na abertura solene do SS. Concílio Ecumênico Vaticano II**. Vaticano, 1962. Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/john_xxiii/speeches/1962/documents/hf_j-xxiii_spe_19621011_opening-council_po.html>. Acesso em 05 de junho de 2011.

PAULO VI. **Constituição conciliar Sacrosantum Concilium sobre a sagrada liturgia**. Vaticano, 1963. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19631204_sacrosantum-concilium_po.html>. Acesso em 01 de outubro de 2011.

PAULO VI. **Constituição dogmática Dei Verbum sobre a Revelação divina**. Vaticano, 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html> Acesso em 20 de outubro de 2011.

PAULO VI. **Declaração Nostra Aetate sobre a Igreja e as religiões não-cristãs**. Vaticano, 1965. Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html>. Acesso em 30 de novembro de 2011.

PIVA, Elói Dionísio. Recepção e divulgação do Vaticano II pelos franciscanos de Petrópolis. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 65, f. 260, jul. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p.631-655.

RIBEIRO, Francisco de Assis Martins. Subvenção Municipal às paróquias. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 23, f. 1, mar. Petrópolis: Editora Vozes, 1963. p.152-153.

RODRIGUES, Julio Cesar. **A inevitabilidade do relativismo e a secularização**: a situação da Igreja Católica, segundo Paul Valadier. Tese de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em ciências da religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2010.

ROSSI, Agnelo. Dez anos da Revista Eclesiástica Brasileira. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 11, n. 2, jun. Petrópolis: Editora Vozes, 1951.

SALVADOR, Carlos Coral; EMBIL, José Maria Urtega. **Dicionário e direito canônico**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

SARANYANA, Josep-Ignasi. Medio siglo de la “Revista Eclesiástica Brasileira” (REB). **Hispania Sacra** 48 (1996). p. 261-273.

SCHIERHOLT, José Alfredo. **Frei Boaventura Kloppenburg, OFM – 90 Anos por Cristo em Sua Igreja**. 2ª ed. Lajeado: O Autor, 1999. Disponível em <http://www.veritatis.com.br>. Acesso em 4 de outubro de 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. Biografia como fonte histórica. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, n. 36/37, ano 20, p. 9-15, 2007.

SILVA, Reinaldo César de Aguiar. **Fray Boaventura Kloppenburg, OFM. Los caminos de La eclesiologia en Brasil**. Extracto de La tesis doctoral presentada em La Facultad de Teologia de La Universidad de Navarra. 2010.

SNOEK, Jaime. Sonegação de impostos. In: **Revista Eclesiástica Brasileira**. v. 23, f. 1, mar. 1963. p.150-152.

SOUZA, Ney de. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATO, Vera Ivanise. (Orgs.) **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 17-67.

SUSIN, Luiz Carlos. “Para conhecer Deus é necessário conhecer o homem”. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATO, Vera Ivanise. (Orgs.) **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. p.249-272 .

SVIDERCOSCHI, Gian Franco. **Historia del Concilio**. Madrid: Editorial Coclusa, 1968.

TEIXEIRA, Faustino, L. C. O Concílio Vaticano II e o diálogo inter-religioso. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATO, Vera Ivanise. (Orgs.) **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. p. 273-291.

WOLFF, Elias. O Concílio Vaticano II e o ecumenismo no contexto brasileiro. In: GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes; BOMBONATO, Vera Ivanise. (Orgs.) **Concílio Vaticano II: análise e prospectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004. p.249-272 .

ZAGHENI, Guido. **A Idade contemporânea: curso de historia da Igreja**. São Paulo: Paulus, 1999.